



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

LÍGIA MENDES CALAZANS

**1 É POUCO, 2 É BOM, 3 É DEMAIS (?):
MULHER E POLIANDRIA NA LITERATURA E NO CINEMA NACIONAIS**

ILHÉUS – BAHIA

2010

LÍGIA MENDES CALAZANS

1 É POUCO, 2 É BOM, 3 É DEMAIS (?):

MULHER E POLIANDRIA NA LITERATURA E NO CINEMA NACIONAIS

Dissertação apresentada, para a obtenção do título de Mestre em Letras: Linguagens e Representações, à Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC.

Área de concentração: Literatura e Cultura – Representações em Perspectiva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Pereira do Sacramento

ILHÉUS – BAHIA

2010

LÍGIA MENDES CALAZANS

1 É POUCO, 2 É BOM, 3 É DEMAIS (?):

MULHER E POLIANDRIA NA LITERATURA E NO CINEMA NACIONAIS

Dissertação apresentada à apreciação da banca examinados, objetivando a obtenção do grau de Mestre em Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

Ilhéus – BA, *Campus Soane Nazaré Andrade*, 18 de julho de 2010.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Pereira do Sacramento - Orientadora

Doutora em Letras – UFRJ

Universidade Estadual de Santa Cruz

Prof^a. Dr^a. Marlúcia Mendes da Rocha – Examinadora

Doutora em Comunicação e Semiótica – PUC - SP

Universidade Estadual de Santa Cruz

Prof^a. Dr^a. Nancy Rita Ferreira Vieira

Doutora em Letras – UFBA

Universidade Federal da Bahia

DEDICATÓRIA

Ao meu irmão,
que, como eu, foi criado em uma estável e (quase) típica família nuclear burguesa.

Aos meus pais,
por terem nos proporcionado, sempre, o melhor que puderam com
muito amor, disposição e responsabilidade.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus e às forças do Universo por terem me guiado em toda a minha vida e por ter colocado pessoas tão importantes no meu caminho; por ter me proporcionado um bonito e enriquecedor mestrado, o bônus de ter me mostrado um assunto tão interessante e gostoso de ser estudado e o prêmio máximo da terapia familiar.

Aos meus pais pelo apoio incondicional e por terem proporcionado, para mim, as ferramentas para que eu pudesse me tornar a pessoa que sou. À amiga Carol Rabelo por ter me enviado o edital do mestrado e por ter sido um instrumento divino ao me presentear com o livro de Foucault, antes mesmo de eu pensar em estudar sobre a história da sexualidade. À Amanda Maron por ter sido minha interlocutora em parte desse processo. Aos colegas, por terem sido companheiros nessa caminhada, em especial a Maria Margarete Souza Campos Costa, a Shirley Cardoso e a Marine Alves, pelo apoio e pelas tardes agradabilíssimas; e a Neidiane Brito, nossa primeira representante discente, pela atenção e competência.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações, por nos abrirem caminhos para universos, por mim, inexplorados. Ou por nos apresentarem novos autores, novos pontos de vista, para aquilo que imaginávamos conhecer. Em especial à professora Sandra Sacramento pelas aulas maravilhosas e pelas preciosas orientações e à professora Vânia Torga, pelas brilhantes e inspiradas aulas de Metodologia de Pesquisa, quebrando a nossa cabeça a cada encontro. À Brenda Calheira por nos ajudar a resolver todos os problemas e nos guiar para o caminho certo. À equipe da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb, pela competência e presteza no atendimento.

À professora Lívia Natália por permitir minha participação em suas aulas como Estagiária de Docência, à professora Sandra Sacramento, novamente, pelo convite em participar como estagiária em suas aulas. Às turmas de graduação em Comunicação Social e em Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz, por terem recebido a mim e a meus colegas super bem.

Obrigada a George Mendes por ter sido meus braços e minhas pernas na UESC.

Obrigada a Lúcia Máximo por tudo e pela revisão deste trabalho.

Obrigada a professora Malu Mendes pelos livros, pela paciência, pelo tempo, pelos conselhos e disponibilidade.

Obrigada a Helem Viana pelas conversas de inestimável importância nessa minha fase de intenso crescimento intelectual e humano.

1 É POUCO, 2 É BOM, 3 É DEMAIS (?): MULHER E POLIANDRIA NA LITERATURA E NO CINEMA NACIONAIS

Autora: Lúgia Mendes Calazans

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Pereira do Sacramento

RESUMO:

Há na literatura, no cinema e, mais recentemente, na TV brasileira, produtos culturais que abordam um tipo de relação pouco vista na sociedade. Relação essa, chamada de poliandria (*poli = muitos, andro = homem*), que se dá quando uma mulher é compartilhada por dois ou mais homens. Este estudo pretende saber quais as características da mulher poliandra, e como deve ser compreendido esse tipo de relação, além disso, busca analisar, também, como é representada a mulher poliandra em três conhecidas obras brasileiras: o romance *Dona Flor e seus dois maridos* de Jorge Amado (1966), e os filmes *Eu, Tu, Eles* de Andrucha Waddington (2000) e *Cidade Baixa* de Sérgio Machado (2005). Nessas três obras, cada uma das personagens principais vive um relacionamento simultâneo com mais de um homem, constituindo assim, três ótimos objetos de análise. Para isso, foi investigada a história da relação homem-mulher, desde a pré-história, baseada nas obras de Lévi-Strauss, Friedrich Engels, Elizabeth Badinter, quando a poligamia era praticada e aceita para ambos os sexos; passando pela Idade Antiga e pela Era Medieval, tendo como suporte autores como Fustel de Coulanges, Georges Duby, James Casey, Michel Foucault, Howard Bloch; até chegarmos à Era Moderna e à atualidade, enfocando nos Estudos de Gênero e nos Estudos Feministas, por meio das obras de Simone de Beauvoir, Danda Prado, Michelle Perrot, a fim de sabermos como família, que conhecemos hoje, foi construída e como ela, ainda, serve de modelo para a sociedade atual. Para este estudo foi realizada a Análise de Conteúdo dos materiais selecionados, confrontando a literatura acadêmica com as representações culturais, tendo como categorias de análise o contexto sócio-econômico das personagens, sua visão a respeito do casamento, a visão que seus companheiros têm delas, os papéis sociais esperados ou desempenhados pelas mulheres, o controle realizado pela sociedade e pelas instituições de poder; bem como, a análise comparativa entre as relações representadas nas obras de arte selecionadas, para esta dissertação, e os estudos a respeito da poliandria.

Palavras-chave: Mulher; Representação; Poliandria; História da Família; Casamento.

**1 IS NEVER ENOUGH, 2 IS COMPANY, 3 IS A CROWD (?):
WOMAN AND POLIANDRY IN BRASILIAN'S LITERATURE AND CINEMA**

Author: Lígia Mendes Calazans

Adviser: Prof. Dr. Sandra Maria Pereira do Sacramento

ABSTRACT:

There is in literature, cinema and, more recently, on Brazilian television, cultural products that addresses one type of relationship which is rare in today's society. This relationship, called polyandry (*poly* = many, *andro* = man), occurs when a woman is shared by two or more men. The present study seeks to apprehend what the characteristics of a polyandrous relationship are, and how it should be conceived, also it aims at analyzing how polyandrous women are represented in three well-known Brazilian works: the novel *Dona Flor and Her Two Husbands* by Jorge Amado (1966), and the films *Me, You, Them* by Andrucha Waddington (2000) and *Lower City* by Sergio Machado (2005). In these three works, each protagonist lives, simultaneously, a relationship with more than one man, hence, three great objects of analysis. For this, an investigation was conducted on the history of man-woman relationship, from the Prehistory of mankind, based on the works of Levi-Strauss, Friedrich Engels, Elizabeth Badinter, of a time when polygamy was practiced and accepted for both sexes; throughout Ancient History and the Middle Ages, supported by authors such as Fustel de Coulanges, Georges Duby, Casey James, Michel Foucault and Howard Bloch; until we reach the Modern Era and the present age, focusing on Gender Studies and Feminist Studies, through the works of Simone de Beauvoir, Danda Prado and Michelle Perrot, with the intention of having a better understanding on how the family we know today was constituted, and also to what extent it is still a model for today's society. For the current study content analysis of selected material were performed, comparing academic discourse with the Cultural Representations, having as categories of analysis the socio-economic contexts of the Characters, their views on marriage, how their mates view them, which social roles are expected from the three women or played by them, the control of society over the matter, and of the institutions of power; alongside, a comparative analysis of the relationships represented in the selected Art Works, for this dissertation, and of the studies on polyandry.

KEYWORDS: Woman; Representation; Polyandry; History of the Family; Marriage.

SUMÁRIO

Resumo	vi
Abstract	vii
1 INTRODUÇÃO	9
2 AS IDAS E VIDAS DO CONTROLE SEXUAL FEMININO	15
2.1 A família nas sociedades polígamas	17
2.2 Os discursos que cerceiam a sexualidade	27
2.3 Do Feminismo aos Estudos de Gênero	41
3 POLIANDRIA E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA LITERATURA E NO CINEMA	55
3.1 Dona Flor	58
3.2 Darlene	70
3.3 Karinna	81
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
5 REFERÊNCIAS	102

1. INTRODUÇÃO

A ideia para este estudo surgiu ao, coincidentemente, assistir ao filme *Cidade Baixa*, de Sergio Machado (2005), durante as discussões a respeito dos Estudos de Gênero e dos Estudos Feministas, no segundo semestre de 2008, na disciplina Estudos de Gênero, ministrada pela orientadora deste projeto. A partir dessas reflexões em sala de aula e com colegas, surgiu o interesse na temática sobre as relações humanas e nas diferenças entre os papéis sociais masculinos e femininos ao longo da história, e em saber o que havia mudado em nossa sociedade e, principalmente, como. O intuito era estudar sobre as relações poliândricas e a representação da mulher que é centro de um triângulo amoroso. Pensando, nesse tipo de relacionamento, foi-se unindo ao filme *Cidade Baixa* (2005), o livro *Dona Flor e seus dois maridos* de Jorge Amado (1966) e o filme *Eu, tu, eles* de Andrucha Waddington (2000), tendo, as três obras, uma mulher como personagem principal, relacionando-se com mais de um marido ou companheiro.

Em *Dona Flor e seus dois maridos* de Jorge Amado (1966), a relação é formada por Dona Flor, Vadinho, seu primeiro marido, e Dr. Teodoro, seu segundo esposo. Dona Flor casa-se com Vadinho, que falece, precocemente, durante um carnaval de Salvador. Após um ano de sua viuvez, Dona Flor torna a contrair matrimônio. Parcialmente insatisfeita com seu novo casamento, Dona Flor sente falta do primeiro marido e, um ano depois de ter-se casado, Vadinho retorna à Terra em espírito, e os três formam, assim, um triângulo amoroso.

Em *Eu, Tu, Eles* de Andrucha Waddington (2000), filme baseado em fatos reais, Darlene, interpretada por Regina Casé, vive na zona rural do sertão do Ceará. É abandonada no altar pelo pai do filho que espera e vai para a capital. Anos depois, retorna à sua terra natal, casa-se com Osias (Lima Duarte) e com o passar do tempo, agrega mais dois maridos em sua casa: Zezinho (Stênio Garcia), primo de seu marido Osias, e Ciro (Luiz Carlos Vasconcelos), bóia fria, assim como ela. Além de ter casado já tendo um filho, Darlene engravida em uma relação extraconjugal e tem um filho de cada marido, com exceção de Osias. Eles passam anos vivendo, todos juntos, na mesma casa.

Em *Cidade Baixa*, filme de Sergio Machado (2005), Karinna, interpretada por Alice Braga, vive um conflituoso romance, na cidade de Salvador, com Deco (Lázaro Ramos), e Naldinho (Wagner Moura). Ela trabalha como prostituta e eles são dois

amigos de infância, que dividem quase tudo em suas vidas. Eles vivem, na cidade de Salvador, em região bastante pobre e violenta.

Nessas três obras, encontramos um relacionamento, comumente, conhecido como poligâmico, porém com a mulher dispondo de mais de um marido, e não o contrário. Durante a preparação do projeto, percebeu-se o estranhamento quanto à palavra poliandria. Era comum as pessoas com as quais conversava nunca terem ouvido esse vocábulo. A poliandria é uma forma de relação poligâmica, em que a mulher possui mais de um marido. Sendo poliginia, o formato mais conhecido de poligamia, relação na qual o homem dispõe de várias mulheres. O que veremos mais, detalhadamente, a seguir, no corpo desta dissertação.

Partimos da hipótese de que todas essas três relações são poliândricas. A partir daí, o primeiro questionamento surgido foi saber qual a representação da mulher que vive com mais de um marido ou parceiro. Embora haja, nas três produções, uma relação que vai de encontro com os preceitos da sociedade atual, imaginamos que as representações femininas girariam em torno desses antigos conceitos: dona de casa, mãe, submissa, confinada ao espaço doméstico, que zela pelo bem estar da família e, por viver com mais de um homem, seria representada como mentirosa, traiçoeira, desleal e com um incontrolável apetite sexual.

Porém, em se tratando de uma relação pouco usual e, imagina-se, impossível de ser aceita em nossa sociedade, outra questão surgiu: como e por que ocorre esse tipo de relação em nossa sociedade. A representação em si, é uma forte evidência de que esse tipo de relação ocorra. Além dessas três obras, recentemente, vimos na televisão, outros dois exemplos do tipo: na novela *Viver a Vida* de Manuel Carlos (2009-2010), veiculada no horário nobre da Rede Globo, em sua última semana, foi revelado que Alice (Maria Luisa Mendonça) estaria vivendo um casamento com Osmar (Marcelo Valle) e com seu namorado Narcisinho (Lorenzo Martin), suposto sobrinho daquele. Os dois eram homossexuais, não assumidos, e buscavam uma mulher para viver com eles. Ela aceitou o desafio e estava muito feliz com esse arranjo. Ainda na Rede Globo, foi produzida e veiculada, em horário nobre, uma série de TV chamada *Aline*, que foi ao ar em 2009, em que a personagem principal, Aline (Maria Flor) mora com seus dois

namorados: Pedro (Pedro Neschling) e Otto (Bernardo Marinho). Esta série já tem produção confirmada para 2010.

Ou seja, na última década tivemos três representações de sucesso, o que indicaria uma mudança de paradigma em nossa sociedade, pelo menos, no que diz respeito às relações homem-mulher, indicando também, uma modificação na organização familiar e, conseqüentemente, social.

Além disso, o filme *Eu, tu, eles* (2000) é baseado em fatos reais. Darlene é a representação de Marlene Sabóia, moradora do sertão do Ceará, que, por dezessete anos, viveu com mais de um marido. Ela se casou em 1972, em 1980, o primo do seu marido mudou-se para sua casa e ela teve um filho com ele, e, em 1985, chegou o terceiro homem a viver com eles na mesma casa. A relação só foi desfeita, em 1997, por motivos diversos. Os maridos mais velhos faleceram e o mais novo a abandonou por causa de uma briga com o filho mais velho de Marlene. Segundo ela, em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo¹, os homens nunca brigaram por ciúmes dela.

Até então, acreditava-se que estávamos vivendo em uma sociedade machista, monogâmica, que não aceita, legalmente, a poligamia, mas que, no entanto, não apresenta estranhamento quanto ao surgimento de casos de poliginia. Porém, ao assistirmos ou lermos tantos casos de crimes passionais veiculados em jornais e revistas de circulação nacional, daríamos como impossível o estabelecimento de uma relação poliândrica. Surgiu, a partir daí, a curiosidade de saber como e por que são encontradas famílias poliândricas em nossa sociedade. Assim, o objetivo desta pesquisa é saber como se dá esse tipo de relação em nossa sociedade e analisar como essa mulher é representada, através das personagens Dona Flor, Darlene e Karinna.

Para respondermos a esses questionamentos, faz-se necessário descrever e apontar, historicamente, as formas de relacionamento homem-mulher desde a pré-história, quando a poligamia era, naturalmente, aceita, sendo praticada tanto por homens quanto pelas mulheres, até a atualidade. Entender como as sociedades polígamas tornaram-se monogâmicas, como foram construídos os modelos de comportamento dos gêneros, a importância dos Estudos de Gênero e dos Estudos

¹Entrevista publicada no dia 17 de agosto de 2000 e disponível no site <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u3799.shtml>.

Feministas que questionaram e abalaram as estruturas sociais, aprofundando nos estudos sobre a história da família e sobre a evolução das relações de gênero. A partir desse levantamento teórico, as obras e os personagens selecionados são analisados, com base nessa literatura.

No primeiro capítulo, intitulado *As idas e vindas do controle sexual feminino*, veremos, sob o ponto de vista antropológico e sociológico, como se davam os acasalamentos na pré-história, sociedade caracterizada pelo nomadismo, pelas hordas, havendo o casamento entre grupos de homens e grupos de mulheres, quando todos praticavam a poliginia e a poliandria. Posteriormente, o surgimento dos clãs, do totem, das tribos, quando foi proibido o casamento com pessoas do mesmo grupo ou família e a poliandria. Além disso, investigamos sobre o papel da mulher para aquela sociedade, quando era vista com muito respeito pelo fato de procriar, sendo objeto de veneração por seus contemporâneos.

Abordaremos, além do fim da poliandria, o surgimento do casamento na Antiguidade, baseado nos estudos sobre a sociedade grega e romana, tendo como consequência o surgimento dos conceitos de propriedade e de herança, estabelecendo regras de sucessão, que aprisionaram a mulher ao lar e que a obrigou a ter grandes responsabilidades para a manutenção da família, para a legitimidade dos filhos e para as obrigações domésticas, passando, ela, a sofrer sanções desumanas em caso de descumprimento de suas tarefas, principalmente no que tange à sua sexualidade. Outro importante fator que será observado é o fortalecimento da Igreja Católica, na Idade Média, construindo normas de comportamento para homens e mulheres, acarretando uma lenta, porém engessada mudança nas condutas de gênero, no papel social masculino e feminino, na construção de suas identidades e conceitos que estão ainda presentes em nossa sociedade, em pleno século XXI, após anos de libertação, quebra de paradigmas e luta feminista.

Ainda nesse capítulo apontaremos a importância da ciência e do Estado para a manutenção dos construtos Católicos e cristãos para a organização e o controle dos indivíduos e da sociedade. Com o início das lutas feministas, após a Revolução Francesa, marcando o início da Era Moderna, apontaremos as consequências sobre a sociedade, causadas pela tomada de consciência de gênero pelas mulheres,

fortemente arraigada ao período de pós-guerra, quando as mulheres participaram, mais ativamente, do mercado de trabalho, concomitantemente à revolução sexual dos anos 1960, que ajudaram a desestruturar o ser enquanto indivíduo e, por consequência, a sociedade ocidental como um todo, com mudanças de comportamento ocasionadas pelos avanços tecnológicos.

Nos segundo capítulo, iniciaremos nossas análises em ordem cronológica de lançamento de cada obra. Assim, falaremos de Dona Flor e de seus dois maridos, depois de Darlene e de seus três maridos e, por fim, de Karinna e de seus dois namorados. A análise será feita por meio da seleção de trechos do livro e da transcrição das cenas selecionadas, baseada em toda a discussão realizada no capítulo primeiro. Além da análise das personagens, serão analisados, também, o espaço e o tempo de cada obra, assim como os contextos sociais nos quais surgiram. Ao final do capítulo, será feita uma análise geral acerca da representação dessas três mulheres e da sociedade, em que vivem.

Para finalizar, faremos uma reflexão sobre os resultados desta pesquisa, apontando os seus processos, estudos e descobertas. Com isso, deseja-se identificar o que há de novo e o que ainda permanece do antigo pensamento que permeia a nossa sociedade em relação ao homem, à mulher e a suas relações; perceber quais as modificações que estão ocorrendo neste sentido, a fim de entendermos quais as implicações que teremos no futuro do comportamento humano; e, contribuir para que outros estudos sejam realizados a fim de identificar os efeitos positivos e negativos de representações acerca da mulher e tentar minimizar as desigualdades e a supremacia do sexo masculino sobre o feminino.

2. AS IDAS E VINDAS DO CONTROLE SEXUAL FEMININO

Neste capítulo, enfocaremos a evolução das relações entre os gêneros, apontando suas características no decorrer do tempo e os acontecimentos históricos que proporcionaram grandes mudanças nas configurações sociais.

Para analisarmos personagens femininos, que possuem mais de um companheiro, é necessário realizarmos um percurso que se inicia na época, em que esse tipo de arranjo era naturalmente aceito. Por isso, neste capítulo, abordaremos a história das relações homem-mulher e da família, desde a pré-história – quando ocorria o casamento por grupos – até a contemporaneidade, que assiste e protagoniza uma grande mudança nas relações sociais, com permissão de casamentos não convencionais.

Dentro desse percurso histórico, serão pontuados os principais acontecimentos que modificaram as relações sociais estabelecidas, entre os gêneros, e os papéis desempenhados (ou esperados que fossem realizados) pelas mulheres. Por isso, destacaremos: a constatação da paternidade, que acarretou o fim da poliandria, com o início do controle sexual feminino e o fim da endogamia, promovendo o intercâmbio de mulheres entre os grupos sociais existentes, ainda na era pré-histórica; a consolidação da família através do culto religioso e a realização do casamento na Antiguidade, com a criação de regras de condutas, especificando os papéis sociais; o controle exercido pela Igreja e o erguimento dos seus modelos de gênero na Idade Média, empreendendo padrões de comportamento, com ênfase na diferença e no preconceito; o estabelecimento do Estado e da Ciência e sua união com a Igreja para a manutenção desses modelos criados, na Idade Moderna; as lutas e conquistas do Movimento Feminista, que modificaram a consciência das mulheres perante a sua situação, em repúdio à construção de uma identidade prévia.

Ainda que as personagens femininas a serem analisadas neste trabalho, Dona Flor, Darlene e Karinna, optem por um comportamento desviado em relação às normas de comportamento esperadas para a mulher, essas não levantam qualquer bandeira de libertação, de modo consciente. Entretanto, a historização que se faz acerca do controle sexual feminino e de sua libertação, coroada pelo feminismo, mais especificamente na 2ª e 3ª ondas, torna-se necessária enquanto recurso, que possa ilustrar as análises que serão feitas no *corpus* artístico escolhido.

2.1 – A Família nas Sociedades Polígamas

Ao falarmos sobre família com amigos, parentes, enfim, com pessoas comuns, notamos que o conceito de família, que está arraigado, encontra-se limitado. É comum as pessoas imaginarem, lembrarem ou verbalizarem, que a família é um grupo formado pelo pai, pela mãe e por seus descendentes. Quando a pessoa é oriunda de uma grande família, costumam-se acrescentar avós, tios e primos. Caso a pessoa não passe por uma situação, como citaremos logo em seguida, sequer se lembram de mencionar os filhos adotivos, os filhos do primeiro casamento, os filhos que são apenas do marido ou da esposa. Enfim, o conceito de família, que impera no nosso subconsciente, é o chamado conceito de família nuclear burguesa: pai-mãe-filhos (as). No entanto, as práticas familiares vão muito mais além dessas descrições restritivas e costumeiras.

Existem formas familiares demasiado diversas. Geralmente, as estruturas sociais e econômicas moldam as relações pessoais, as formas de relacionamento, de casamento ou ajuntamento, e as formas de se viver em sociedade. Enfim, aspectos políticos, econômicos, tecnológicos, religiosos, entre outros, acabam por modificar essas estruturas sociais, acarretando mudanças, inclusive, na forma como nos reconhecemos e nos comportamos, refletindo nos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, assim como na relação entre eles.

Para entendermos como se dão essas mudanças profundas nas sociedades, iniciaremos nossos estudos sobre as relações, entre homens e mulheres, na pré-história. Embora estejamos falando sobre uma época, em que não havia registros formais da história, os estudos antropológicos e arqueológicos conseguiram reunir informações, ferramentas e objetos, que foram capazes de nos fazer identificar o modo de vida e as ideologias daquela época.

Estudiosa sobre a história das relações de gênero, Elizabeth Badinter, em 1986, pesquisa essas relações desde a pré-história e adverte que, mesmo sendo mais fácil e crível o estudo a respeito do homem histórico, a análise das representações pré-históricas nos permite conhecer como aquelas comunidades viviam e se relacionavam.

Olhando os objetos do culto e da arte, adivinhamos se o masculino ou o feminino é que está aureolado com o poder mágico ou religioso, que detém o poder procriador, essencial naquele período pré-histórico. A representação de um novo personagem jamais é gratuita. Pelo contrário, ela indica uma reavaliação dos poderes de Um sobre o Outro, que modifica a relação de força anterior. Esta, portanto, nunca é adquirida de uma vez por todas, mas flutua em função das subversões técnicas e ideológicas (BADINTER, 1986, p.20).

Friedrich Engels² (2007), por outro lado, nos apresenta as diversas formas de família que existiram desde a era primitiva até a era pré-industrial, com suas respectivas características. Para ele, a era primitiva caracteriza-se pelo matrimônio por grupos, em que um grupo de homens e um grupo de mulheres pertenciam-se mutuamente. Isto quer dizer que todos os homens do grupo mantinham relações sexuais com todas as mulheres do outro aglomerado: “... o estudo da história primitiva nos revela um estado de coisas em que os homens praticam a poligamia e as mulheres a poliandria e, por conseguinte, os filhos de uns e outros são considerados comuns” (ENGELS, 2007, p.108)³.

Atualmente, a poligamia é uma prática que se configura como um sistema social que admite o casamento de uma pessoa com mais de um parceiro ou parceira, ou costume socialmente aceito de união não formal, de uma pessoa com mais de um parceiro ou parceira⁴. Este conceito subdivide-se em duas partes: poliginia, quando um homem se casa ou se une com várias mulheres, e poliandria, quando uma mulher se casa ou se une com vários homens. Não devendo, no entanto, essa união ser confundida com a aquela em que haja a presença de um (a) possível amante. Apesar de a poliginia ser a forma mais encontrada de poligamia, a poliandria não deve ser ignorada, sendo sua forma mais praticada a chamada *Fraternal Polyandry*, quando irmãos se relacionam com a mesma mulher.

Para Lévi-Strauss (1982), a poligamia se dá por causa do desequilíbrio social, ou seja, quando há maior número de homens ou de mulheres disponíveis no grupo, ou quando um pequeno número de pessoas tem privilégios no seu meio. Para ele, a

² Publicado originalmente em 1884.

³ ... el estudio de la historia primitiva nos revela un estado de cosas en el que los hombres practican la poligamia y las mujeres la poliandria y, por consiguiente, los hijos de unos y otros se consideran comunes (ENGELS, 2007, p.108).

⁴ GRANDE ENCICLOPÉDIA Larousse Cultural. São Paulo: Círculo do Livro, 1988. v.24.

criação de privilégios acaba por desequilibrar as estruturas sociais, tendo o homem mais importante da tribo, acesso a várias mulheres, enquanto aos outros é vedada a aproximação a elas, ou somente, às menos favorecidas.

Acrescentamos que, mesmo se as mulheres são, em número, equivalentes aos homens, nem todas são igualmente desejáveis – dando a este termo um sentido mais amplo que sua habitual conotação erótica – e que, por definição (...) – as mulheres mais desejáveis formam uma minoria. Por conseguinte, a demanda de mulheres, atual ou virtualmente, está sempre em um estado de desequilíbrio e de tensão (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.78)

Continuando na sua linha de pensamento, Lévi-Strauss (1982) acredita que as sociedades de elevado nível econômico apresentavam predominância de arranjos polígamos, enquanto que nas sociedades menos ricas, a competição tornava-se aflorada entre os homens e a sociedade tendia, assim, para a monogamia. Naquela época, as mulheres constituíam a certeza de prosperidade, por sua importância na força de trabalho e no acúmulo de riqueza. Coletavam alimentos, manufaturavam, cuidavam da prole e dos pertences. Assim, quanto maior fosse o número de mulheres em um grupo, mais fácil seria a manutenção econômica deste. Por isso, os grupos privilegiados davam preferência às relações, em que o homem poderia ter mais de uma mulher. Sob esse ponto de vista, a monogamia seria, enfim, um símbolo de retrocesso social.

Porém, ao contrário do que afirma Lévi-Strauss (1982) sobre o desequilíbrio social e o nível econômico dos grupos poliândricos, no Tibete não ocorre essa situação. Segundo Melvyn Goldstein (1976), que estudou grupos em três vilas no Tibete, no século XX, o número de homens e mulheres é, praticamente, o mesmo, fazendo com que haja um excedente de mulheres solteiras, nas regiões em que a mulher pode ser compartilhada. Naquela sociedade, a mulher solteira não é excluída ou mal vista, a poliandria ocorre, realmente, por escassez de terra e por causa da difícil subsistência de todos. Há pouca terra para as famílias e elas não desejam reparti-la, dando preferência, assim, à relação poliândrica, quando o casal tem mais de um filho homem. Quando tem apenas um, esse faz um casamento monogâmico. Lá, as regras são bem definidas. Há ocorrência de monogamia e poliandria do tipo fraternal, sendo encontrados, também, arranjos simultâneos de poliandria e poliginia, em que dois ou

mais irmãos compartilham mais de uma mulher. Porém, não é permitido a poliandria em que pai e filho esposam a mesma mulher. Enquanto que no Tibete, o casamento entre primos cruzados, é considerado incestuoso, em regiões próximas, no Nepal, essa prática é aceita e pode se dar tanto de forma monogâmica, quanto poliândrica. Relações extraconjugais são toleradas, ao que parece, só para os homens.

Ainda, segundo Engels (2007), a primeira forma de família foi chamada de consanguínea, na qual os grupos conjugais se definiam pelas gerações. Todos os que fossem avôs e avós eram marido e mulher, todos os que fossem pais e mães se pertenciam entre si, todos os que fossem filhos e filhas eram marido e mulher. Enfim, irmãos e primos eram todos considerados irmãos e, portanto, casados entre si. Da família consanguínea surgiu, em um estágio superior de desenvolvimento, a família chamada Panalúa, que existiu na Polinésia até o século XIX. Nessa formação, mantinha-se o casamento por grupos, porém, foram excluídos das relações apenas os irmãos; enquanto os tios, os primos e os pais faziam parte desses arranjos. A partir daí, as formas familiares foram se modificando, através dos tempos, com a substituição de papéis sociais, tanto para o homem como para a mulher.

Uma característica do matrimônio por grupos, que aceitava que a mulher poderia manter relações sexuais com vários homens, é que a organização social de parentesco era feita exclusivamente em torno da mãe. Pois, não era possível identificar o pai dos filhos ou filhas. Por isso, a descendência só poderia ser reconhecida por linha materna, caracterizando grupos matrilineares. James Casey (1992) afirma que:

...a família primitiva estava organizada em torno da mãe e sua "gente", e só mais tarde se organizou em torno do pai (...). O vínculo natural de qualquer pessoa é o que a prende à mãe; a relação com o pai, e a família deste, implica um grau mais elevado de organização social (CASEY, 1992, p.16-7).

Na era primitiva, os papéis sociais de homem e de mulher encontravam-se bastante definidos. Naquela época, havia uma relação de complementaridade entre eles, ou seja, homens e mulheres exerciam suas funções, sendo essas, dependentes entre si. Enquanto os homens trabalhavam para conseguir a carne, através da caça, as mulheres obtinham as frutas e demais vegetais, através da busca e coleta desses alimentos nos bosques.

Essa relação caracteriza-se por não haver sentimento de superioridade do homem sobre a mulher, nem da mulher sobre o homem. Todos contribuíam igualmente para o sustento do grupo e estavam economicamente sujeitos um ao outro. Mesmo havendo agrupamentos matrilineares, não se pode dizer que houve superioridade do sexo feminino sobre o masculino, ou vice-versa.

Até hoje, ninguém pôde detectar uma hierarquia qualquer entre o grupo das figuras femininas e o das masculinas. Enquanto as condições de sobrevivência parecem militar a favor de um certo equilíbrio entre os sexos, a representação ideológica que a arte constitui indica, por sua vez, sua simetria e talvez mesmo sua igualdade. Em todos os casos, nada nos leva a acreditar que os homens dessa época exerceram um poder tirânico sobre as mulheres. Nem elas sobre eles (BADINTER, 1986, p.39).

Naquela época, a mulher era vista com muito respeito. Fato constatado através do estudo dos cultos realizados por estes povos. Eles reverenciavam a Deusa, a Mãe-Terra, devido ao poder de procriação das mulheres, à fertilidade da natureza, à capacidade de produzir o leite, que alimenta a prole, assim como a terra tem o poder de produzir o alimento. As mulheres eram tratadas e vistas como seres divinos, cercadas por mistérios e cuidados.

Apesar de, até então, haver uma igualdade entre os sexos, Badinter (1986) afirma que homens e mulheres sempre foram vistos como opostos ou inversos. Para ela, o que provavelmente estabeleceu a divisão de tarefas entre homem e mulher foi a necessidade de aquisição de alimento, ainda na era primitiva, quando foi constatada a dificuldade de a fêmea caçar, devido à gravidez e aos cuidados com o recém-nascido. A partir daí, esta se tornou responsável pela coleta de alimentos e pela caça de pequenos animais. Desse modo, homens e mulheres passaram a intercambiar suas produções. E, como um dependia do outro para completar a sua alimentação, estabeleceu-se, assim, uma relação de dependência e complementaridade ocasionando o estreitamento de laços afetivos entre os mesmos.

Não somente o homem e a mulher não têm a mesma especialização técnica, dependendo portanto um do outro para a fabricação de objetos necessários às tarefas cotidianas, mas dedicam-se à produção de tipos de diferentes alimentos. Uma alimentação completa, e sobretudo regular, depende por conseguinte desta verdadeira “cooperativa de produção” que constitui uma família (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 79).

Com a divisão das tarefas, homens e mulheres abandonam, gradativamente, o nomadismo e tornam-se mais sedentários. A fêmea, neste momento, passa a ter mais disponibilidade para cuidar da prole, mesmo que numerosa, ao mesmo tempo, em que realiza a coleta dos víveres. Inicia-se o processo de domesticação de animais e a criação de rebanhos. No entanto, o homem continua a caçar, mas com menor frequência.

O fato de os homens passarem mais tempo em casa para cuidar dos rebanhos, fez com que eles percebessem, através da observação, que a fêmea só ficava grávida quando o macho a fertilizava. Essa descoberta teria ocasionado a inversão do poder de criação da mulher para o homem, dando início à construção ideológica de superioridade do homem sobre a mulher, introduzindo o sistema patriarcal na humanidade.

Segundo Danda Prado (1981), as representações da época, que veneravam a mulher, foram substituídas por representações masculinas em estatuetas, com o falo modelado em barro e por figuras gravadas nas pedras. Essa modificação teria gerado, também, o fim do matrimônio por grupos.

Além desse relato, há outros que tentam explicar essa transição. Engels (2007), por exemplo, nos apresenta a família sindiásmica, que evitava o casamento consanguíneo. Nessa nova forma de relacionamento, os homens tinham uma esposa principal entre as demais e foram-se extinguindo, gradativamente, o incesto e o matrimônio por grupos. Embora muitos acreditem que o fim do incesto se deu com a criação do totem e do tabu, como sintetiza Monique Augras (1989):

...os homens pré-históricos ter-se-iam organizado em hordas conduzidas por um macho velho, o pai de todos. Nessa horda primitiva, a posse sexual das fêmeas seria o apanágio exclusivo do pai. Os jovens machos, cheios de ciúmes, ter-se-iam unido para assassinar o pai. Para incorporar sua força, teriam-no devorado em banquete canibal. Mas acabariam cheios de culpa pelo crime. O deslocamento da imagem do pai num animal, o totem, o culto deste, a proibição de comê-lo, a regra da exogamia, ou seja, a interdição de casar com mulheres do mesmo totem, tudo isso seriam instituições elaboradas pelo homem primitivo para livrar-se da culpabilidade do parricídio (AUGRAS, 1989, p. 24-26).

Os clãs acreditavam ter um antepassado mítico que estava, geralmente, associado a um animal ou planta. Para se diferenciarem entre si, produziram grandes mastros esculpidos em madeira, chamados de totens. O totem era o símbolo sagrado

de um determinado grupo e era representado por formas que mesclavam a anatomia humana e animal, representando seu grupo e reforçando sua identidade. Como eram todos filhos do mesmo pai, além do tabu de se relacionar com as pessoas do mesmo grupo, criou-se, também, o tabu de comer o animal representado pelo totem.

Em primeiro lugar, o totem é o antepassado comum do clã; ao mesmo tempo, é o seu espírito guardião e auxiliar, que lhe envia oráculos e, embora perigoso para os outros, reconhece e poupa os seus próprios filhos. Em compensação, os integrantes do clã estão na obrigação sagrada (sujeitas a sanções automáticas) de não matar nem destruir seu totem e evitar comer sua carne (ou tirar proveito dele de outras maneiras) (FREUD, 1974, p.15).

Para Freud (1974), a crença no totem foi a origem da religião ou culto religioso e, aponta que há uma forte relação entre totemismo e exogamia. Ele afirma que os laços totêmicos eram mais fortes que os laços de sangue ou familiares que conhecemos atualmente. Havia regras rígidas que eram respeitadas ou, severamente punidas, caso violadas. A desobediência à regra da exogamia era vingada de forma enérgica por todo o clã, podendo haver até a morte dos envolvidos.

Assim, a crença no ancestral comum proporcionou fundamental mudança para o desenvolvimento daquela sociedade. A endogamia, ou seja, o “casamento” com pessoas do mesmo grupo, foi proibida e passou-se à prática da exogamia, com o estabelecimento de laços íntimos entre pessoas de grupos distintos, além da interdição ao incesto, como forma de estabelecimento de diferenciação entre os clãs.

Essa organização social obrigou os diferentes clãs a se aproximarem e a se relacionarem entre si, em busca do acasalamento e da procriação, favorecendo a formação de grupos cada vez maiores, porém, mais definidos. Com o fim da endogamia, os grupos passaram a estabelecer alianças por intermédio das mulheres, extinguindo-se o casamento por grupos. As mulheres tornaram-se, a partir desse momento, moeda de troca. Era comum, naquela época, que o grupo que cedesse a mulher para outro, recebesse presentes desse, como forma de ressarcir o prejuízo da perda da força de trabalho feminino (RICHARDS, 1993). Tal asserção se confirma em:

...a proibição do incesto tem logicamente em primeiro lugar por finalidade “imobilizar” as mulheres no seio da família, a fim de que a divisão delas, ou a competição em torno delas seja feita no grupo e sob o controle do grupo, e não em regime privado (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 85).

Isso teria acarretado a diminuição do número de integrantes na família, tendo como consequência o acúmulo de bens e a obrigação da monogamia feminina. Possivelmente, esse intercâmbio de mulheres, entre os clãs, tenha sido a origem do casamento como hoje o conhecemos. É o que diz Engels (2007):

Nesta etapa, um homem vive com uma mulher, porém a poligamia e a infidelidade ocasional seguem sendo um direito masculino, embora, por questões econômicas, a poligamia seja raramente praticada. Ao mesmo tempo, se exige a mais estrita fidelidade às mulheres, enquanto dure a vida em comum, sendo o adultério desta, cruelmente castigado. Contudo, o vínculo conjugal se dissolve com facilidade por ambas as partes, e depois, como antes, os filhos só pertencem à mãe (ENGELS, 2007, p. 124).

Saindo da pré-história e entrando na Antiguidade, um estudo de extrema importância sobre essa é *A cidade antiga* (1998) de Fustel de Coulanges⁵. Engels (2007) e ele concordam, em vários pontos, sobre o desenvolvimento da sociedade antiga. No entanto, enquanto Engels enfoca o acúmulo de riquezas e a formação do Estado, como fatores determinantes, Coulanges atribui à religião a fonte limitadora das ações humanas e organizadora das populações, criando leis que moldaram o desenvolvimento do magistrado, das cidades e do Estado.

A proibição da poliandria deve-se à fixação do homem em um território e ao inédito acúmulo de riquezas ao longo dos anos, fazendo com que ele se preocupasse com a paternidade. Pois agora tinha posses, rebanhos, escravos e desejava ter um filho legítimo que herdasse essa riqueza e que desse continuidade a seu trabalho na terra. Porém, a poligamia continua a ser uma prática em algumas situações e sociedades. Prado (1979) assim advoga:

No caso de uniões polígamas, há um "status" definido para cada esposa em relação às outras. As mulheres são freqüentemente favoráveis à poligamia quanto aos homens. A mulher, serva, sobrecarregada de serviços, deseja uma companheira para dividir seus encargos (PRADO, 1979, p.40).

Já, para Coulanges (1998), o culto aos mortos fez surgir a religião doméstica, criando inúmeras leis que transformaram a família em importante instituição. Esta religião baseava-se no culto aos antepassados e em sua elevação aos deuses. Para isso, cada família possuía um altar dentro de casa, contendo o fogo sagrado, e um altar

⁵ Publicado originalmente em 1864.

no túmulo, onde eram feitas as oferendas aos parentes mortos. O fortalecimento da instituição familiar, naquela época, deu-se através de certas leis, tais como: a proibição de adorar os mesmos antepassados em dois ou mais lares distintos, a transformação do pai em deus, a adoração e o respeito inquestionável a este; a exclusiva sucessão dos bens para o filho mais velho e a proibição do culto à mulher; a instituição do lar como um lugar sagrado, sendo esse composto pela casa e por todo território que a cerca. Assim, cada família possuía seu antepassado, seu lar, seus cultos ou suas manifestações religiosas. Era uma adoração particular. O fogo sagrado era de responsabilidade da família, significava a existência de um deus ali presente, proporcionando a existência do lar. Extinguindo-se o fogo, deixava de existir o deus e a instituição estaria amaldiçoada e/ou extinta.

Naquela época, a família e a sociedade já eram organizadas de forma patrilinear e os cultos passavam de pai para filho. Ao pai, atribuía-se a função de sacerdote do grupo e de seu futuro deus. As mulheres participavam dos cultos, porém, a elas não era creditado nenhum poder, pois, como só os homens viriam a ser considerados deuses, só esses detinham o direito de presidir as orações, com suas libações e oferendas.

A primeira criação da religião doméstica, para Coulanges (1998), foi o casamento. No casamento, a mulher de uma família era entregue a outra. Nesse ato, a filha renunciava sua família de origem, pois não poderia mais prestar culto aos seus antepassados, sendo obrigada, entretanto, a prestar aos do marido. Também por esse motivo, ela não dispunha do direito à herança paterna ou do marido, pois, o maior patrimônio existente era o lar e este cabia somente ao primogênito. É o que afirma Coulanges (1998):

Todos tinham, pois, enorme interesse em deixar um filho, convencidos de que, com este fato, tornavam feliz a sua imortalidade. Era mesmo dever do homem para com os antepassados, pois que a sua felicidade devia durar tanto como durava a família. Pelo que as leis de Manu chamavam ao filho primogênito 'aquele que é gerado para o cumprimento do dever' (COULANGES, 1998, p.45).

No ritual do casamento, o noivo dirigia-se à casa da noiva. Lá ela estava o esperando, obrigatoriamente, vestida de branco. Ela era conduzida por seu noivo até a sua nova casa, lá chegando, ela, por ser de outra família, era considerada impura, para

adentrar no sagrado lar. Ele, então, apanhava-a no colo e a levava até ao altar, onde estava o fogo sagrado. O noivo a apresentava ao seu deus e, só então, ela poderia tocar o chão do lar sagrado, sendo considerada, a partir daí, como integrante daquela família. A religião doméstica teria proporcionado o estreitamento dos laços familiares, pois todos os filhos, homens ou mulheres, eram educados a seguirem suas regras, e a acatar as ordens do pai.

Esta religião proibiu o celibato e autorizou o divórcio no caso da esterilidade da mulher. Caso contrário, a mulher era obrigada a manter relações sexuais com um irmão ou parente próximo do marido, e o filho, resultado desta união momentânea, seria considerado apenas do marido e preparado como o futuro sacerdote. Se o marido falecesse antes do nascimento de um filho, a viúva casaria com o mais próximo parente desse e o produto da união, vinha a ser considerado filho do defunto, que lhe prestaria as devidas homenagens. O casamento significava, desse modo, uma ordem social estabelecida e aceita por todos; sendo o filho bastardo rechaçado, uma vez que só ao filho, fruto do casamento, caberia render as obrigações religiosas.

O casamento era, assim, obrigatório. Não tinha por fim o prazer; o seu objeto principal não estava na união de dois seres mutuamente simpatizantes um com o outro e querendo associar-se para a felicidade e para as canseiras da vida. O efeito do casamento, à face da religião e das leis, estaria na união de dois seres no mesmo culto doméstico, fazendo deles nascer um terceiro, apto a continuar esse culto (COULANGES, 1998, p.47).

Apesar de integrar a família, fazer parte dela, a mulher era sempre vista como alguém vinda de fora. Sua obrigação era auxiliar na manutenção e no cumprimento da religião doméstica com a incumbência de deixar herdeiros legítimos para seus maridos, sob quaisquer sacrifícios. Com isso, sua sexualidade passou a ser vigiada e as ações contrárias à manutenção da família, severamente punidas, inclusive com condenação à morte.

À proporção que a agricultura estável se difundia, e a manufatura promovia o comércio, os lares começaram a adquirir patrimônio, que os homens queriam transmitir aos filhos. Isto levou a esforços no sentido de monopolizar o serviço sexual das esposas, para estabelecer linhas claras de paternidade (CASEY, 1992, p.19).

Naquela época, a mulher pertencia aos seus pais e, após o casamento, ao marido e, posteriormente, aos seus filhos. Mesmo sendo filha única, após a morte de seu pai, ao casar, sua herança era adquirida pelo marido, da mesma forma que lhe era outorgada, também, a responsabilidade pelo culto doméstico, com a adoração ao sogro.

Para Prado (1979), na Grécia do século II a.C, as normas vigentes diziam que a mulher devia obediência ao marido e essa estava proibida de sair de casa sem sua autorização, como também, de ter relações com outros homens, pois não devia arruinar a família nem desonrar seu marido. Com isso: “A mulher sente necessidade de despender energia, de ter ação, no interior de sua casa. Ocupa-se da infra-estrutura do casal. O marido ou os homens que a cercam capitalizam essa energia ‘representando-a’ na sociedade” (PRADO, 1979, p.45-6).

Naquela época, família e propriedade tinham praticamente o mesmo significado. As famílias se organizavam em *holseholds*, ou seja, tudo o que estava dentro das “paredes” da propriedade familiar, fazia parte da família. Com o crescimento da população, tornou-se comum a utilização dos nomes das propriedades como nomes de família, criando o que chamamos hoje de sobrenome.

A partir daí, teria se difundido, se organizado e fortificado o sistema patriarcal, estrutura social que nasce do poder do pai sobre todos os membros da família, ou seja, a ideologia de superioridade do homem sobre a mulher. Essa, agora confinada ao espaço privado/doméstico, detém as responsabilidades sobre a casa, os filhos e o bem-estar do marido; enquanto àquele, cabia o encargo do sustento de toda a família e a aquisição de bens. Organização social que tem perdurado por muito tempo, sendo reestruturada pela Igreja Católica durante a Idade Média, como veremos a seguir.

2.2 - Os discursos que cerceiam a sexualidade

A Idade Média, baseada na agricultura e na vida pastoril, estava estruturada em uma sociedade estamental, isto é, em estamentos, organizada de forma hierárquica de suserania e vassalagem. Esse tipo de organização não permitia a transição de uma posição hierárquica para outra, uma vez que se amparava na crença divina de que o rei

e o papa, no topo da pirâmide social, possuíam prerrogativas outorgadas por Deus. Por isso, todos deviam respeito e obediência aos dois; enquanto os senhores feudais eram depositários do poder sobre a terra e de tudo que nela continha. O vassalo cuidava da segurança do território em troca de benefícios, e os servos, subordinados aos dois anteriores, faziam todo o serviço.

A sociedade medieval era, então, sedimentada e fortemente hierarquizada. Jeffrey Richards, em *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média* (1993) faz uma descrição da sociedade da época, da classificação dos indivíduos e dos artifícios para seu controle. "... a tônica da Idade das Trevas era a obediência e a fé inquestionável na autoridade" (RICHARDS, 1993, p.18). Consequentemente, era uma sociedade conformista, detentora de uma visão teocrática do mundo.

Uma das grandes modificações ocorridas naquela época, que influenciou e ainda influencia nossa sociedade, foi o estabelecimento da Igreja Católica. Segundo Richards (1993), a Igreja Católica foi a instituição mais poderosa da Era Medieval. Ao longo deste período, conseguiu exercer grande poder e influência sobre o povo, modificando sua forma de pensar, de se relacionar e de agir, por meio das confissões e das representações dos textos sagrados e pelas artes sacra e religiosa. O trabalho da Igreja consistia em controlar a sociedade visando à manutenção dos poderes estabelecidos. De acordo com Prado (1981):

Desta forma, a Igreja, que é tanto ou mais tradicionalista que a família, sacraliza as principais manifestações de vida familiar, como o nascimento, o casamento, a morte etc., e condena (punindo conforme o caso) a interrupção da gravidez, o divórcio, o exercício da sexualidade livre etc. Toda infração às normas é sancionada. Os deuses com freqüência apresentam um modelo eterno e supremo de família extensa e patriarcal (PRADO, 1981, p.69).

Segundo Georges Duby (1989), a Igreja era, em princípio, contra o casamento, pois o via como contrário aos escritos Sagrados, à busca da contemplação e à elevação da alma. Porém, não encontrando outra forma para disciplinar a sexualidade do povo, utilizou o casamento e a família para criar e manter a moral e aprisionar as pulsões sexuais no espaço doméstico:

Quando se unem, portanto, os cônjuges não devem ter outra idéia na cabeça além da procriação. Se eles se permitem sentir algum prazer na sua união,

ficam logo “maculados”: “transgridem”, diz Gregório, o Grande, “a lei do casamento” (DUBY, 1989, p.18).

Foi durante a Idade Média que o casamento foi sacralizado e a Igreja obteve maior controle sobre ele. Uma prática bastante utilizada no casamento, naquele tempo, foi o pagamento do dote, e esse se prestou a diversas finalidades. O dote foi uma prática iniciada em tempos remotos. Na Inglaterra, por exemplo, o líder do clã recebia um pagamento em forma de presentes para compensar a falta que a mulher faria ao seu grupo ou para garantir que essa não viesse a ficar totalmente desamparada, no caso de separação ou viuvez. Por outro lado, na Idade Média, a partir do século XII, o futuro marido é quem passou a receber o dote, oferecido pelo pai da nubente. Na Alemanha, por exemplo, após o casamento, a mulher teria dificuldades para retornar ao grupo de origem ou de ser incorporada ao grupo do marido, caso ficasse viúva ou tivesse o casamento desmanchado por qualquer motivo. Então, seu pai pagava o dote ao futuro marido, como forma de garantir sua estabilidade no casamento e na sua vida futura. Tal prática...

(...) tem sido associada a uma certa perda de autonomia jurídica pelas mulheres, durante o período feudal, com ressurgência do *pater potestas*. Segundo este conceito, ao transmitir propriedade do seu pai para o marido, a noiva passava diretamente da autoridade de um homem para a de outro, revertendo à tutela da família de origem se ficasse viúva. O matrimônio tinha deixado de ser uma troca e se tornava uma promessa de cooperação entre duas linhagens masculinas (CASEY, 1993, p.93).

O casamento, assim como na Era Primitiva, é um contrato entre linhagens masculinas, sendo a mulher o objeto do negócio; a moeda principal dos arranjos, capaz de promover a ascensão das famílias envolvidas nessa transação comercial. Os laços matrimoniais se fundam entre homens, por meio das mulheres. O casamento fazia parte de uma política de crescimento e enriquecimento. Por isso, eram geralmente, arranjos. Os filhos e, principalmente as filhas, deviam obediência ao pai e, logo na infância, esse já lhes apresentava pretendente.

A mulher, na Idade Média, encerrava triplamente o *status* de objeto: 1) instrumento de promoção social: quando ofertada, através de um casamento, caso sua família pertencesse a um dos estamentos sociais, ou, pelo rei, aos seus mais devotados; 2) objeto de distração: para entreter guerreiros, soldados, homens

importantes da corte; e, finalmente, 3) de procriadora, que deveria sempre, dar à luz a filhos legítimos (BADINTER, 1986).

Para garantir esta legitimidade, os homens medievais usavam de vários artifícios: matinhavam-na afastada de outros homens, obrigavam-na ao uso do cinto de castidade ou de outros aparelhos de mesma finalidade e, até mesmo, a clitoridectomia ocorria, como um modo de inibir suas pulsões sexuais. Caso fosse confirmado o adultério feminino, a mulher sofreria fortes punições.

Apesar do forte controle exercido pela Igreja, encontramos ainda, depois do ano 1000, a prática da endogamia, quando era de interesse da família a manutenção de posses ou títulos. Mas essa foi uma prática arduamente combatida. A partir de 1215, quando a Igreja sacramentou o casamento, aumentando seu controle sobre essa prática, foi reduzido o grau de parentesco com os quais as pessoas poderiam se casar. “Não há dúvida de que boa parte da história medieval está dominada pela legislação da Igreja a respeito do casamento; em particular, pela longa lista de parentes com quem o casamento não era autorizado” (CASEY, 1992, p.87).

É provável que a não obrigatoriedade do casamento para os demais filhos, que não o primogênito, tenha sido uma das causas para esses arranjos “indesejáveis”. Pois, como afirma Duby (1989), foi apenas no século XII que os filhos homens não-primogênitos foram autorizados a contraírem o matrimônio. Além disso, Duby (1989) aponta a literatura de divertimento como outro fator para essas práticas desviantes. Pois, colocava-se contrária ao casamento e o representava como um negócio ou jogo social, desencorajando os jovens de querer participar dessa cena.

Se por um lado a Igreja exercia sua autoridade, como dito anteriormente, por outro, a sociedade medieval ainda era capaz de transgredir as normas estabelecidas. Michel Foucault (1988) afirma que o controle e a proliferação dos discursos sobre o sexo, só se intensificaram a partir do século XVIII. Para ele, no século anterior, ainda havia certa liberdade ao falar e exercer a sexualidade. Talvez por isso, seja possível encontrarmos naquela época, arranjos familiares, em que o homem compartilhava sua esposa com um irmão ou com parente próximo. O homem se ausentava por longo tempo de casa, para guerrear ou fazer negociações, e a “emprestava”, a fim de manter suas terras, *status* e/ou títulos. Os homens se revezavam tanto na tarefa de administrar

a propriedade, como na de ser “cuidado” pela esposa, não importando a paternidade, pois estaria tudo em família. Caracterizando assim, outra forma de *Fraternal Polyandry*, tendo a mulher, um marido de cada vez (LEVINE *et* SILK, 1997).

Tanto a poliandria quanto a *Fraternal Polyandry* são, segundo pesquisadores, uma forma de relacionamento muito difícil de ser mantida, principalmente, depois da constatação da paternidade, da obrigatoriedade de prover filhos legítimos e do desenvolvimento da sociedade patriarcal. Goldstein *et* Beall (1981) afirmam que a poliandria termina por reduzir, consideravelmente, o número de acasamentos do homem, posto que é obrigado a dividir a mulher com outros companheiros. Levine *et* Silk (1997), afirmam que, para haver sucesso nesse tipo de relação, deve haver uma relação de equidade entre os homens que compartilham sexualmente a mesma mulher, pois, a partir do momento em que um deles se sentir superior, desejará ter exclusivo acesso à sua mulher. Ele sendo mais importante ou mais forte que os outros, tenderá a transformar aquela relação em um relacionamento monogâmico. Outro fator determinante, segundo as pesquisadoras, é o número de filhos. O homem que tiver menor número de filhos, pode se sentir inferior e desejar sair da relação. Afirmação que contradiz a incerteza da paternidade.

Para Goldstein (1979), mesmo no Tibete, as relações eram bastante conflituosas. Era comum a grande diferença de idade entre os irmãos, sendo que o mais novo estava sempre em desvantagem e não lhe era permitido, por falta de recursos naturais, casar com outra mulher. Era, então, obrigado a permanecer na família e suportar as humilhações ou ter que se conformar em estar com uma mulher muito mais velha do que ele. Apesar de as relações serem, facilmente, desfeitas, para as tribos tibetanas, era quase impossível estabelecer relações monogâmicas, pois a escassez de terra e de recursos naturais inviabilizava tal atitude. Percebe-se, assim, a íntima relação entre a poliandria e os fatores econômicos e, o fato dessa relação ocorrer por necessidade do homem e não por necessidade ou vontade das mulheres. A poliandria tibetana, por exemplo, causava um grande excedente de mulheres que não contraíam matrimônio, sendo utilizadas como amantes, mas que não eram, por isso, discriminadas. O fato é que ela era importante para a manutenção daquele sistema social. O amantismo era aceito, desde que fosse feito de maneira discreta.

Até o século XII, na Europa, o casamento era privilégio do filho mais velho. Esse tinha direito, também, a toda a herança e os demais filhos costumavam ser entregues à vida eclesiástica ou aos exércitos. Porém, essa situação, além de por em perigo as riquezas das famílias, desafiava as leis da moralidade. Essa imposição criava grande número de homens e de mulheres solteiras. Os jovens, sem controle social, ameaçavam a estrutura familiar, pois toda família preparava sua filha para o bom casamento:

O temor de fragmentar a herança, uma reticência prolongada quanto à afirmação do direito de primogenitura reforçam inversamente os obstáculos ao casamento dos rapazes e fazem do século XII, na França setentrional, o tempo dos “jovens”, dos cavaleiros celibatários, expulsos da casa paterna, correndo atrás de prostitutas, sonhando nas diversas etapas de sua aventura errante em encontrar donzelas que, como dizem eles, os “apalpem”, mas primeiro em busca, ansiosa e quase sempre vã, de um estabelecimento que os transforme finalmente em seniores, em busca de uma boa herdeira, de uma casa que os acolha e onde, como se diz ainda hoje em certos locais no interior francês, eles possam “ser genros” (DUBY, 1989, p.21-2).

Pensando nisso, a Igreja logo tratou de sacramentar e ritualizar o casamento e autorizá-lo para todos os filhos nascidos, independente da primogenitura, criando pares para o excedente masculino e feminino, proporcionando maior controle social.

A Igreja Católica buscava, também, ditar comportamento e criar perfis de conduta para os dois gêneros. Era através das confissões que os clérigos conseguiam descrições dos costumes e, principalmente, das práticas sexuais da sociedade. Com isso, julgavam seus fiéis, puniam os pecadores e recolhiam material suficiente para mapear o comportamento da sociedade e, assim, construir regras de conduta que fossem condizentes com os preceitos católicos do Novo Testamento; uma vez que, no Velho Testamento, as famílias são representadas como endogâmicas, patrilineares, poligâmicas, para os homens, e, não podia ser diferente, patriarcais.

Para a mulher, a Igreja ocupou-se em construir-lhes duas imagens. Uma negativa e outra positiva: Eva e Maria, respectivamente. Sendo Eva, imagem do pecado, responsável pela perda da humanidade, e Maria, a virgem que trouxe a salvação para os homens de bem. Torna-se, assim, exemplo de mulher a ser seguido. Naquela sociedade, esperava-se que a mulher fosse temente a Deus, casta, devotada ao marido e ao filho ou virgem devota a Deus.

O cristianismo (isso foi mantido no catolicismo), valorizando a virgindade, deu à mulher uma outra função além de reprodutora, pois, conforme os dogmas cristãos, o Messias já tinha vindo na pessoa de Jesus Cristo. A mulher podia, portanto, recusar o casamento e tornar-se a “esposa” de Cristo (PRADO, 1979, p.48).

Após a criação dos modelos de homem e de mulher a serem seguidos, a Igreja rechaçava os perfis dos indivíduos que se encontrassem fora dos mesmos. Richards (1993), ao estudar o caso dos hereges, bruxos, judeus, prostitutas, homossexuais e leprosos, descobre que esses, além de serem classificados, eram obrigados a utilizar roupa ou adorno específico para sua fácil identificação, servindo de exemplo para a sociedade. A Igreja instaurava, assim, uma onda de terror na sociedade medieval e incitava a discriminação.

Ela [a Igreja] desenvolveu três estratégias principais: persuasão, repressão e satanização. A persuasão envolvia um programa de pregações e a conversão através da atividade missionária. A repressão estendia-se desde a imposição de penitências até a morte e o exílio. A satanização envolvia promover propaganda que estigmatizasse os hereges como desviantes sexuais e orgiásticos (RICHARDS, 1993, p.60).

No fim da Era Medieval e início da Era Moderna, com a transição entre o feudalismo e o capitalismo, a sociedade vivia um período de transição entre dois sistemas, a saber: o sistema de organização social baseado na linhagem e outro baseado na acumulação de riquezas. Segundo Hall (2005), essa importante ruptura com o passado se deu entre o período Renascentista, no século XV, e o Iluminismo, no século XVIII, marcando o fim da Idade Média e início da Idade Moderna. Com isso, houve o surgimento do chamado “indivíduo soberano”, sendo esse, visto por alguns autores, como o motor que colocou todo o sistema social da modernidade para funcionar. Para ele, nesse período, havia a concepção individualista do sujeito e de sua identidade. O indivíduo era centrado e unificado e, usualmente, descrito como masculino.

Diferentemente do homem medieval, que acreditava que sua condição era imposta por Deus, o indivíduo soberano acreditava que, por sua própria força e capacidade de trabalho, poderia ser capaz de ascender socialmente. Ele, finalmente, se livra das amarras do determinismo religioso. Durante esse período, juntamente com o desenvolvimento do ser humano, ocorreram grandes descobertas na física e na

matemática, que permitiram a criação de instrumentos e empreendimentos: a imprensa, novas técnicas de exploração agrícola e mineral, fundição, metalurgia, construção naval, do relógio; que proporcionaram grandes mudanças: a descoberta do “novo mundo”, o surgimento das cidades, a substituição da economia de subsistência pela economia monetária, o comércio, a burguesia, os bancos, o trabalho assalariado, o fortalecimento da Monarquia, entre outros.

Tais mudanças proporcionaram uma verdadeira revolução intelectual, avanços na educação e transformaram a forma de ver o mundo, buscando romper com os preceitos da Idade Média. Segundo Sevcenko (1988), os humanistas se preocuparam em renovar o padrão de estudo das Universidades Medievais, que na época era centrado em três áreas, a saber: Medicina, Direito e Teologia, adicionando estudos sobre poesia, filosofia, história e matemática. Essas novas áreas obrigavam o estudo e o domínio perfeito das línguas clássicas – latim e grego, que promoveram a redescoberta e a valorização da cultura antiga.

Os renascentistas não queriam repetir a antiguidade. O que eles desejavam era apagar e romper com a barbárie da Idade Média, negando essa cultura através da valorização e da apropriação da cultura clássica, utilizando-a como modelo a ser seguido. Segundo Secvenko (1980):

A imitação [da cultura Clássica] não seria a mera repetição, de resto impossível, do modo de vida e das circunstâncias históricas dos gregos e romanos, mas a busca de inspiração em seus atos, suas crenças, suas realizações, de forma a sugerir um novo comportamento do homem europeu (SEVCENKO, 1988, p.14).

Na religião, essas mudanças geraram a reinterpretação das escrituras sagradas, desagradando a Igreja Católica, promovendo o movimento de Reforma que, questionando as práticas da Igreja, enfraqueceu seu poder, ao mesmo tempo em que deu ao homem, o poder de decidir sobre sua vida e seu entorno. Apesar disso, a Igreja continuou a exercer seu controle sobre a sexualidade e comportamento de homens, mulheres e crianças, construindo e reforçando valores à sociedade.

Mesmo com essas mudanças, não devemos esperar, porém, que a instituição familiar e a condição da mulher na sociedade tenham sofrido alguma mudança significativa. É possível, até, imaginar que, se houve alguma mudança, que tenha sido para pior, pois o pensamento antigo tinha retornado, trazendo consigo o peso da

importância da família, da obediência às regras e da supremacia masculina. Assim, a sociedade pré-capitalista continuou misógina, promoveu a desvalorização da mulher e manteve todos os seus esquemas de subjugação e controle, pois o preconceito contra a mulher manteve-se:

Remontando ao velho Testamento e à Grécia antiga e estendendo-se através das tradições clássicas helênicas, judaica e romana até o século XV, ela [a misoginia] domina os escritos, cartas e sermões eclesiásticos, os tratados teológicos e as discussões e compilações da lei canônica; os trabalhos científicos, como parte do conhecimento biológico, ginecológico e médico; o folclore e a filosofia. O discurso da misoginia corre como um veio através de toda a literatura medieval (BLOCH, 1995, p.15).

Houve o reforço do sistema patriarcal, o fim das chamadas *household*, pois o mundo ocidental toma uma forma de organização social mais parecida com a que conhecemos hoje: a família conjugal, formada pela união de um casal e seus descendentes, estruturando-se como uma instituição nuclear, patriarcal e monogâmica. Além disso, mantém-se o poder absoluto na mão do rei, e a sociedade estrutura-se de maneira extremamente hierarquizada, baseada no acúmulo de riquezas.

Ao passo que os discursos criados e propalados atribuíam características positivas ao masculino, impunham características contrárias ao feminino, classificando-os de forma binária e opostas entre si, colocando em primeiro lugar o masculino, como positivo e o feminino como o negativo: homem/mulher, forte/fraco, mente/corpo, bom/mau, razão/emoção, civilizado/primitivo, entre outras associações. Essas construções simbólicas contribuíram não apenas para a formulação das regras de conduta e de comportamento dos homens e das mulheres, mas também, para a formulação das identidades de gênero, sendo a identidade feminina criada, como acredita Beauvoir (1980), a partir da negação dos atributos masculinos, ou a partir de seu antônimo, constituindo-a como seu oposto. Pois, para ela, o mundo sempre operou significações opostas do Um e do Outro, mesmo antes das estruturações das diferenças de gênero:

A categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro. A divisão não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos. (...) Nos pares Vanura-Mitra, Urano-Zeus, Sol-Lua, Dia-Noite, nenhum elemento feminino se acha implicado a princípio; nem tampouco na oposição do Bem ao Mal, dos princípios fastos e

nefastos, da direita e da esquerda, de Deus e Lúcifer; a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano (BEAUVOIR, 1980, p.11).

Nesse trabalho, ela critica a *doxa* falocêntrica e a desqualificação da mulher através do discurso masculino. Para a filósofa, escritora e feminista, a definição da mulher é realizada de forma intimamente ligada à do homem, e não o contrário. Com isso, a mulher figura como uma alteridade absoluta. E atribui a isso, todo o histórico de opressão sofrido pela mulher, já que não é vista como sujeito e sim como o contrário do homem, apontando a valorização do masculino e a sujeição do feminino. Ao criticar a estratégia patriarcal na construção da alteridade, atenta para o fato de o mundo ser construído discursivamente pelo homem, não tendo, a mulher, espaço para sua própria construção. A filósofa, em seu trabalho, denuncia a redução da mulher ao segundo sexo:

...percorre praticamente toda a discursividade patriarcal, valendo-se das próprias afirmações contidas nos tratados e compêndios de Filosofia, nos códigos e ordenamentos jurídicos, assim como nos preceitos, rituais e escritos das mais diversas religiões, para *descentrá-las*, isto é, colocar todas as práticas delas advindas – como parciais e opressoras, portanto carentes de credibilidade (DUARTE, 2002, p.28).

Como são inerentes ao ser humano, essas construções simbólicas de alteridade não cessaram, enraizando-se em outros segmentos da sociedade: branco/negro, rico/pobre, europeu/não-europeu, civilizado/primitivo, heterossexual/ homossexual; de forma que, o primeiro dos pares é sempre visto como positivo ou neutro e o Outro como negativo, em posição de inferioridade e subjugação (Beauvoir, 1980), sendo reforçados e ressignificados geração após geração.

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *vir* o sentido geral da palavra *homo*. A mulher aparece como negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (BEAUVOIR, 1980, p.9).

No século XVIII, na iminência da Revolução Francesa, por exemplo, foi cunhado o termo masculinidade, que tinha por objetivo, construir o homem ideal para a Era Capitalista, caracterizada pela forte industrialização, o êxodo rural, a consolidação da burguesia e do proletariado. A masculinidade seria:

um lugar simbólico/imaginário de sentido estruturante nos processos de subjetivação. E complementar: na qualidade de estrato constitutivo e articulado do *socius*, apresenta-se como uma significação social, um ideal culturalmente elaborado ou sistema relacional que aponta para uma ordem de comportamentos socialmente sancionados (OLIVEIRA, 2004, p.13).

A Revolução Francesa, de 1789, com o seu *telos* de Liberdade-Igualdade-Fraternidade, surge como grande ameaça às instituições, às normas vigentes e ao patriarcado, em termos. Foi, entretanto, uma revolução realizada, eminentemente, por homens que queriam uma mudança no cenário político, social e econômico.

A Revolução Francesa, ao impor o fim da exclusão e hierarquização, acabava com todo e qualquer tipo de poder e desafiava o poder do pai. Ao questionar a autoridade do rei, que era o pai do povo e representante direto de Deus na Terra, a Revolução desafiava o sistema vigente, marcada pela execução do rei Luis XVI, simbolizando o fim do patriarcado.

A soberania popular nasceu do parricídio. Matando o rei-pai, o povo, por muito tempo considerado menor, ganha a autonomia do adulto. Para isso, foi preciso guilhotinar o soberano em praça pública... Realizado o ato, a derrubada dos valores tornava-se efetiva. O tríptico Liberdade, Igualdade e Fraternidade substituiu o antigo: Submissão, Hierarquia e Paternidade (BADINTER, 1986, p.170).

A partir daí, ocorre, lentamente, em todo o mundo, um movimento de laicização do Estado, que encerra uma tradição de séculos – a união entre a Igreja e o Estado, e, o fim da monarquia. Com isso, o homem toma o lugar de Deus na organização e construção da sociedade. No entanto, as mulheres foram esquecidas pela Revolução, ao serem mantidas a diferenciação entre os sexos e a subjugação da mulher. Inicia-se, assim, a construção dos ideais burgueses.

A Igreja é, ainda, uma forte instituição, influenciadora, manipuladora e poderosa. Ao invés do rei, os homens estavam no poder. Era importante, a partir daquele momento, reforçar o ideal de masculinidade. Pois os homens tornaram-se metonímia do Estado. Os valores sociais da época eram a “lealdade, probidade, correção, coragem, bravura, sobriedade e perseverança” (OLIVEIRA, 2004, p.23). Portanto, o homem ideal deveria ser forte, patriota, equilibrado, moderado, deveria controlar suas paixões e manter uma pureza mental e sexual. E, para atingir esses objetivos, três instituições caminharam juntas.

Além do Estado e do Cristianismo, outra instituição ganha força e atenção na sociedade moderna. A partir do Iluminismo, a ciência se desenvolve cada vez mais. Rapidamente, ela se tornou tão poderosa quanto o Estado e a Igreja e, as três buscaram reforçar o ideal moderno de masculinidade, a supremacia androcêntrica, assim como a construção do seu contrário, através da autoridade científica.

Essa época é chamada por Foucault (1988) de *Idade da Repressão*, iniciada no século XVII. Para ele, a partir dessa época, foram criados discursos que negavam o sexo, instaurando-se um mutismo, ou seja, a proibição de se falar em sexo. Cria-se uma redoma em seu entorno, proíbe-se sua menor manifestação ou verbalização. Seu controle é realizado através das confissões, tanto nas igrejas, quanto nos atendimentos médicos e, utiliza-se a família, a fábrica, a escola e o exército como locais de educação e de vigilância sexual. O sexo deixa de ser livremente praticado e é transportado para o mundo da linguagem, no intuito, exclusivo, de educar a população. Interditam-se a fala e as crianças, controla-se o vocabulário; os gestos, os toques, os lugares, as roupas e as expressões de sentimentos são deslocados para o espaço doméstico.

...a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber (FOUCAULT, 1988, p.10).

Há a hipótese de que essa repressão tenha sido utilizada para promover o controle de natalidade e da saúde. Pois, pela primeira vez, o Estado tinha que cuidar de grande contingente humano. E ele necessita resolver problemas como a super população, o surgimento de doenças, a mortalidade e, além disso, garantir a força de trabalho. A ciência não trabalhava apenas para dirimir tais impasses, mas também para estimular, na população, hábitos saudáveis e posturas comportamentais aceitáveis.

Não havia, até então, distinção entre crianças e adultos. Aquelas participavam das mesmas brincadeiras destes, tinham obrigações, compartilhavam, naturalmente, do quarto dos pais. Com a repressão da sexualidade, elas passam a ser infantilizadas e diferenciadas dos adultos, criando-se, simbolicamente, um mundo infantil, separado do mundo dos adultos.

Partes das casas familiares foram separadas e reservadas para as atividades dos adultos e declaradas “áreas proibidas” às crianças abaixo de certa idade; um regime separado e atividades especiais foram concebidas para as crianças; e, para marcar isso simbolicamente, seus trajes foram desenhados para acentuar-lhes o status inferior ou “incompleto”, a princípio imitando as roupas usadas pelas classes mais baixas ou, no caso dos meninos, os trajes das mulheres (BAUMAN, 1998, p.178).

Assim, a criança passa a ser considerada inferior, frágil, inocente, necessitada de cuidados especiais, controle e orientação, a fim de não perder sua inocência, sendo, assim, constantemente vigiada de perto e sofrendo forte interferência dos adultos.

Ciência, Estado e Igreja trabalharam juntas para uma mesma finalidade: transformar os hábitos sexuais e comportamentais da sociedade. Para Foucault (1988), isso foi possível porque havia uma unidade em seus discursos. Padres, médicos, cientistas e professores trabalhavam em prol desse mesmo objetivo. Para eles, o homem deveria ser forte, robusto, patriota, emocionalmente controlado, disciplinado e viril. Enquanto que a mulher deveria encarnar a ideia de delicadeza, fragilidade, insegurança e instabilidade. Concomitantemente, foram criadas duas fortes e contrastantes imagens: a do ideal de homem burguês, necessária para o fortalecimento do Estado, e o ideal feminino, também necessário, dando suporte e tranquilidade para seu homem.

Como contraponto ao ideal moderno de masculinidade, emergiu, paralelamente, o ideal feminino. Enquanto o masculino simbolizava ordem e progresso, o feminino deveria expressar castidade, a pureza, o comedimento público e outras características que não confrontavam a submissão da mulher às figuras masculinas, pais e maridos, sobretudo (OLIVEIRA, 2004, p.71).

A ciência buscou como a Igreja, classificar o diferente e validar uma relação entre o fenótipo e o comportamento social. Para Foucault (1988), a classificação do diferente se dava para sua compreensão, análise, especificação, catalogação e, principalmente, para a multiplicação das relações de poder através do sexo e do prazer. A catalogação dessas práticas condenadas pelas instâncias de poder serviu, segundo Oliveira (2004), para a construção dos estereótipos dos desviantes, dos devassos, dos pervertidos e afeminados. Sendo todos esses, a antítese do homem burguês. Com isso, estes teriam acesso ao poder, enquadrando-se nas normas vigentes, enquanto aqueles, os não-enquadrados, viveriam na marginalidade.

Para Pierre Bourdier (2002), a construção social da supremacia masculina não é de fácil aceitação ou entendimento. Por isso, essas classificações vão sendo atribuídas e legitimadas pelos mais diferentes campos científicos e artísticos. As representações, segundo ele, mais ou menos consciente e intencional, acabam servindo à diferenciação dos corpos, reforçando a dominação do homem através das hierarquizações binárias e seus respectivos posicionamentos sociais, espalhando essas ideologias por meio do discurso, fortalecendo a ordem social masculina, estando, essa ideia de supremacia, ancorada na diferença da natureza biológica.

Os discursos proferidos naquela época objetivavam construir os ideais burgueses ancorados no homem, no casamento, na família e na mulher, a fim de modelar a sociedade moderna de acordo com as necessidades capitalistas. Os cidadãos, que se enquadravam na estrutura criada, eram respeitados, admirados, de boa reputação e possuidores de direitos. E, como vimos, os desviantes, por outro lado, eram tidos como *outsiders*, pessoas marginalizadas, vistas como doentes, devassos, fracos, que deveriam ser mantidas longe das instâncias de poder e, cuidadosamente, vigiadas. As ideias consolidadas foram o casamento monogâmico, a moralidade, a virilidade, o equilíbrio e o poder sobre si próprio; a submissão da mulher e a sua complementaridade ao homem. Acreditava-se que, quanto mais opostos homens e mulheres, mais saudável era a sociedade.

O sexo foi desenvolvido na construção de numerosos segmentos da estrutura social moderna. Seu papel, no entanto, foi particularmente grande na edificação das famílias modernas, essas extensões capilares que alcançam mais longe, e que tudo penetram, do sistema de poder panóptico, total. As células da família eram reconhecidamente diminutas e não particularmente profícuas, mas decisivas para o sucesso global do empreendimento como um todo, sendo as únicas instituições que conduziram a pressão combinada do sistema panóptico até cada simples membro da sociedade (BAUMAN, 1998, p.182).

A mulher, segundo Perrot (2005), não tinha mais direito de participar de qualquer instância de poder. Foi-lhe proibido o voto e o direito de opinar sobre quaisquer assuntos. A educação feminina foi voltada para as prendas domésticas e tentou-se proibir, inclusive, o ensino da leitura. A mulher deveria ensinar as suas filhas a administrar um lar, a como se comportarem diante do marido e dos outros homens da sociedade. Em suma, ela deveria ensinar suas filhas a serem boas esposas. Assim, as

instituições e os modos de dominação simbólica, moldaram esse cenário familiar, criando estereótipos de homem e de mulher, reforçando os ideais de conduta masculino e feminino, moldando, também, o conceito de família.

Segundo Prado (1979), embora as atividades das esposas variassem de acordo com a sociedade, o nível social, a faixa etária; dentre os papéis sociais desempenhados pela mulher até então, o principal deles esperado era o de mãe. Além desse, separando-se as mulheres em grupos de casadas e de solteiras, ao primeiro grupo cabia a prestação de serviço sexual exclusivo ao marido e serviços domésticos para ele e para os filhos; ao segundo grupo, a prestação de serviços marginais, tais como: prostitutas, escravas, concubinas; ou trabalhando para os parentes, sempre em situação inferior a esses, ou por serem inférteis, ou por não terem contraído matrimônio; por último colocando-se a serviço de Deus, transformando-se na “esposa” de Cristo.

Embora muita coisa tenha mudado em relação ao casamento, ele seguia como uma forma de estabelecer alianças entre famílias, objetivando a promoção social e/ou a manutenção do *status*. Em suma, não tinha ocorrido, ainda, uma grande mudança nas relações entre os gêneros, e a condição de cerceamento para a mulher continuava, assim, cada vez mais difícil.

Com a Revolução Francesa, tem força o pensamento humanista, inicia-se a escrita da Declaração Universal dos Direitos dos Homens e surge um questionamento. Em que lugar se encontra a mulher nesse processo? Os princípios: Liberdade, Igualdade e Fraternidade não a atingiram. Segundo Badinter (1986), a Revolução Francesa não a contempla nem a representa. Iniciam-se então, os debates sobre a igualdade entre homens e mulheres e, desconsiderar ou não permitir a realização desses debates terminaria por revelar uma negação da própria ideologia da Revolução Francesa.

2.3 – Do Feminismo aos Estudos de Gênero

As mulheres, iludidas com a trilogia Liberdade, Igualdade e Fraternidade, viram em tais princípios uma forma de se libertarem do domínio masculino, de conquistarem espaço na política e de obterem autonomia sobre suas próprias vidas. Esperançosas de que essas conquistas seriam automáticas, empenharam-se nas lutas. Estavam, a princípio, todos, homens e mulheres, focados no mesmo objetivo.

Uma importante vitória foi a aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, em outubro de 1789, que afirmava que todos os homens eram iguais perante a lei e possuíam os mesmos direitos. Nesse texto, estavam incluídas, implicitamente, as mulheres, os negros livres e os escravos. Dois anos mais tarde, com os debates a respeito da constituição francesa, houve forte indício de que as mulheres, após tanta luta e sacrifício, não participariam dos bônus da Revolução.

Nesse mesmo ano, em 1791, Olympe de Gouges escreveu a *Déclaration des droits de la Femme e de la citoyenne*, em protesto à Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, dizendo no artigo primeiro, que a mulher nasce livre e é igual ao homem em seus direitos. Ainda, nesse ano, a mulher conquista, na França, uma importante vitória: o direito ao divórcio e à herança. No entanto, Olympe de Gouges, que, além da declaração, escreveu peças teatrais, panfletos e folhetos políticos, foi guilhotinada na Praça da Revolução, em Paris, em 1793, por seus escritos e reivindicações (SCOTT, 2002).

A partir daí, as mulheres passaram a reivindicar, vigorosamente, mudanças nas leis sobre o casamento, que outorgava ao marido o direito ao corpo e aos bens da mulher, e publicavam escritos sobre sua situação no trabalho, na participação política, sobre a desigualdade e a prostituição. Em 1795, as mulheres foram reprimidas por um decreto de lei que as obrigava a permanecer em casa. Caso estivessem nas ruas, agrupadas, seriam violentamente dispersadas pela polícia. Encerra-se assim, a participação feminina na Revolução Francesa (ALVES *et* PITANGUY, 2003).

Enquanto isso, na Inglaterra, outro símbolo da luta feminista atuava. Mary Wollstonecraft, considerada a primeira feminista inglesa, criticava o modelo de educação feminina, principalmente o modelo criado pelo governo revolucionário da França. Ela acreditava que, a partir do momento em que homens e mulheres tivessem direito à mesma educação, esses poderiam ser considerados iguais. Em 1792, ela

publicou *Vindication of the rights of woman*, que se tornou a base do feminismo moderno, como afirma Eduardo de Assis Duarte:

A autora toma partido do seu sexo e explicita seus pontos de vista sem apelar a abstrações ou generalizações desprovidas de fundamentação histórica. Assim fazendo, abala e denuncia a falsa neutralidade dos discursos masculinos, apontando a parcialidade que neles se oculta como causa das “conclusões imperfeitas” a que chegam (DUARTE, 2002, p.18).

Em uma época, em que o modelo de homem, discursivamente construído, era o do homem branco, europeu e heterossexual; esse foi logo colocado no patamar mais alto da hierarquia social, enquanto as outras posições – mulher, negro ou habitante de país periférico - tornaram-se relegadas. Wollstonecraft antecipa, em mais de um século, as discussões teóricas e políticas que se tornariam hábito nos feminismos posteriores. Uma de suas ideias era a de que as identidades, masculina e feminina, não são imutáveis e, reflete também, sobre as estratégias masculinas de infantilização e reificação da mulher. Essas discussões retornam ao universo feminista, em 1949, com Simone de Beauvoir e, a partir de 1960, quando Jacques Derrida discute e questiona o sistema lógico de significação defendido pelo Estruturalismo.

Nos Estados Unidos da América, a luta feminista teve início um século mais cedo. No século XVII, as mulheres americanas já lutavam pelo seu direito de se pronunciarem e de serem ouvidas. Em 1637, Ann Hutchinson foi condenada ao banimento por fazer pregações, em que afirmava que homens e mulheres haviam sido criados iguais por Deus, entrando em choque com a ideologia calvinista de superioridade masculina.

No século XIX, consolida-se o capitalismo, modificando os modos de produção e organização social. As mulheres, que realizavam trabalhos manufaturados, em casa, foram transferidas para as fábricas e logo se tornam mão-de-obra explorada. Elas trabalhavam tanto quanto os homens e chegavam a ganhar menos da metade do que esses, pelo mesmo trabalho. A elas eram oferecidos os trabalhos menos qualificados e mais subalternos.

Segundo Perrot (2005), o salário da mulher era visto como uma complementação ao orçamento doméstico, por isso, as indústrias lhes pagavam tão pouco. Só as mulheres de famílias pobres ou mal-casadas, é que se candidatavam aos empregos.

Por terem baixíssimo nível de instrução e educação, eram as mais exploradas e mais susceptíveis a serem vítimas de violência no ambiente de trabalho. Porém, e talvez por causa dos abusos sofridos, a mulher passou a ser mal vista na sociedade e nas indústrias, tanto pelos sindicatos quanto pelos operários. A razão para isso é que a desvalorização do trabalho feminino acarretou a desvalorização dos operários em geral. Ademais, as mulheres que trabalhavam denotavam incompetência do marido em prover o seu sustento e o da família.

Nesse contexto, surgem, na França, duas líderes operárias: Jeanne Deroin e Flora Tristan. Essas clamam pela educação da mulher, por sua libertação à supremacia e poderio masculino. Jeanne Deroin confirmava a diferença sexual e a utilizava em prol da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dizendo que a diferença entre os sexos era simétrica e não hierárquica. Publicou, em 1848, um *Curso de Direito Social para as Mulheres*, em que chama as mulheres para a luta, insuflando-as, ao dizer que são escravas, subjugadas, que não aspiram à liberdade. Flora Tristan escreveu *União Operária*, em 1843, em que planeja a criação de centros de educação, qualificação e organização para os operários homens e mulheres.

O dia 8 de março de 1857 entrou para história e virou símbolo de luta e resistência feminista. Operárias da indústria têxtil de Nova York, ao fazer uma reivindicação por melhores salários e uma jornada de trabalho de 12 horas, são violentamente reprimidas e assassinadas, ao incendiarem a fábrica, onde trabalhavam, durante a manifestação.

O final do século XIX é marcado pelos movimentos sociais que eram comprometidos com as teorias socialistas. Os trabalhadores eram mal pagos, as jornadas de trabalho eram desumanas, havia a exploração da mão-de-obra feminina e infantil, as mulheres sofriam violências nos ambientes de trabalho e as condições de vida da população, em geral, eram péssimas. Como faziam parte da população ativa, vinculadas à engrenagem do capitalismo, as mulheres, além da reivindicação por melhores condições de trabalho, passaram a lutar pelo direito ao voto e à atuação na vida pública.

Participaram do movimento sufragista, tanto homens quanto mulheres. O direito de votar e de ser votado era apenas para as pessoas que tinham renda e posses. Os

cargos públicos não eram remunerados; desse modo, as classes inferiores não tinham condições de concorrer. Essa foi uma luta ganha pela classe operária, mas não, novamente, pelas mulheres. Além disso, a construção simbólica da época acabou por separar, ainda mais, homens e mulheres, formando uma sociedade cada vez mais misógina: ao homem, fica reservado o espaço público e à mulher, o privado. Para Michele Perrot (2005), as definições e distinções, entre estes espaços, foram utilizadas como uma estratégia de controle da sociedade do século XIX, imposta ao feminino, reforçando identidades de gênero capazes de tornar indissociáveis o público do sujeito masculino e o privado do sujeito feminino, como concorda Stuart Hall (2005), ao afirmar que essa estratégia imobilizou o indivíduo à estrutura social, construindo o sujeito moderno:

A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, 'sutura') o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2005, p.12).

Chamado, posteriormente, de Primeira Onda do Feminismo, esse período compreendeu o final do século XIX e início do século XX. Nessa época, as mulheres lutavam pelo direito à propriedade, à igualdade contratual, ao sufrágio feminino, contra o sistema patriarcal, pois, não suportavam mais os casamentos arranjados, nem a posse de seus corpos e de propriedades pelos maridos.

Embora não gozassem de poder, na esfera pública, talvez influenciadas pelas ondas de manifestos, as mulheres passaram a exercer, energeticamente, seu poder na esfera doméstica. Elas fizeram de seu lar, o seu espaço para as imposições. E nele, exerciam, no século XIX, um poder, por vezes, tirano sobre filhos e empregados. Tanto as mulheres de classe inferior, como as da burguesia, lançaram mão deste poder doméstico.

Muitas delas são mães "abusivas", que se valem da tirania sobre uma linhagem, seus empregados e, muitas vezes, nas classes populares, sobre os maridos, que lhes entregam todo o salário e são controlados por elas em suas ações (SACRAMENTO, 2006, p. 570).

Com os problemas sociais do século, as mulheres burguesas veem na filantropia e na caridade, uma forma de participar ativamente da vida pública e social. Assim, essa

hegemonia feminina, no espaço doméstico, acaba deslizando para o espaço público. Através dessas atividades ligadas à religião, a mulher entra em contato com os verdadeiros problemas enfrentados por aquelas das classes inferiores. Esse choque de experiências fez com que fosse gerada uma “consciência de gênero” e uma “consciência feminina” (SACRAMENTO, 2006).

No início do século XX, o papel social da mulher é fortemente modificado. Com a I Guerra Mundial, os homens são deslocados para os *fronts* de batalha, enquanto a mulher permanece em seu país, transformando-se em chefe de família e sendo maciçamente absorvida pelo mercado de trabalho, a fim de substituir a força produtiva do homem. Com isso, as mulheres passam a vestir-se de forma diferente, buscando a praticidade, a frequentar lugares onde, anteriormente, estavam proibidas, havendo de forma geral, um relaxamento das normas impostas a elas. Para Michele Perrot (2005), a partir daí, as mulheres ocupam lugares ditos masculinos, entram em contato com mundo sindical e político, descobrem seu prazer e sua capacidade para o trabalho. Constatam que o trabalho doméstico é mais difícil de ser realizado, mais cansativo, e, além disso, desvalorizado. Essas modificações, no cotidiano e na função social da mulher, acarretam mudanças em todas as instâncias da sociedade.

Elas descobrem novos espaços de liberdade. Tornam suas roupas mais leves, vivem de maneira mais prática, circulam mais livremente, dirigem ambulâncias e motocicletas. A pressão da vigilância familiar afrouxou-se. As conveniências atenuaram-se diante dos horrores da guerra. Os rituais de noivado, tão prolongados na Inglaterra vitoriana, desenlaçaram-se na emergência. O encontro amoroso e sexual foi apressado, transformado pela obsessão pela morte (PERROT, 2005, p.438).

Com o fim da guerra, faz-se forte campanha, baseada na naturalização da mulher, para que essa retorne ao lar e cumpra seu papel de esposa e de mãe. Embora muitas mulheres tivessem que permanecer no mercado de trabalho, pelo fato de terem se tornado a principal fonte de renda da família, o chefe da instituição familiar continuava a ser o homem. Assim, a mulher passa a cumprir e a acumular mais funções: provedora, companheira, amante e dona de casa, cuidando de seus filhos e maridos destruídos ou mutilados pela guerra, ou, até, enquanto viúva. Prado (1979) classifica os papéis de esposa da seguinte maneira: serviços diretos prestados ao marido (psicológico, sexual, garantia da legitimidade dos filhos, fortalecimento dos laços

entre pai e filho, cooperação no trabalho do marido); serviços ministrados aos filhos do marido (educação, cuidados físicos, psicológicos e de higiene, educação sexual) e os encargos do lar de seu marido (manutenção e administração). Mesmo que a mulher trabalhe fora de casa para complementar a renda ou para prover o sustento da família, dela é esperado que se cumpram todas as obrigações domésticas. Os homens de classe mais baixa assim desejam como forma de *status*, no intuito de demonstrar um poder aquisitivo que não possui, tentando igualar-se aos ricos. Pois, a mulher que trabalhava fora materializava a incapacidade do homem de prover a família e era, por isso, mal vista, tanto pelo marido, por abandonar o lar, como pela sociedade.

É importante perceber como esse trabalho de construção simbólica da mulher é utilizado para resolver problemas urgentes da sociedade. Ela é usada como uma espécie de curinga e transformada pelos discursos e representações em qualquer peça que possa cobrir os desfalques da sociedade, inclusive quando inserida em uma relação poliândrica. Todas as pesquisas estudadas demonstram que esse tipo de relação ocorre por necessidade exclusiva do homem. Na *Fraternal Polyandry*, a mulher é compartilhada para assegurar os bens dos homens, no Tibete, para não haver divisão de terras e, conseqüente empobrecimento de todos ali. Para assegurar a legitimidade dos filhos, o homem instituiu a monogamia, criou o adultério e puniu, violentamente, a mulher que a praticasse. Ou seja, a mulher está, ao que parece, sempre sujeita à vontade e à necessidade do homem. Mesmo ela tendo vários maridos, não há registro de que seja porque assim o deseja, ou porque seja superior e, deliberadamente, exerça um controle sobre o sexo masculino. Ela é “libertada” de acordo com a necessidade social, sofrendo proibições ou sendo obrigada a desempenhar funções nunca antes permitidas, retornando, depois, a ser aprisionada no espaço doméstico, sempre acumulando funções e atividades.

Com freqüência, num mesmo grupo social, transformações políticas ou culturais determinam a repressão de uma autonomia anterior, já adquirida pelas mulheres daquele meio. Ex: após as guerras, as catástrofes coletivas etc., a natalidade é estimulada, a maternidade é tornada quase obrigatória, limitando a escolha autônoma da esposa. Aos poucos, essa necessidade tornando-se menos premente, liberalizam-se as restrições. Outro exemplo clássico: o apelo às mulheres (solteiras ou casadas) para que participem da luta, ou do apoio clandestino em caso de revoluções, guerras, domínio estrangeiro etc. Nessa hora, evidentemente, há um afrouxamento das limitações impostas às mulheres, na sua vida particular e pública (PRADO, 1979, p.170).

A ideologia patriarcal, em que o homem deve prover o sustento da família, ao mesmo tempo em que a mulher deve manter-se, exclusivamente, ocupada com os deveres do lar, ainda imperava. Embora haja uma pressão para o seu retorno ao lar, as modificações no comportamento feminino, nas relações entre homem e mulher, as transformações do casamento, do direito ao divórcio, da herança, entre outras, permaneceram.

Apesar de ter-se iniciado o movimento sufragista feminino no século XIX, somente após a Primeira Grande Guerra, é que as mulheres, aos poucos, foram conquistando seu direito ao voto e à sua participação política. Nos Estados Unidos, essa conquista foi alcançada em 1920. Na Inglaterra em 1928. A luta pelo voto feminino, no Brasil, teve início em 1910. Aos poucos, os estados brasileiros foram permitindo esse direito às mulheres e, finalmente, em 1932, o presidente Getúlio Vargas promulgou decreto de lei concedendo o sufrágio feminino. No entanto, ele já era permitido em dez estados brasileiros (ALVES *et* PITANGUY, 2003).

De 1960 a 1980, é o período compreendido pela chamada Segunda Onda do Feminismo. Nessa época, o Movimento Feminista tinha uma visão essencialista da mulher (salvo em movimentos menos expressivos) – branca, de classe média alta - e vê a relação entre homem e mulher como um produto sócio-cultural (LIMA, 2006). Na Segunda Onda, a mulher preocupa-se com as questões de igualdade e o fim da discriminação. As mulheres conquistaram mais espaço na sociedade, na educação, no mercado de trabalho, mas continuaram realizando trabalhos ditos femininos. Pois, embora tenha havido turbulências e modificações nas relações homem-mulher, pais-filhos no pós-guerra, o modelo de família permaneceu inalterado. O sistema patriarcal ainda tem força e representação.

Um trabalho de grande importância, nessa época, para o desenvolvimento dos estudos feministas e de gênero, é a *Mítica Feminina* de Betty Friedman, de 1963. Nesse trabalho, ela contesta a crença de que a mulher é totalmente feliz e realizada, através, apenas, do trabalho doméstico e pelo sucesso de sua família. Esse trabalho, segundo Alambert (1997), teria provocado uma nova tomada de consciência nas mulheres e reanimado a luta feminista.

A partir dos anos 1960, junto com as lutas feministas, outras minorias se manifestaram contra o colonialismo, a discriminação racial, pelos direitos estudantis, homossexuais, enfim, novamente, contra o sistema político e econômico. Em 1970, o Movimento Feminista assume caráter político com forte possibilidade de transformação social (ALVES *et* PITANGUY, 2003). Pela primeira vez, a causa feminista ganha visibilidade e, é contemplada, pela ONU, em 1975, com o Decênio das Nações Unidas para a Mulher. Uma década que rendeu estudos acadêmicos, pesquisas e debates sobre violência, discriminação, a condição feminina e a paz mundial.

O mundo acadêmico dos 5 continentes entregou resultados de pesquisas comprovadas das múltiplas e variadas formas culturais com as quais as mulheres são discriminadas, violentadas, oprimidas e silenciadas. Representantes de projetos de ação falaram dos esforços em marcha para a solução de problemas que abarcavam, desde as lutas por igualdade, até o uso de tecnologias apropriadas, passando pela saúde, prostituição, direitos reprodutivos, desenvolvimento, legislação, políticas públicas e domésticas, analisando inclusive problemas de paz e desarmamento (ALAMBERT, 1997, p.88).

Nesse mesmo período, ocorre a popularização da pílula anticoncepcional, livrando a mulher da obrigatoriedade da maternidade. Essa evolução da medicina alterou as relações da mulher consigo mesma e com o seu corpo, além da sua relação com o homem. A guerra do Vietnã gera o movimento *hippie*, que tem como *slogan* “Paz e Amor”, pregando, além da paz, entre os povos, o amor livre, alterando, novamente, as formulações familiares, diminuindo, consideravelmente, o poder do pai sobre os filhos. Com o passar das décadas, esses vão tendo liberdade para namorar, escolher com quem casar, ter filhos, divorciar, com todos os direitos garantidos.

Com o direito ao divórcio e à possibilidade de se casar mais de uma vez, as famílias vão se reconfigurando. O que antes era constituído pelo pai, pela mãe e pelos filhos de sangue ou adotados, vai se rearticulando para novas experiências.

Na sociedade da separação e do divórcio, a família nuclear gera uma diversidade de novos laços de parentesco associada, por exemplo, às chamadas famílias recombinadas. Entretanto, a natureza desses laços modifica-se à medida que estão sujeitos a uma negociação maior que a anterior. As relações de parentesco costumavam ser, com freqüência, uma base de confiança tacitamente aceita; hoje em dia, a confiança tem de ser negociada e barganhada e o compromisso é uma questão tão problemática quanto nos relacionamentos sexuais (GIDDENS, 1993, p.109).

Com o término da Segunda Grande Guerra Mundial, inicia-se o período ainda em discussão entre os grandes teóricos da atualidade, chamado de Pós-Modernidade ou Modernidade Tardia, caracterizada, como afirma Hutcheon (1991), por apresentar uma cultura pluralista e fragmentada. Ela é caracterizada pelo fim das grandes narrativas ou meta-narrativas que, para Lyotard (2004), se dá com a descrença nas teorias e filosofias, que organizavam o mundo moderno, na medida em que se tornaram insuficientes para representar o mundo. O autor acredita na existência de micro-narrativas que deem conta das diversas camadas da sociedade. Para Hall (2005), a sociedade não é mais um todo unificado e bem delimitado. Ela está constantemente sendo descentrada ou deslocada, pois não há mais um centro que governa o mundo, as representações, os sujeitos. A sociedade pós-moderna é caracterizada pela diferença e é atravessada por diferentes divisões e antagonismos sociais, que produzem variadas “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos; acarretando a chamada crise do sujeito cartesiano. O deslocamento desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações. Em suma, o sujeito pós-moderno se desprende das amarras sociais de classe da modernidade, ocasionando a sua fragmentação, ou seja, não pertence mais a uma massa homogênea, não tem mais seus papéis sociais bem definidos, posicionando-se em diferentes (e, por vezes, contraditórias) identificações.

De forma crescente, as paisagens políticas do mundo moderno são fraturadas dessa forma por identificações rivais e deslocantes – advindas, especialmente da erosão da “identidade mestra” da classe e da emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais: o feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares e ecológicos (HALL, 2005, p.21).

Assim como o sujeito, os sistemas de significação são também repensados. Um dos teóricos de grande importância para as teorias pós-modernas foi o linguista Ferdinand de Saussure que desarticulou a visão estruturalista da linguagem. Essa, para ele, é um sistema baseado nas diferenças e não nas identificações. A mulher é mulher porque não é homem. É-se jovem porque não se é velho; o brasileiro não é argentino, nem italiano e assim por diante. A diferença figura, então, como um processo básico de funcionamento da língua. Se o mundo não pode ser compreendido fora dos sistemas de

significação, nos quais se adquirem sentido, o que os teóricos pós-estruturalistas, como Derrida, querem dizer, é que a linguagem é, ela própria, uma estrutura flutuante.

Como afirma Tomaz Tadeu da Silva (2000), a linguagem é caracterizada pela instabilidade e pela indeterminação. O signo não é aquilo que representa. No entanto, ele carrega em si tanto o traço daquilo que ele substitui como o traço daquilo que ele não é. Isso significa que nenhum signo pode ser reduzido a si mesmo. Porque o signo sempre porta o traço da outridade, ou seja, da diferença.

Muito tributária desse pensamento pós-moderno, a chamada Terceira Onda do feminismo, também chamada de pós-feminismo, ampara-se na “crise do sujeito da modernidade” e dá importância às questões do discurso, à sua construção e desconstrução, à identidade, ao poder e à diferença. Com início na década de 1990, tem uma atitude mais acadêmica e filosófica e tenta contestar e corrigir as falhas da Segunda Onda, que privilegiava a visão essencialista da mulher.

Juntamente com a psicanálise, as filosofias da desconstrução colocam em xeque a consciência de um “ser mulher”, que expresse *naturalmente* uma feminilidade originária; elas rompem com o roteiro metafísico das oposições binárias entre categorias absolutas (masculino/feminino), e insistem que as categorias da “identidade” e da “diferença” devam permanecer incompletas e não suturadas, para que a subjetividade se abra, descontínua, ao heterológico (RICHARD, 2002, p.156).

Segundo Lima (2003), ao ignorar a diferença, as teóricas feministas, favoreciam o reforço das imagens dos dominantes e dos dominados, e contribuíam para o exercício de políticas de gênero conservadoras.

Para Hall (2005), o feminismo, que emergiu nos anos 1960, marco da Modernidade Tardia, questionou a distinção entre “público” e “privado”, contestou politicamente a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc., enfatizou a questão das construções simbólicas de identidade e de gênero, questionou a diferença sexual, a ordem social apoiada nos binarismos. E, ao dar ênfase à crítica teórica e política, suscitou o fim da classe política generalista, fragmentando-a em vários movimentos sociais, tais como o movimento feminista, o estudantil, as lutas pelos direitos civis, os movimentos revolucionários do “Terceiro Mundo”, os movimentos antibelicistas e pela paz. Com

isso, apelavam para as diversas identidades: mulheres, mães, pacifistas, ecologistas, gays, negros, entre outros.

Em *Gender Trouble* (1990), Judith Butler critica a lógica da teoria feminista, que aceita uma identidade unificada da mulher. Para ela, não há uma identidade feminina - pois se trata de uma ficção - já que essa foi uma construção simbólica em oposição ao masculino.

A noção de que pode haver uma "verdade" do sexo, como Foucault ironicamente afirma, é produzido precisamente através das práticas reguladoras que geram identidades coerentes com a matriz das normas de gênero. A heterossexualização do desejo exige e institui a produção de oposição discreta e assimétrica entre "feminino" e "masculino", onde estes são entendidos como atributos expressivos de "macho" e "fêmea" (BUTLER, 1990, p.17).

Destaca o fato de não se poder ignorar as diferenças dentro do próprio universo feminino. Há que se considerar as diferenças culturais e econômicas, entrecruzando raça, etnia, classe, sexualidade, etc., sendo necessário criticar a construção de identidades a serviço do exercício da dominação.

Para muitas teóricas do feminismo, a crise do sujeito cartesiano ocasionou um desmembramento do Movimento Feminista. O problema do feminismo atual está em, além de aceitar que não há um sujeito universal feminino, tentar encontrar algo que reunifique as mulheres, para que o Movimento Feminista tenha, novamente, força política e representatividade enquanto movimento social. Para Nelly Richard:

... é no feminismo onde vibra, com maior força argumentativa, a busca de uma operacionalidade estratégica, que nos permita deslizar das categorias pós-modernas da indeterminação, para o desenho de novas políticas e poéticas da subjetividade: da torção desconstrutivista (problematização da identidade e crítica da representação) para o desejo emancipatório (as lutas pela significação, através das quais as pulsões de outridade abrem caminho) (RICHARD, 2002, p.158).

Os movimentos feministas têm, então, grande importância para a nova configuração do mundo pós-moderno. Ao questionar teorias e práticas modernas, elas acabam instigando novos posicionamentos e atitudes, redefinindo e desconstruindo espaços masculinos e femininos, influenciando na mudança de comportamentos, alterando, significativamente, o papel da mulher na sociedade, desatando-a do espaço doméstico, proporcionando, assim, modificações na vivência da sexualidade.

Segundo Bauman (1998), houve duas revoluções sexuais: a primeira ocorrida na construção da sociedade moderna, quando o sexo foi controlado simbolicamente, como dito anteriormente, ao falarmos sobre a Idade da Repressão, a fim de construir a sociedade moderna; e a segunda, não equivalente com a emancipação sexual, que para ele, é sinônimo de liberdade sexual, que rompe com os preceitos construídos na modernidade e reposiciona o sexo enquanto uma ferramenta funcional de integração entre as pessoas, a fim de construir uma nova sociedade. A base dessa revolução está, para ele, na função do sexo. O que antes serviu para criar os alicerces das estruturas sociais, serve, novamente, para criar novos padrões de integração social. O sexo é purificado e desligado de qualquer obrigação social, sendo deslocado do seio familiar para a rua, ocorrendo – como ele chama – o divórcio entre o sexo e a família. “Testemunhamos hoje uma gradual, mas aparentemente inexorável, desintegração (ou, ao menos, considerável enfraquecimento) do outrora sacrossanto e imperturbável ‘ninho familiar’” (BAUMAN, 1998, p.183).

Outra grande mudança que veio junto com a pós-modernidade, foi o rápido desenvolvimento tecnológico que tem encurtado as distâncias, redefinido o tempo, diluído as fronteiras, proporcionado grande fluxo de informação de (e para) todas as partes do planeta. Isso tem, segundo Jesús Martín-Barbero (2001), ocasionado o desordenamento cultural, entrelaçando diferentes culturas e modos de produção simbólica, tendo como consequência o fim das fronteiras entre razão e imaginação, saber e informação, natureza e artifício, ciência e arte.

Com o encurtamento das distâncias e perda das fronteiras, somos, a todo instante, alvo de informações e representações de todo o mundo por diversos meios e em diferentes linguagens. Estamos vivendo um diferente momento das interações entre as definições de masculino e feminino e seus respectivos papéis sociais, promovidos pelo encontro de diferentes culturas, que traz segundo Peter Stearns (2007), a consequente modificação das relações de gênero. Porém, esse intercâmbio, em vez de ser feito através do contato físico entre as culturas, realizado no passado, por meio das guerras, do comércio, das grandes navegações, atualmente é possível por meio do intercâmbio das produções culturais realizadas ao redor do mundo, possibilitadas pelas facilidades das tecnologias do transporte e das telecomunicações. Tendo, essas

representações, forte influência nas modificações dos padrões sociais de comportamento.

Vimos como os primitivos se representavam e marcavam suas crenças e ideologias, e como, através dessas representações, foi possível identificar seu modo de vida, seu respeito pela mulher, a mudança de paradigma com a constatação da paternidade, até a criação de mecanismos de subjugação feminina. Vimos como a Igreja conseguiu moldar o comportamento humano, ao descrever novas formas de relacionamento, fazendo com que os povos abandonassem a poligamia e a endogamia do Antigo Testamento para praticarem a monogamia e a exogamia do Novo Testamento; como ela definiu papéis masculinos e femininos, como a ciência ajudou a legitimar esses ideais cristãos, com ajuda do Estado, por meio, também, das instituições educacionais.

Vemos, atualmente, que tanto a função sexual, quanto a da família estão em constante mutação, ocasionada por acontecimentos que modificaram a relação do homem e da mulher consigo mesmos. Admitindo que estejamos todos em mais um momento de transição entre Eras, de reformulações íntimas e sociais, nada mais aceitável do que as modificações nos relacionamentos, assim como nas estruturas familiares.

Danda Prado (1981) nos aponta alguns modelos de famílias que têm ocorrido desde o descentramento do sujeito com suas atitudes pós-modernas, a saber: 1) o casamento de participação, em que homem e mulher fazem parte da população ativa e se ajudam no serviço doméstico; 2) o casamento experimental, em que há a coabitação do casal sem haver a legalização do casamento. Caso haja nascimento de filhos, o casal opta por legalizar a união, resultando numa família nuclear; 3) a família baseada na união livre, formada por pessoas com desprendimento emocional, em que a união pode ser monogâmica, mas não obrigatoriamente, que recusa a sua formalização, mesmo ocorrendo o nascimento de filhos. A continuidade dessa união está condicionada ao bem estar dos envolvidos e surge como uma forma de contestação aos ideais de família nuclear burguesa, ou a qualquer costume antigo; 4) o casamento de fato e não de direito, parecido com a união livre, porém, essa se mantém como uma estratégia de sobrevivência entre os cônjuges. Esse tipo de união é realizado por

peças de baixa renda, que dependem entre si, não se preocupam em legalizar a união por não trazer benefícios e, finalmente, 5) a união homossexual, em que casais homossexuais vivem relacionamentos estáveis, adotam ou têm filhos, no caso das mulheres, de forma natural ou artificial. Esses são os tipos de família por ela apontado, no entanto, temos encontrado, atualmente, representações de famílias poliândricas e já conhecemos o caso da cearense, que viveu nesse tipo de relacionamento por 17 anos, entre as décadas de 1980 e 1990.

Embora existam, atualmente, diferentes arranjos familiares em nossa cultura, percebemos que eles reproduzem os binarismos de séculos atrás e vivem um modelo de família nuclear burguês, mesmo nos relacionamentos homossexuais. Geralmente, nessas configurações, um dos pares assume o papel masculino e o outro, o feminino, mesmo com todos os estudos a respeito da construção desses ideais de organização e comportamento, com a contestação e questionamentos dos movimentos feministas.

Mesmo havendo essa diversidade nos compromissos conjugais, as relações polígamas são judicialmente proibidas em nossa sociedade. São, porém, facilmente encontráveis as práticas em que o homem possui mais de uma mulher; não se podendo dizer o mesmo para as relações estabelecidas entre uma mulher e mais de um marido. Essas últimas têm sido realizadas de forma velada para que a sociedade não tome conhecimento, pois sofrem forte pressão em desacordo.

No próximo capítulo, investigaremos a formação dos triângulos amorosos e a representação da mulher em três produções culturais, apontando as mudanças das relações de gênero e familiares entre homens e mulheres em produções contemporâneas.

3. POLIANDRIA E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA LITERATURA E NO CINEMA

No capítulo anterior, fizemos um percurso histórico sobre a sexualidade e o relacionamento humano, desde a pré-história, quando tanto homens como mulheres praticavam a poligamia, até os tempos atuais, quando também há evidência desse tipo de relacionamento, porém, com as mulheres sendo compartilhadas; e apontamos as causas, ou possíveis causas, para essa mudança de comportamento do homem e da mulher.

Neste trabalho, analisaremos uma obra literária e duas cinematográficas, em que a mulher se relaciona, simultaneamente, com mais de um homem. Esta análise organiza-se da seguinte maneira: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Durante a pré-análise foi feita a leitura “flutuante” das obras, que consistiu em ler o romance e assistir os filmes, no intuito de apreender suas impressões e orientações, para a construção do projeto. A escolha dos documentos, em se tratando de estudar o fenômeno da poliandria, pautou-se em obras que, primeiramente, abordassem esse tema e, posteriormente, que tivessem obtido grande divulgação e sucesso perante o público. *Dona Flor e seus dois maridos*, de Jorge Amado, foi lançado em 1966, tem mais de cinquenta edições e foi traduzido e lançado em mais de trinta países; *Eu, Tu, Eles* (2000), de Andrucha Waddington, teve grande sucesso de bilheteria aqui no Brasil, foi distribuído para o mundo pela *Sony Pictures* e foi premiado em diversos festivais de cinema; *Cidade Baixa* (2005), de Sérgio Machado, obteve sucesso nacional e conquistou, também, diversos prêmios no Brasil e no mundo.

Após a seleção dos objetos da pesquisa, utilizaremos a análise de conteúdo (AC) para promovermos um enfrentamento entre as produções culturais e a literatura a respeito da Poliandria, dos Estudos de Gênero e dos Estudos Feministas, pois acreditamos ser possível, por meio dessa forma de análise, obtermos um retrato da sociedade atual, como afirma Martin Bauer:

Um corpus de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve. Sob esta luz, o resultado de uma AC é a variável dependente, a coisa a ser explicada. Textos atribuídos contêm registros de eventos, valores, regras e normas, entretenimento e traços do conflito e do argumento. A AC nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades (BAUER, 2002, 192).

As obras escolhidas serão analisadas a partir de categorias, que foram selecionadas, baseadas no estudo realizado no capítulo anterior, e apontadas como as principais fontes de mudança comportamental da sociedade. São elas: o contexto social das personagens que, segundo Michelle Perrot (2005), tem íntima relação com as mudanças do papel social da mulher na sociedade, tendo consequência na interação entre homens e mulheres, pais e filhos, tendo relação, também, com as diferentes formas de relacionamento conjugal, como afirmam Levine *et* Silk (1997), Melvyn Goldstien (1976, 1981) e Cynthia Beall (1981); a visão das personagens a respeito do casamento, traçando o perfil feminino e a ideologia da sociedade, em cada época, a respeito do casamento, do amor e da família; a visão que seus companheiros têm delas, mapeando a ideologia masculina a respeito da mulher e dos papéis sociais esperados ou desempenhados por elas dentro da família, baseado nas obras de Danda Prado (1979, 1981), Simone de Beauvoir (1980), Elizabeth Badinter (1986), Anthony Giddens (1993); o controle realizado pela Sociedade, pela Religião e pelo Estado, descrito nas obras, por meio das crenças, tabus e comportamento das personagens, assim como o comportamento da sociedade diegética a respeito delas, baseado nos estudos de Foucault (1988), Howard Bloch (1995), Jeffrey Richards (1993). Por fim, uma análise comparativa das relações representadas com os estudos a respeito da poliandria, a fim de apontarmos prováveis mudanças de comportamento da mulher e da sociedade na contemporaneidade, utilizando, além dos teóricos acima citados, Engels (2007) e Lévi-Strauss (1982).

Mesmo sabendo da existência da versão cinematográfica da obra *Dona Flor e seus dois maridos*, optaremos por fazer a análise do texto impresso, pois acreditamos que o filme seja uma releitura da obra amadiana. O intuito é o de estar o mais próximo possível do retrato que o autor fez da sociedade soteropolitana, da década de 1940.

Partimos da hipótese de que há relação poliândrica nas três obras e que, embora haja, nas três produções, a representação da mulher que possui mais de um companheiro, o que vai de encontro aos conceitos da sociedade atual, essas representações giram em torno de antigos conceitos: o desejo de que a mulher seja a dona do lar, a crença de que é pouco confiável e que deve ser controlada para o bem estar social. Nota-se também que, mesmo a mulher tendo vários companheiros ou

maridos, ainda assim, eles permanecem em posição hierárquica superior à dela. O arranjo dos relacionamentos mostra-se condicionado à decisão do homem e não da mulher e, principalmente, para suprir as necessidades dele.

Embora cada uma das produções tenha uma visão diferente a respeito do mesmo assunto, acreditamos que as representações femininas e das relações afetivas permaneçam tal como as de séculos atrás. Os objetivos desta análise são, então, os de investigar a representação da mulher que vive uma relação com mais de um companheiro e verificar se há ocorrência de relação poliândrica.

3.1 – Dona Flor

Dona Flor e seus dois maridos, de autoria de Jorge Amado, foi lançado em 1966 e, desde então, já possui mais de cinquenta edições, traduzidas em diversas línguas ao redor do mundo. Nesse livro, Jorge Amado retrata a vida boêmia da cidade de Salvador e, conseqüentemente, da sociedade dos anos 40, do século XX.

O livro conta a história de Dona Flor, professora de culinária, prendada e recatada, que se casa com o boêmio Vadinho, conhecendo com ele o amor, o sofrimento e os prazeres da carne. Vadinho tem morte precoce, deixando Dona Flor viúva, antes dos 30 anos de idade. Seu casamento é bastante conturbado, pois seu marido tem uma vida desregrada, vivendo nos bares e frequentando jogatinas, na cidade de Salvador.

Tempos depois, Dona Flor volta a contrair matrimônio. Agora, com um senhor sério, responsável, de vida regrada e estável, aproximadamente dez anos mais velho do que ela. Apesar da vida perfeita e feliz, Dr. Teodoro, seu marido, não a satisfaz completamente e Dona Flor sente, cada vez mais, saudade do seu finado marido, Vadinho. Numa noite, ele ressurge como um fantasma para matar as saudades de sua querida esposa. Dona Flor se vê, então, no impasse entre manter-se fiel ao novo marido ou entregar-se ao prazer nos braços de Vadinho. Após muitas conversas com Vadinho, ela decide entregar-se ao finado e permanecer casada com o corretíssimo Dr.

Teodoro, formando um triângulo amoroso, sendo que só ela e Vadinho sabem desse arranjo.

O livro está dividido em cinco partes. O autor inicia o romance narrando a morte súbita de Vadinho, em pleno carnaval. Na segunda parte, narra a vida de Dona Flor, desde sua origem até conhecer Vadinho, casar-se com ele e ficar viúva. Na terceira parte, ele retrata seu período de viuvez até o seu segundo casamento. Na quarta parte, retrata sua vida conjugal com Dr. Teodoro e, finalmente, sua relação com os dois maridos: o vivo e o morto, adotando o estilo de realismo fantástico.

Toda obra fantástica caracteriza-se por haver, durante a narração do mundo real dos personagens, um acontecimento inusitado, impossível de ocorrer na realidade. De acordo com Tzvetan Todorov (2004), para ser considerada fantástica, a obra deve promover uma dúvida no personagem ou no leitor, a respeito desse acontecimento, no que tange à sua realidade ou à imaginação. A partir do momento em que Vadinho ressurgiu, questiona-se: Vadinho voltou ou não voltou do mundo dos mortos? Dona Flor o vê ou está delirando? Geralmente, a esses fatos são dadas explicações bastante simples, para não desfazer a magia do estranhamento. Tanto o leitor quanto a personagem principal se dão conta de que Vadinho realmente (ou fantásticamente) voltou, quando uma aluna de Dona Flor sente sua presença, quando ele a apalpa como fazia antes de ter morrido. No entanto, magicamente, só Dona Flor é capaz de vê-lo e ouvi-lo.

De acordo com a classificação de Todorov (2004), a obra enquadra-se na categoria fantástico-maravilhoso, uma vez que apresenta um acontecimento sobrenatural que, por não ser passível de explicação racional, é aceito como possível de ocorrer. No livro, Dona Flor, assim como o leitor, conforma-se com a presença do falecido marido, Vadinho, e não mais questiona esse fato.

As décadas de 1940 e de 1960 são lembradas, principalmente, pela Segunda Grande Guerra Mundial, da qual o Brasil fez parte, enviando alguns soldados para os *fronts* de batalha; e pelo Estado Novo, regime político centralizador, implantado por Getúlio Vargas, que deu origem ao regime de ditadura militar, período conturbado da história do Brasil. Dentro da narrativa, Flor é oriunda de uma típica família nuclear burguesa, constituída por seu pai, sua mãe e seus dois irmãos. Foi criada,

exclusivamente, para as prendas domésticas e para o casamento. Obtendo grande destaque na cozinha, passou a sustentar a casa, explorando seus talentos culinários. Dona Flor está inserida em um conturbado período da modernidade, em transição para o que conhecemos como pós-modernidade ou modernidade tardia, como definido no capítulo anterior, caracterizada pela diferença, pela crise do sujeito cartesiano e pelo deslocamento das identidades.

Esse período de transição é conhecido como um momento de grandes modificações no comportamento humano e social. A partir da Segunda Guerra, as mulheres passaram a ocupar lugares ditos masculinos e a exercer papéis antes nunca permitidos, por terem de substituir no mercado de trabalho os homens que haviam sido enviados para a guerra. Embora o Brasil não tenha tido grande participação nessa luta, o conturbado momento político do país – golpe militar, ditadura, censura aos meios de comunicação, entre outros –, impôs grande tensão, incerteza, revolta e descontentamento à população.

Segundo Michelle Perrot (2005), esses momentos de luta intensa e incertezas redefinem as relações pessoais, as condutas dos indivíduos, os papéis sociais de gênero e a relação entre pais e filhos. Flor, por exemplo, desde cedo começa a trabalhar e a custear o sustento da família. Ainda adolescente, sente a responsabilidade de suprir a falta do pai e de ajudar sua mãe no sustento da casa e dos irmãos.

O casamento, enquanto sacramento religioso, ainda carrega algumas características de séculos atrás. Coulanges (1975) aponta a sua criação na Antiguidade, quando a mulher de uma família era entregue a outra família. Ele descreve que no dia do casamento, naquela época, a noiva era vestida de branco, cor que representava a pureza, e o noivo buscava-a na casa de sua família, seguindo em cortejo até a casa dele. Chegando lá, a noiva não poderia tocar o chão da casa, pois o lar era sagrado e, para fazer parte desse novo lar, ela teria de ser aceita pelo deus da família do noivo, representado pelo fogo sagrado. O noivo, então, a apanhava no colo e levava-a até o altar presente em sua casa.

A noiva deveria ser virgem, pois era obrigada a dar filhos legítimos ao marido, para que seu filho herdasse as obrigações do pai quanto ao culto religioso, praticado naquela época, que dava ao pai, o *status* de Deus, quando morresse. As razões se

modificaram, mas há a presença, em *Dona Flor e seus dois maridos*, da grande estima à mulher que permanecesse virgem até o casamento. Embora o autor retrate que a prática do sexo antes do casamento estivesse aumentando, essa era, ainda, uma forte preocupação para a personagem principal, assim como para seus familiares.

O casamento, como representado na obra, ainda era visto como um negócio ou como uma forma de ascender socialmente. No tempo das tribos, o “casamento” era realizado transferindo-se a mulher de um clã para outro ou de uma tribo para outra, havendo o pagamento do dote pelo grupo que recebia a mulher, pois ela significava força de trabalho onde vivesse (RICHARDS, 1993). A partir daí, a mulher passou a ser tratada como moeda de troca, servindo aos interesses de seu grupo. O casamento, então, converteu-se em uma negociação feita entre os homens dos grupos ou das famílias envolvidas. Na Idade Média, as mulheres eram entregues como presentes, sendo o casamento arranjado pelas pessoas de maior poder hierárquico, buscando beneficiar um amigo ou parceiro de negócios, elevando o *status* deste (PRADO, 1975). Na Idade Moderna, o homem procura uma mulher de boa família, bem criada e prendada para cuidar bem dele e do lar, e a mulher procura um homem trabalhador, com estabilidade financeira, que possa proporcionar-lhe tranquilidade, conforto e boa posição social.

No entanto, Flor, ao contrário do que era esperado em sua época, apresenta duas visões a respeito do casamento. Sendo ela auto-suficiente, a princípio, é contra o casamento nos moldes da burguesia, que se caracteriza como um arranjo entre duas famílias, realizado para beneficiar uma ou ambas as partes envolvidas. Nesse molde, não há necessidade de envolvimento entre os nubentes, sendo a mulher, uma espécie de serviçal do marido e da família que se constituirá. Entretanto, Flor pensa que o casamento deve ser realizado por amor, principal elemento para a felicidade conjugal. A ela não importa *status*, conforto, condição financeira ou posição social. Por isso, antes de conhecer Vadinho, Flor recusa vários pretendentes e não se preocupa em contrair matrimônio, pois não concordava com os padrões daquela época, cuja sociedade compreendia o casamento como um contrato ou negócio.

Apesar de não levantar bandeira sobre a igualdade dos gêneros, sobre a independência da mulher ou questionar sobre seu papel social, Flor desafia as regras

postas pela sociedade. Sustenta sua família, torna-se, assim, a provedora do lar, ainda na adolescência. Embora esse comportamento já fosse tolerado, em caso de necessidade extrema, ocorria, ainda, uma certa desvalorização da mulher e do marido, este visto como incapaz de manter os gastos de sua família.

Ao se apaixonar por Vadinho, ela desafia as normas vigentes da sua época, comportando-se de forma rebelde. Não tendo alternativa, Flor impõe a sua vontade à mãe, entregando-se ao namorado, sabendo que esse era o único modo possível de casar-se com ele. Ou seja, mesmo a mulher financeiramente independente, ela tem, por obrigação, manter um comportamento de acordo com as normas sociais vigentes. O namoro, em sua época, era sempre acompanhado de perto por alguém e, com o anúncio das intenções do namorado, o noivado era realizado, após o pedido do pretendente. O casamento realizado na Igreja tinha muitos convidados, testemunhas, a virgem noiva vestida de branco e, na sequência, a noite de núpcias para a consumação do ato religioso. Desobedecendo às ordens de sua mãe, Flor realiza um casamento às pressas, contra a vontade da sua família, pois já tinha entregado sua virgindade ao namorado.

Em suma, Flor imagina-se casando, apenas, com alguém que amasse e a fizesse feliz, desassociando o casamento da aliança econômica entre famílias, não se importando, sequer, com o cumprimento dos deveres masculinos e femininos, impostos em sua época. Para ela, o ideal era ter um marido bonito, apaixonado e por quem também fosse apaixonada. Tendo sido escrito na década de 60, o autor consegue passar a ideologia da luta feminista, que nega o poder patriarcal, que busca maior liberdade e autonomia para as mulheres (ALAMBERT, 1997). Flor negocia com o discurso patriarcal, casando-se por amor. Porém, mesmo depois de casada, ela continua sendo a provedora, a pessoa a realizar todo o trabalho doméstico, enquanto seu marido finge que trabalha, passa as noites fora, bebendo e jogando, na companhia de outras mulheres.

Percebe-se, em Dona Flor, respeito aos preceitos religiosos. Não se casa de branco, por não ser mais virgem, respeita o luto e, como viúva, é cheia de tabus, princípios e vive em conflito entre ser mulher respeitável ou desonrada. Com o passar do tempo, sente-se presa às exigências sociais, a que se impunha, enquanto suas

amigas a encorajavam a ter um novo romance e casar-se outra vez. Há uma luta na narrativa entre dois discursos: o moderno e o pós-moderno, que se iniciou em simultaneidade com as lutas feministas. Dona Flor, por ser dessa época, permanece em constante conflito maniqueísta: permanecer viúva séria, de respeito, bem falada, ou entregar-se aos prazeres da carne. Embora aja em conformidade com os códigos sociais, ela quer mais e, por impossibilidade de realização, acaba por reproduzir os binarismos e papéis sociais de gênero daquela época.

Após ficar viúva, Dona Flor age de outra maneira. Diferentemente do seu primeiro casamento, realizado a contragosto da família e às pressas, por haver pulado importante etapa, o segundo respeita todos os proclamas. Ela, agora, pensa em ter uma vida regrada, organizada e menos sofrida. Para, finalmente, ter acesso à sociedade e se tornar mulher respeitável e aceita na sociedade baiana, embora esse reconhecimento não lhe fizesse falta, Dona Flor integra-se perfeitamente e completamente às regras sociais. Noivou por determinado tempo, casou-se novamente na igreja, com muitos convidados, e esperou a noite de núpcias para unir-se sexualmente ao noivo. O noivo era homem sério, respeitável, metódico, bem sucedido, benquisto, enfim, o genro que sua mãe sempre sonhou ter, além de aprovado por todas as suas amigas, que conheciam sua história com Vadinho. Tratava-se, agora, de um casamento perfeito: ele assumindo o papel de típico burguês e ela de mulher recatada, prendada, direita. Reforçando a ideia de que quanto mais opostos homem e mulher, mais saudável é a relação e a sociedade (PERROT, 2005).

Seu casamento com Dr. Teodoro configura-se como o típico modelo de casamento burguês, porém, com alguns detalhes diferentes. Oliveira (2004) chama a atenção para o fato de a família burguesa não ter sido uma realidade e enfatiza que, mesmo assim, esse ideal tem força para se manter na sociedade como modelo a ser seguido, ditando o modelo de família e os estereótipos de comportamento do homem e da mulher. No romance, os papéis aparecem bem definidos. Dr. Teodoro é trabalhador, provedor e paga todas as contas da casa. Ele encarna a masculinidade: homem forte, honrado, com controle sobre suas emoções, com qualidades como retidão, seriedade, responsabilidade. Não permitia que Dona Flor contribuísse com nada para o orçamento doméstico. No entanto, provando que o modelo de família burguesa é uma utopia, o

casal só consegue comprar a casa, onde mora, quando utiliza as economias de Dona Flor para tal. Isso significa que, se ela tivesse parado de trabalhar, como ele insistia, eles não teriam tido o êxito que tiveram. O autor já mostra a falência do conceito de patriarcado, da atribuição de papéis sociais, de comportamento masculino e feminino.

Embora seu marido quisesse que ela parasse de trabalhar, Dona Flor não aceitou e fixou sua escola de culinária como prioridade em sua vida. Apesar de trabalhar tanto quanto o marido, Dona Flor realiza um trabalho dito feminino e continua executando o trabalho doméstico. O fato de trabalhar, além de não lhe conferir *status* equilibrado ao do homem, ainda traz um peso de insucesso, incompetência e pobreza a ele. Além disso, mesmo trabalhando, a mulher não consegue se desvincular de sua obrigação de cuidar do lar, do marido e de sua reputação (BEAUVOIR, 1980).

No primeiro casamento, Dona Flor realiza-o por amor, sustenta a casa sozinha, sustenta os vícios do marido, é obrigada a aceitá-lo com outras mulheres e ainda sofre violência física. No segundo casamento, Dona Flor é tratada com muito amor, compreensão, tem um marido bondoso, que arca com todas as responsabilidades, mas não é completamente feliz, por não haver paixão entre eles. Ou seja, o romance insinua que a mulher que segue o coração, esquecendo-se das regras sociais, está fadada ao sofrimento, à pobreza e a todos os tipos de humilhação. A mulher digna de respeito e apreciação pela sociedade é aquela que está inteiramente inserida no contexto social e segue seus códigos de conduta. Nessa representação, a paixão leva ao fracasso, o amor pode ser aprendido ou alimentado e o casamento feliz é aquele, em que os negócios são selados.

Porém, ao mesmo tempo, o romance, a partir do momento em que permite que Dona Flor se relacione com os dois maridos, afirma que a mulher tem o direito de ser feliz e sexualmente realizada. No entanto, tem de cumprir com todas as suas obrigações: seguir as regras de conduta, servir ao marido, ao lar, ser fiel, recatada, merecedora de respeito, perante a sociedade e uma mulher acima de qualquer suspeita.

As mudanças sociais, políticas e culturais ocorridas, no Brasil, na década de 1960, aproximaram homens e mulheres na luta por seus ideais, flexibilizando as obrigações dos filhos para com os pais. Nesse contexto, Dona Flor representa a luta

interna da mulher daquela época: continuar oprimida pela moral e pelos bons costumes, ou libertar-se disso, definitivamente? Em todo o livro, Dona Flor vive esse conflito, sem saber como agir, sem saber o que é certo e o que é errado. Esse fator indica o início das mudanças de paradigma, que vieram rompendo com a modernidade, dando início a um novo tempo de conquistas inegáveis para as mulheres: a descoberta do seu corpo, a entrada no mercado de trabalho, a independência financeira e, junto a tudo isso, a permanência de suas obrigações para com o casamento, com o marido, com a família e com o lar. É o momento em que as mulheres, mais conhecedoras do seu corpo e libertas da obrigatoriedade da gestação – vale lembrar que nossa personagem é infértil – encontram-se desejosas de liberdade; querendo livrar-se das amarras sociais impostas pela Igreja, pelo Estado e pela família, que se encontram, fortemente, presentes no imaginário e na conduta da sociedade.

Neste trabalho, objetivamos analisar a personagem Dona Flor, no entanto, não podemos deixar de considerar outras duas personagens: Rozilda, mãe de Flor, a defensora da moral e dos bons costumes, a personificação das forças opressoras do feminino e representante do passado que se quer deixar para trás; e Dona Gisa, americana que mora no Brasil, que carrega um discurso libertador, encorajando as amigas a esquecerem as atitudes “feudais”; para ela, ideias atrasadas, retrógradas e aprisionadoras da vida e da sexualidade femininas, representando o que viria nos anos seguintes. E Dona Flor encontra-se no meio termo, no entre lugar. É a mulher que nasce dessa sociedade, junto com essas mudanças, tentando se adaptar ao mundo que surge e, ao mesmo tempo, ao mundo em que nasceu, vivendo suas esperanças e expectativas, e tudo o que esperam dela.

Ao analisarmos o que seus companheiros esperam dela, percebemos uma sensível diferença entre os dois. Vadinho, por um lado, a vê como a metonímia do lar, como porto seguro. O lugar onde se é amado, bem cuidado e para onde sempre se pode voltar. Tal pensamento se perpetua desde que o homem se fixou em um território, abandonando o nomadismo. Porém, com forte idealização da sociedade burguesa, quando se deu, segundo Perrot (2005), mais fortemente, a divisão do espaço público para o homem e do espaço doméstico para a mulher. O romance indica-nos que a sociedade da década de 1940 era misógina e preconceituosa. Por outro, como um

parque de diversões, quando na intimidade, trata a personagem principal sem distinção entre ser esposa ou amante.

Embora pareça que ocorra, na relação com Vadinho, uma inversão de papéis, de acordo com o modelo estabelecido, representando a mulher como a provedora, o homem não está no lar nem mesmo cumprindo com as obrigações domésticas. Ela, Flor, não se importa em trabalhar nem em manter as contas da casa, mas, por vezes, desejaria ter um marido normal, ou seja, diante da impossibilidade de se impor ao marido, Dona Flor deseja um homem com as características do macho burguês, reforçando os binarismos que classificam, qualificam e definem os lugares de atuação dos gêneros (BADINTER, 1986).

Com esse histórico, Flor carrega em si duas características divergentes. Por um lado, fora criada sob os moldes da família burguesa e, por outro, tem sede de liberdade, por ter conhecido, muito cedo, a independência financeira. A mulher, neste caso, está, completamente, sobrecarregada de atribuições. Tal fato só vem a acontecer, mais acentuadamente, na pós-modernidade ou no pós-guerra, quando a mulher trabalha fora, sustenta a casa, os filhos, somando obrigações e realizando os papéis de esposa, provedora, companheira e amante (PRADO, 1979).

Mesmo com tanta mudança nos papéis estabelecidos, mesmo sendo, Dona Flor, a provedora do lar, o homem da casa continua a ser Vadinho. Característica que permanece desde a Antiguidade, tendo forte influência na Idade Moderna, com o Renascimento (SEVCENCO, 1988), com a separação dos espaços de atuação: público e privado, respectivamente, masculino e feminino. Vadinho tem total liberdade, direito de ir e vir, não é importunado nem questionado sobre o que anda a fazer ou o que faz com seu dinheiro. Ele, mesmo não sendo considerado um homem sério, goza de total liberdade. Ao ser contrariado, violenta fisicamente a esposa e não sofre penalidades. Suas vontades são sempre atendidas. Ou seja, há o reforço da ideia de que o homem deve estar, sempre, em posição social mais elevada que a mulher, sob quaisquer circunstâncias. Mesmo sendo a antítese do ideal burguês, Vadinho goza, dentro e fora de sua casa, de todos os poderes a ele conferidos, simplesmente, por pertencer ao sexo masculino.

Dona Flor desafia o poder patriarcal dentro de sua família, quando desobedece à mãe e entrega-se a Vadinho, antes do casamento, mas, submete-se, totalmente, à ideologia patriarcal dentro da sua própria casa, aceitando às vontades do marido. Mesmo sofrendo, ela nunca pensa em abandoná-lo. Ela se conforma com o jeito irresponsável de ele ser. Naquela época, a sociedade brasileira ainda não aceitava o divórcio, direito que só foi instituído no final dos anos 1970. Esse comportamento indica a forte presença da ideologia patriarcal que, segundo Badinter (1986), configura-se como um sistema social, no qual o homem tem plenos direitos sobre o corpo e o comportamento femininos, além de total direito à propriedade e à herança.

Para Dr. Teodoro, o segundo marido, Dona Flor é a organizadora e a mantenedora do lar, com seus espaços de atuação bem definidos. Além disso, é uma senhora pura e casta. Ele diferencia, sistematicamente, a forma como mantém relação com a esposa e como mantinha, anteriormente, com as profissionais do sexo. Dona Flor é tida, por Teodoro, como objeto de adoração. Ele lhe tem excessivo respeito e cuida para que nada lhe falte, para não contrariá-la nem magoá-la, abandonando, inclusive, a prática sexual com as profissionais, após o casamento, comportando-se da forma esperada pela sociedade burguesa da época e pela Igreja.

Confrontando a obra com a tabela de estereótipos de gênero, apresentada por Badinter (1986), para o masculino, temos, entre outras características: a necessidade de poder, a ambição, a dominação, a organização, a necessidade de prestígio, de auto-afirmação, o desejo de ser auto-suficiente, o cinismo, grande desejo sexual, obscenidade, aptidão para as ciências, para a argumentação e o gosto pelas ideias. Para o feminino, temos: a vaidade, a necessidade de agradar, a submissão, a fraqueza, a astúcia, a passividade, a curiosidade, a intuição, o carinho, o pudor, a necessidade de ter filhos e de ter amor.

A ideologia patriarcal e a burguesa encontram-se muito arraigadas nessa representação. Dr. Teodoro e Vadinho são a representação do macho burguês e sua antítese, respectivamente, e Dona Flor aceita, passivamente, todas as imposições sociais, no que tange à religião, às esferas de atuação, aos deveres da mulher, sentindo-se, inclusive, culpada por sentir desejo sexual.

Apesar dessas características apontadas para Dona Flor, ao compará-la com sua irmã, percebemos, ainda, a coragem, a força, a independência financeira. E é possível encontrar nela, alguns atributos masculinos, tais como: o desejo de ser auto-suficiente, grande desejo sexual e obscenidade, causando-lhe grande conflito, o fato de ser recatada e submissa ou ser independente financeira, emocionalmente e sexualmente.

Mesmo se a obscenidade tornou-se o apanágio [atributo] do masculino (perdendo ao mesmo tempo o caráter negativo que tinha outrora, quando estava associada à mulher!), todas as características positivas estão do lado dos homens: estabilidade emocional, autonomia, coragem, atividade, criatividade e inteligência. (BADINTER, 1986, p.139).

Ou seja, obedecer totalmente às regras de conduta social ou buscar sua felicidade e independência afetiva, correndo o risco de perder prestígio perante a sociedade, eram fatores que lhe traziam aflição. Essas contrastantes características são afirmadas como as preferidas por Vadinho: submissa, provedora, que respeita, em parte, as regras sociais, que cumpre seu papel de esposa fiel e honrada, recatada, tímida e, ao mesmo tempo, “despudorada”, entre quatro paredes.

É como se o autor desejasse que essas fossem as características ideais de comportamento feminino, que estava surgindo dali em diante, junto às lutas feministas pela libertação do poder patriarcal e pela liberdade sexual das mulheres. Porém, essa mulher ainda não tem espaço nem é aceita naquela sociedade, já que Dona Flor não consegue se libertar desse sistema nem ser ela mesma, quando casada com Dr. Teodoro. Podemos concluir, com isso, que a mulher de Vadinho é vista como a projeção da mulher do futuro, enquanto a do Dr. Teodoro é a representação da mulher do passado. Estando, portanto, Dona Flor entre um e outro modelo e vivendo um grande conflito.

O autor, durante a narração da história de Dona Flor e de seus dois maridos, descreve, com riqueza de detalhes, o comportamento sexual. Vadinho possui apenas uma imagem: homem livre, galante, viril e conhecedor do corpo feminino. Doutor Teodoro, o segundo marido, por outro lado, é tido como homem pacato, excessivamente carinhoso e com pouco desejo sexual. Para Dona Flor, duas imagens distintas são construídas: a de mulher tímida, recatada, de família, e a de mulher com

grande apetite sexual, que gosta de ser tratada, “naqueles momentos”, como “meretriz”, já que só essa tinha direito ao prazer sexual.

Voltemos à definição da poliandria. Ela é definida como um sistema social que admite o casamento de uma mulher com mais de um companheiro. Ou, no caso de não haver legalidade, configura-se, apenas, por existir a sua prática. Porém, essa relação não deve ser confundida com a relação entre a mulher e seu amante que, geralmente, ocorre na clandestinidade. Desconsiderando o fato de que, por um lado, trata-se de uma relação entre uma mulher e um fantasma, já que, na representação, há a aceitação da existência desse elemento, Dona Flor vive com seu marido, Dr. Teodoro, um relacionamento fechado, monogâmico, sob os moldes da família nuclear burguesa.

Embora ela seja casada com os dois na Igreja, o fato é que nem o Dr. Teodoro nem nenhuma outra personagem souberam do aparecimento do finado marido, o que coloca Vadinho na posição de amante. Desta forma, não estando os três a par da situação, a poliandria está descaracterizada, ainda que os dois, como maridos, tenham direito ao mesmo acesso a ela, pois nem a morte pode separar Flor e Vadinho.

Assim como o livro está dividido em cinco partes, Dona Flor pode ser, também, assim considerada. Enquanto adolescente, Flor fora criada para o casamento burguês, para ser excelente dona de casa, garota prendada, dedicada ao lar e ao marido; é trabalhadora e mantém sua família. Ao conhecer Vadinho, torna-se desobediente, irresponsável, desafia o poder paterno, encarnado pela sua mãe, vê o casamento como a realização do amor. Ao casar com Vadinho, ela continua provedora, porém, é passiva, submissa, sofre violência doméstica, é vista, pelas amigas, como uma coitada; e vive feliz e triste ao mesmo tempo. Como viúva, é cheia de tabus e princípios religiosos, estando em conflito entre ser mulher respeitável ou desonrada. Ao casar-se com doutor Teodoro, é a esposa perfeita, mulher respeitável, participante de encontros com profissionais da saúde e suas esposas, porém, triste por ser sexualmente reprimida. Enquanto se relaciona com os dois maridos, Dr. Teodoro e o finado Vadinho, Dona Flor é feliz e realizada. Tem o casamento visto pela sociedade como perfeito, um marido atencioso e carinhoso, que lhe dá estabilidade e lhe abre as portas da sociedade, embora ela não se importe muito com isso e, com Vadinho, sente-se realizada como

mulher. Em suma, com os dois, Dona Flor consegue ser mulher respeitável, por estar casada com Dr. Teodoro, e sexualmente feliz, por manter relações com Vadinho.

Dona Flor é, então, o embrião da mulher pós-lutas feministas, que enfraqueceu o sistema patriarcal, é dona de si, não mais apenas preparada para as prendas domésticas, mas, sim, para o mercado de trabalho e acumulando funções nessa nova sociedade.

3.2 – Darlene

O filme *Eu, Tu, Eles* (2000), baseado em fatos reais, conta a história de Darlene e de como ela conseguiu abrigar, na mesma casa, três maridos e respectivos filhos. Mulher parda, de cabelo liso, comprido, Darlene mora no sertão do Ceará, na zona rural de uma pequena cidade chamada Rússia. O diretor do filme, Andrucha Waddington, conta que viu uma matéria no programa *Fantástico*, da Rede Globo, mostrando a história de uma mulher com seus três maridos. No dia seguinte, encontrou-se com a roteirista do filme, Elena Soárez e, juntos, pesquisaram a respeito. A primeira tarefa era encontrar aquela mulher, cujo verdadeiro nome não é Darlene. A Darlene da vida real foi encontrada, ela contou sua história e os idealizadores do filme se distanciaram dela para poderem recriar essa história. Embora tenha existido essa relação poliândrica no interior do Ceará, o filme não tenta contar a história real dessa mulher, mas sim, criar uma nova história baseada no que foi contado por ela.

O cenário é de sertão: muito sol, solo seco, casas de barro, vegetação rasteira, árvores com poucas folhas, pouco verde. O ambiente retratado é o de zona rural. As casas são muito distantes umas das outras, as pessoas, geralmente, se locomovem a pé, no lombo de algum animal, de carroça ou de bicicleta. Há uma lavoura de cana, aonde as pessoas vão de caminhão, um dos poucos veículos motorizados que aparecem no filme. As imagens que demonstram as locomoções de um lugar para outro, mais parecem pequenas viagens. O intuito é mostrar quão ermo é o local onde Darlene e sua diferente família vivem. A região não possui rede elétrica ou telefônica, não há acesso à água potável nem à rede de esgoto. As casas são meros abrigos,

defendendo seus habitantes do sol. A única ligação com o mundo externo é o rádio de pilha.

Darlene está grávida, vestida de noiva, despede-se de sua mãe e diz que um dia irá voltar para que ela possa dar a bênção ao neto que vai nascer. Vai para a igreja, mas seu noivo, o pai do filho que ela espera, não aparece. Ela prossegue com seus planos de ir para a capital, porém sem passar pelo casamento. Três anos depois, Darlene volta, como prometeu, com o filho, Dimas, no colo, para que sua mãe o abençoe. Ainda é dia quando ela encontra seu Osias, homem de meia-idade, pardo, barbudo e careca, concluindo a construção de uma nova casa. Ela para e inicia uma conversa brincando: “Varrendo nossa casa, seu Osias?” Ele fica encabulado, ela diz que voltou e que está indo ao encontro da mãe.

Após horas de caminhada, já no início da noite, Darlene chega à casa de sua mãe e a encontra morta, no caixão, sendo velada. No dia seguinte, pouco depois de seu sepultamento, Darlene, ainda com o mesmo traje preto, recebe a visita de seu Osias, trajando paletó, que, de ímpeto, a pede em casamento. Eles se casam e alguns anos depois, Zezinho, primo de Osias, fica sem ter onde morar e, a convite do primo, vai morar com eles. Ele se apaixona por Darlene e, muito discretamente, ela tem um filho com ele. Quando os meninos já estão grandinhos, surge Ciro, bóia-fria como Darlene, que também não tem onde morar. Ele vai jantar na casa onde já vivem os três, mais os filhos, passa a noite e acaba ficando ali, por anos, tendo um filho com Darlene.

Darlene tem seu primeiro filho, Dimas, tornando-se mãe solteira. Depois, tem um filho de uma relação extraconjugal, tem um filho com Zezinho e outro com Ciro. O primeiro filho é dado para o pai. Então, vivem na mesma casa: Osias, o dono da casa e marido de Darlene; o filho de Darlene com o “vizinho”; Zezinho e seu filho com Darlene; Ciro e seu filho com Darlene. Todos em harmonia.

No filme, ao se casar, Darlene veste-se de branco, véu e grinalda por duas vezes. Na primeira, quando o noivo não aparece, ela já está, visivelmente, grávida. Da segunda, ela já tem um filho e, finalmente, se casa. Nota-se o casamento, não mais com um sacramento inteiramente respeitado, mas como uma forma tradicional de uma pessoa se unir a outra. A Igreja, segundo Jeffrey Richards (1993), era a maior detentora de poder na Idade Média, quando sacramentou o casamento, o nascimento, a morte e

agiu, fortemente para o controle da sexualidade dos povos. O controle social exercido pela Igreja encontra-se, no filme, enfraquecido, havendo um deslocamento dos seus conceitos e certa despreocupação com suas práticas.

Segundo Coulanges (1998), o casamento foi inventado na Antiguidade, visando à manutenção da religião doméstica. Nesse casamento, a mulher era transferida de uma família para outra, perdendo o contato com sua família de origem e tinha, por obrigação, gerar filhos homens legítimos para seu marido, pois tudo o que ele queria era ter alguém para deixar as suas posses e manter os cultos religiosos. É o que acontece com seu Osias. Ele é uma espécie de artesão e construtor de casas, sendo muito respeitado nas redondezas, por seu talento. Aparenta ser o homem com mais posses na região em quem vive. É pensionista do INSS e só vai à cidade para sacar seu dinheiro. Vive sozinho, tem irmã e mãe com idade avançada e não tem para quem deixar sua terra e suas casas. Sua irmã também não tem filhos nem poderá mais tê-los. Seu Osias busca, por meio do casamento, deixar descendentes e fazer com que sua família se perpetue.

O casamento já não é mais obrigatório como na Antiguidade, mas configura-se, para os dois, como uma forma de resolver os problemas de ambos. Darlene não seria mais sozinha, teria alguém para cuidar dela e de seu filho e lhes dar segurança. Seu Osias teria uma mulher em casa, constituiria uma família, deixaria descendentes, não só para herdar suas posses, como para prolongar sua vida na Terra. Para o Bloch (1995), o amor, como o conhecemos hoje, surgiu a partir da renascença. Até então, não havia:

...a fascinação romântica que governa o que dizemos sobre o amor, o que dizemos àqueles que amamos, o que esperamos que eles nos digam (e dizer o que eles dizem), como agimos e esperamos que eles ajam, como negociamos nossa relação com o social (Bloch, 1995, p.16).

Assim, esse casamento entre eles, caracteriza-se por não haver romantismo, amor, paixão ou qualquer tipo de envolvimento, havendo, pelo contrário, uma troca de interesses.

O casamento é realizado sob os moldes do ideal da modernidade com todos os seus binarismos instituídos. Seu Osias, como não tem para quem pedir a mão de Darlene, fala com ela mesma e oferece-lhe, de forma bastante inusitada, o dote. Até

então, o dote, segundo Casey (1992), tinha sido pago pelo marido ao sogro e, na Idade Média, pelo pai ao genro. Na Era Primitiva, o grupo que cedia a mulher para outro, recebia presentes. A partir do século XII, o pai pagava ao noivo, a fim de que ele e sua filha tivessem uma vida próspera. No entanto, no filme, seu Osias oferece a casa à nubente, em troca do casamento, entre outras vantagens. Sua proposta tem toda a característica de um contrato entre duas pessoas ou entre duas famílias. Como na Era Medieval, as propostas de casamento eram feitas avaliando-se os ganhos dessa aliança. Ou seja, o casamento, para eles, é um contrato entre duas pessoas. A casa e o rebanho em troca dos cuidados de Darlene, não havendo envolvimento emocional ou sexual entre eles.

Durante a festa de casamento, Osias afirma ser, Darlene, propriedade dele. Sendo ele o dono da casa e de tudo que se encontra dentro dela. Outra característica da Idade Antiga, em que a família era formada por cada pessoa que morasse dentro da propriedade, incluindo escravos e agregados, porém, havendo forte hierarquização entre os componentes (COULANGES, 1998). A mulher, tratada como uma propriedade privada por seu esposo, é uma prática que vem sendo combatida pelas mulheres, desde a Revolução Francesa e, mais fortemente, por movimentos feministas, com grandes ganhos para as mulheres, como o direito à propriedade, ao divórcio e à herança, por exemplo (ALAMBERT, 1997). No entanto, embora com raridade, essa prática ainda pode ser encontrada na sociedade atual, provando quão forte tem sido a ideologia patriarcal, que resiste mesmo após tantos estudos, lutas, discussões e conquistas. Nessa ideologia, a mulher passa da autoridade do pai, para a autoridade do marido, devendo-lhe absoluta obediência.

Após o casamento, Darlene passa a acumular diversas funções. Sobre ela pesam as responsabilidades do trabalho na lavoura de cana, o cuidado com o rebanho, com os filhos, com Osias e com a ordem e a manutenção da casa. Reforça-se, assim, a ideia de que a mulher, quando trabalha fora, ainda acumula as obrigações domésticas, pois seu marido espera que assim seja, como afirmam várias teóricas da condição feminina, entre elas Beauvoir (1980), Perrot (2005) e Badinter (1986). Quanto ao marido, ele se contenta em prover a moradia e de onde tirar o sustento, tratando a esposa como uma serviçal, obrigada ao serviço doméstico e sexual.

Contrariando as leituras feitas para a realização deste estudo, a mulher que comete o adultério não sofre punição. Antes mesmo de iniciar a poliandria, Darlene é apresentada como uma mulher adúltera, que traz um filho bastardo para a casa de seu marido. Ela não sofre punição, como acontecia no passado e acontece, ainda hoje, em algumas sociedades, tendo, o homem, o direito de punir fisicamente a mulher ou condená-la à morte. Seu marido aceita, passivamente, a situação criada por Darlene que, agora, tem dois filhos: Dimas, que teve antes do casamento com Osias, e Ednardo, filho bastardo, fruto de adultério.

Com a chegada de Zezinho, dá-se início à relação formada por três pessoas. Ele é um homem de meia idade, pardo, de olhos azuis, sensível, puro, amigo, carinhoso e bondoso. Sabe fazer, e muito bem, todo o serviço de casa: lava, passa, cozinha, limpa e, na trama, ele é o mediador em todas as situações difíceis. Tendo características marcadamente femininas, percebe-se a grande vantagem concedida para Osias, pois, como diz o próprio Osias, a partir de então, “tem duas esposas dentro de casa para lhe fazer as vontades”.

Quando o homem é polígamo, é comum que ele sustente todas as mulheres e seja cuidado por todas elas. Inclusive, Danda Prado (1979) relata o caso, em que a mulher prefere que o marido tenha outra esposa, para ter com quem dividir as responsabilidades. Porém, com Zezinho, Darlene tem a vantagem de dividir com ele os afazeres domésticos, sendo esse um dos fatores para o envolvimento entre ambos, assim como da aceitação do marido, que está, sempre, bem servido.

Além de dona de casa, Darlene trabalha em uma lavoura de cana. Desde que foi abandonada no altar, Darlene é uma mulher independente, mesmo depois de casada. Seu dinheiro é complementar ao dinheiro do marido e ao sustento da casa, mantendo a ideologia, como em épocas passadas, de que o homem é o responsável pelas finanças da casa e que o trabalho feminino serve, apenas, para completar o orçamento doméstico (PERROT, 2005). Nessa representação, Darlene, ao receber seu pagamento, entrega todo o seu dinheiro ao marido e, embora Zezinho realize as tarefas domésticas, é sobre ela que recai a cobrança do serviço de casa.

Beauvoir (1980) afirma que as mulheres que têm muitas atribuições e responsabilidades ou aquelas que levam uma vida dura, buscam extravasar suas

energias em atividades que lhe trazem prazer e relaxamento, tais como a satisfação dos desejos físicos. No caso de Darlene, duas atividades lhe são de extrema importância: dançar forró, ao menos uma vez por semana, e namorar. É o que a une aos outros dois homens, pois seu marido não é bom nessa tarefa. Sua busca pelo amor e pelo prazer a une a Ciro. Mais novo e mais bonito do que os outros dois. Darlene apaixonou-se por ele, mas não abandona os seus dois companheiros. Um dos pares proporciona a ela a moradia, o outro, atenção e amizade, e Ciro, a paixão e satisfação sexual. Sem um dos três, Darlene não conseguiria permanecer nessa relação.

Nesse filme não há o controle sexual feminino. Darlene não sofre pressão a respeito da sua sexualidade, nem sobre a legitimidade dos filhos. Ela é muito respeitada em suas decisões. Um forte contribuinte para a formação dessa relação é o meio, em que eles vivem. O fato de morarem num lugar isolado, não tendo a interferência da sociedade nem de seus princípios reguladores, propicia a formação e manutenção desse tipo de relação. Eles encontram-se isolados, não têm vizinhos, não constituem uma sociedade. Assim, estão alheios a qualquer policiamento ou vigilância, não são receptores dos discursos ideológicos, que terminam por encerrar identidades de gênero e padrões de comportamento, proferidos pela Igreja, pela escola, pelas produções midiáticas, por meio de intercâmbio cultural, e por tantos outros meios.

Outro fator que gera esse tipo de comportamento é a condição econômica. A poligamia ocorria em sociedades tribais pré-históricas, ou por desequilíbrio social, quando havia mais mulheres disponíveis do que homens; ou por causa da criação de privilégios, concedendo, ao homem mais importante, o direito de dispor de mais mulheres, havendo a poliginia (LÉVI-STRAUSS, 1982). No entanto, a poliandria ocorria em razão da pobreza. Ou, como afirma Levine *et Silk* (1997), por escassez de recursos naturais, ou para proteção da propriedade ou manutenção de títulos, propiciando a *Fraternal Poliandry*, em que os irmãos possuem a mesma esposa. Para Melvyn Goldstein (1976), a escassez de terra é fator determinante para a formação da relação poliândrica: já que não há terra suficiente para ser dividida entre os irmãos, eles se veem obrigados a dispor da mesma mulher.

O que se percebe nos estudos sobre a poliandria é que de fato ela ocorre em sociedades economicamente carentes, enquanto a poliginia existe em sociedades em

que há riqueza, uma vez que o homem tem, via de regra, por obrigação, sustentar suas mulheres. Por isso, a poliandria sempre ocorre para suprir as necessidades dos homens. Ou seja, esse tipo de relação nunca ocorre por haver superioridade da mulher, ou por sua vontade própria, podendo ocorrer, inclusive, contra a sua vontade, já que ela tem que prestar serviços para mais de um homem. No entanto, em *Eu, tu, eles* (2000), o arranjo familiar ocorre por vontade de Darlene. Embora cada homem desempenhe um importante papel dentro daquela casa e a união traga benefícios materiais para todos eles, é ela quem agrega os companheiros. É por causa dela que eles estão lá, submetendo-se a compartilhá-la.

Nesse arranjo notamos, claramente, o papel desempenhado por cada um deles, constituindo a família como uma forma de cooperativa, podendo-se dizer que há, em parte, uma relação de complementaridade entre eles, baseada no que Badinter (1986) conceitua. Para ela, a relação de complementaridade ocorria quando homens e mulheres intercambiavam suas produções. As mulheres trocavam vegetais, frutas e raízes pela carne, que era caçada pelos homens. No filme, Osias é o dono da casa e da pensão do INSS, Zezinho desempenha o papel da mulher, realizando, sozinho, as tarefas domésticas, cuidando das crianças e de Osias. Ciro, mais jovem, trabalha fora, contribui sempre para as despesas domésticas, praticamente, alimentando a todos e ainda realiza a manutenção da casa, fazendo pequenos consertos, e Darlene, além de trabalhar fora e dar seu dinheiro ao marido, ajuda no sustento de todos e na lida da casa. No entanto, dizemos que há, em parte, uma relação de complementaridade, porque não houve registro, naquela época, de uma relação de superioridade do homem sobre a mulher ou vice-versa e, no filme, Darlene é obrigada a realizar atividades a mando do seu marido e está sujeita, apesar de não parecer, ao sistema patriarcal. Apesar disso, é inegável que os quatro estabelecem uma relação de interdependência entre si.

No que diz respeito às relações afetivas, Osias lhe dá proteção e segurança; Zezinho é carinhoso, zeloso, sendo para ela, mais um companheiro, um amigo, do que, propriamente, um homem; Ciro é o namorado, o amante, por quem ela é apaixonada e com quem tem prazer em ficar. Darlene, certamente, não seria completa se lhe faltasse um deles. Um representando a casa, outro, o cuidado e o outro, a paixão. Ou seja, os

homens estão ali para suprir as necessidades de Darlene, embora eles tenham suas próprias necessidades diminuídas.

Apesar de a relação ser formada por Darlene, visando suprir suas necessidades e não a dos homens, pois eles conseguem dar a ela tudo de que ela precisa, eles só permanecem juntos porque, também, têm seus interesses. Tanto Zezinho quanto Ciro não têm onde morar. Osias tem todo o aparato econômico, mas é sozinho e ranzinza. Ademais, ele e Zezinho já estão ficando idosos e querem Darlene por perto para cuidar deles no fim da vida e precisam de alguém mais jovem para cuidar de Darlene e terminar de criar os filhos. Ou seja, todos têm seus interesses particulares na manutenção dessa relação.

Um fator determinante para a manutenção da relação poliândrica, junto com a falta de controle sexual, é a despreocupação com a paternidade (LEVIN *et* SILK, 1997). Desde que o homem descobriu sua cota de participação na fecundação da mulher, ele passou a reprimir, com violência, a relação sexual da mulher com outros homens, principalmente, quando começaram a acumular riquezas, querendo um filho legítimo para deixar sua herança. Com isso, a poliandria foi proibida e a poliginia continuou a ser praticada.

Tenta-se justificar essa desigualdade com o fato de o marido não ter a possibilidade de introduzir na família filhos de procedência exterior. A regra é que “toda criança concebida durante o casamento tem por pai o marido”; assim, o perigo só aparece quando a mulher é adúltera. O marido será então obrigado a educar uma criança da qual não é o pai, o que a lei considera imoral e injusto (Prado, 1979, p.73).

No entanto, Darlene supera todas as teorias. Ela não sofre violência, repreensão, ou castigo, por introduzir filhos de terceiros em sua casa. Ao engravidar, Darlene já diz ao homem que ele vai ser pai. Assim, todos os homens sabem de quem eles são pai. Apesar disso, todos se cuidam mutuamente, desempenhando seu papel naquela comunidade.

Sendo extremamente respeitada em suas decisões, não sofrendo punição física ou interferência direta do homem, Darlene nos remete à época da Deusa-mãe, que era a deusa da fertilidade, muito cultuada e obedecida na pré-história. Como afirma Badinter (1986), a deusa-mãe tinha o poder da procriação e da cura. Os mistérios que

envolviam as faculdades de procriar e curar criaram uma aura de poder sobre a mulher, muito embora, não tenha havido, segundo a pesquisadora, uma utilização tirânica de controle do sexo oposto.

Numa terra que nada produz, por causa da falta de chuva e de água, sendo a terra seca e infértil, Darlene é a pessoa que representa a vida. Ela traz ao mundo os filhotes do rebanho e ela tem muitos filhos. Tanto Osias quanto sua irmã são sérios, amargos, ranzinzas e estéreis. Bom lembrar que nessa família há, apenas, duas mulheres: Darlene e Raquel, irmã de Osias. Raquel, quando casada, não conseguiu engravidar. Osias também não consegue fertilizar Darlene. Assim, ao contrário de Darlene, Raquel e Osias são como a terra: duros, secos e inférteis. Dentro desse ambiente, Darlene representa a vida, a alegria, o cuidado, a atenção. Ela está sempre sorrindo e caçoando de sua própria condição. Ela é a única a gerar vida naquela terra infértil.

Logo, a família de Darlene é formada por Osias, marido oficial, não significando ter mais privilégios do que os outros; Zezinho, Ciro e os filhos, Dimas, Ednardo, Ednaldo e Edivaldo. Outro ponto importante, para a análise dessa família, é a atitude de Osias de registrar todos os meninos como filhos dele e de Darlene. Com isso, podemos fazer algumas interpretações: 1) como só ele não tem um filho legítimo, Osias sente-se *outsider* naquela família. Transformando as crianças em seus filhos perante a lei, ele busca uma reinserção na sua própria família. Segundo Levine *et* Silk (1997), o homem que não consegue ter filhos, em uma relação poliândrica, acaba por se separar do agrupamento. 2) Osias protege Darlene e a todos os seus filhos, registrando-os. A partir desse momento, ele lhes dá o direito à sucessão. 3) Registrando as crianças em seu nome, Osias acaba por proteger tanto os meninos, quanto a relação por eles estabelecida, não deixando que o povo da cidade mais próxima tomasse conhecimento do fato, vindo a intervir negativamente na sua família, muito embora ele possa ter feito isso por orgulho de não querer ser visto como homem traído, em uma região, aparentemente, machista e patriarcal.

Apesar de todos viverem longe do convívio social, há no filme uma representante da sociedade vigente. Raquel, irmã de Osias, que, tendo oportunidade, sempre insinua ao irmão que Darlene o trai, dentro da sua própria casa. O símbolo da intolerância

social a esse tipo de comportamento aparece no momento em que ela faz o parto do último filho de Darlene com Ciro, quando ela, ao sair do aposento, olha para o irmão e o chama de “corno”, como quem diz que ele é uma vergonha para a família. Reflexo do sistema patriarcal ainda vigente naquela sociedade.

Antes de assistir o filme, é possível que se imagine diversas atribuições negativas a Darlene. Características essas que, segundo Badinter (1986), têm sido dadas à mulher desde a Antiguidade: esperta, traiçoeira, maldosa, dissimulada, estrategista, com insaciável apetite sexual, entre outras atribuições da espécie. Porém, no filme, Darlene é retratada com bastante suavidade e doçura. Ela é uma mulher independente, não aceita as convenções sociais no seu dia a dia. Age como se nada no mundo lhe importasse, pois ninguém no mundo, ao que parece, se importa com ela. São eles todos esquecidos, por exemplo, até pelo Estado, importante instituição de controle e manutenção social. Então, Darlene cria suas próprias regras e as mantém com o consentimento dos seus homens.

Darlene, assim como a mulher do pós-guerra, acumula funções. Antes do estabelecimento da relação, ela trabalha fora, ganha muito pouco, entrega todo o dinheiro para o marido, tem que lhe servir as refeições, limpar a casa, cuidar dos filhos, fazer as compras, enfim, acumula atividades fora e dentro do espaço doméstico. Mesmo com a vinda de Zezinho, ela, por vezes, é obrigada pelo marido, a cozinhar e a cuidar da casa.

Percebe-se, nesse filme, a importância do contexto ecológico, social e econômico para a formação do arranjo familiar. O ambiente em que vivem é pobre, seco, quente, desconfortável, ermo, distante, esquecido. Lá, cada um cuida de si. Além das adversidades naturais, a falta de gente, naquele lugar, torna a sobrevivência ainda mais difícil. Não há pessoas, parentes ou amigos próximos. Cada roça e cada casa representam um mundo diferente e distante. Eles vivem em um lugar onde nada acontece, onde ninguém passa, não há pessoas nem amigos próximos a eles. Na casa de Darlene, há suas próprias regras e condutas e não há sistema social que imponha suas convenções.

Antes de se casar com Osias, Darlene é uma mulher corajosa, decidida, independente, moça que engravidou antes do casamento, tornando-se mãe solteira. Ao

aceitar a proposta de Osias, ela aceita cuidar dele e de suas coisas em troca de ter uma casa. Ou seja, em troca de segurança para ela e para seu filho Dimas. Após o casamento, Darlene torna-se propriedade de Osias e deve obediência a ele. Cuidava de todo o serviço doméstico, da lida na roça, do filho; cuidava para que nada faltasse ao marido, ela mesma ia à cidade receber a pensão de Osias e já trazia a compra do mês. Não contente com a situação, Darlene tem um filho com outro homem, depois volta a trair o marido com Zezinho e foge de casa, mas é pega de volta por Osias na estrada, continuando a ser uma mulher decidida, corajosa e independente.

Apesar de ser adúltera, Darlene é representada de forma a não ser julgada por suas atitudes. Em momento algum, no filme, ela está errada ou age deslealmente. A atmosfera criada por eles é de extrema delicadeza. Suas atitudes são mostradas como circunstâncias da vida, do ambiente e da sua relação com seu marido. O filme transmite paz e concordância com os acordos selados, sendo que ela não se sente culpada pelo que faz, nem eles a culpam.

Completando-se o quarteto, com a chegada de Zezinho e Ciro, Darlene é representada como uma mulher livre e independente, embora seja mãe, dona de casa e senhora casada. Ciro demora a entender o que acontece naquela casa, até ele mesmo começar a participar daquela inusitada situação. Para ele, Darlene é abrigo, amante, companheira. Nesse trecho do filme, ela é vista, por Osias e Zezinho, como mãe zelosa e companheira que cuidará deles na velhice. Ou seja, espera-se que ela cumpra os serviços de apoio ao(s) marido(s), aos filhos, os encargos do lar e seu sustento.

Embora Darlene viva de uma forma inteiramente diferente das normas sociais de relacionamento e comportamento sexual, ela acaba por desempenhar diversas funções, historicamente atribuídas às mulheres: mãe, esposa, amante, dona de casa, que complementa o orçamento doméstico, que dá apoio sentimental. Além disso, ela representa a vida, o lar e o conforto naquela condição desumana.

3.3 – Karinna

O filme *Cidade Baixa*, dirigido por Sergio Machado (2005), conta a história de amor entre Karinna, Deco e Naldinho. Não se sabe muito sobre Karinna. Apenas que é uma mulher de vinte anos de idade, que trabalha como prostituta e dançarina de boate e que saiu de Vitória, no estado do Espírito Santo, para Salvador, no estado da Bahia, no intuito de conhecer um gringo até o carnaval. Deco e Naldinho são dois jovens que cresceram juntos e, assim como Karina, de, aproximadamente, vinte anos. Eles são sócios de um barco em que trabalham fazendo frete marítimo entre Salvador e as cidades do Recôncavo Baiano, servindo o barco, também, como moradia. Os dois vivem e se tratam como irmãos, sendo um a família do outro. Os amigos, um negro e outro branco, compartilham de uma grande amizade e cumplicidade.

Eles veem suas vidas mudarem, repentinamente, quando conhecem Karinna, que estava, por acaso, no mesmo lugar em que eles estavam e perdera a última chance de tomar um transporte público rodoviário para Salvador. Não vendo alternativa, ela aceita a carona de barco, oferecida pelos rapazes, que logo percebem que ela é garota de programa. Ao oferecerem a carona, os rapazes propõem uma troca de serviços, ou seja, a carona pelo programa.

Karinna cumpre sua parte do acordo, porém os rapazes são obrigados a parar em Cachoeira, cidade do Recôncavo Baiano, para fazer uma entrega de mercadoria. A moça, novamente, procura acelerar sua viagem e consegue carona com um caminhoneiro que estava de partida para a capital. Provavelmente, entre eles deve ter havido o mesmo tipo de acordo. No entanto, antes mesmo de ter a chance de seguir viagem, Karinna se vê, como que por instinto, ajudando Deco a salvar a vida de Naldinho, que acabara de ser esfaqueado em uma briga. Fato que mudou o destino desses três personagens. Os dois passam a vê-la com mais frequência e ambos vão se apaixonando por ela, que deixa de cobrar pelos encontros, indicando seu envolvimento com os rapazes.

A relação dela com os dois se dá de forma bastante conturbada. Eles aceitam que ela tenha relação sexual de forma profissional, com seus clientes, mas Naldinho não aceita seu envolvimento com Deco nem Deco aceita seu envolvimento com Naldinho. Enquanto os rapazes se tornam ciumentos e possessivos, Karinna se envolve, cada vez mais, com os dois, e não consegue decidir com qual deles ficar.

Eles são um a família do outro e sozinhos no mundo. Além de morarem e trabalharem juntos, cuidam-se mutuamente. Numa tentativa de preservar essa grande amizade, os rapazes se afastam dela para tentar esquecê-la. Não conseguindo, travam forte disputa pela preferência de Karinna, abalando, para sempre, a relação entre eles. Enquanto isso, Karinna tenta fugir dos dois, receosa de que eles tomem atitudes mais graves para conquistá-la. Mas a paixão que sente pelos dois e a descoberta de sua gravidez impedem que ela vá embora.

Naldinho, ao saber da gravidez, assume a criança e aluga um pequeno apartamento para eles morarem. Enquanto isso, Deco está viajando a trabalho. Quando retorna, vê os outros dois em uma relação monogâmica estabelecida. Karinna, ao saber de seu retorno, abandona Naldinho, pois ainda está apaixonada por Deco e não concebe sua vida com, apenas, um dos dois. No final do filme, eles protagonizam uma cena violenta de luta corporal pelas ruas de Salvador. Na última cena, Karinna está entre os dois, cuidando de seus ferimentos. Essa cena não sugere com quem ela vai ficar, caso ela escolha um dos dois. Também não sugere que ela vá abandonar os rapazes nem que vá ficar com os dois ao mesmo tempo. O fato é que eles, durante o filme, sempre lutam pela preferência de Karinna.

Os três têm uma vida, de certo modo, rotineira. Os rapazes estão sempre buscando novas formas de ganhar dinheiro, porque os fretes não são garantidos e Karinna pode ser encontrada, todas as noites, na boate *Xanadoo*, onde ela faz programa e, eventualmente, *strip-tease* – apresentação em que a dançarina se despe enquanto dança sensualmente. Os rapazes moram no barco, afirmam ter passado um período na cadeia e, juntos, buscam formas de sobreviver sem correr o risco de voltar para lá.

Karinna, moça de boa aparência, vive da venda do seu próprio corpo, não buscando outro tipo de trabalho, é prostituta da zona pobre de Salvador, usuária de drogas, sem moradia fixa, pagando quarto, em ruínas, na Cidade Baixa, região pobre, pouco valorizada, onde se localiza a região portuária da cidade de Salvador. Enfim, os três estão em condição social desfavorecida, vivendo de subemprego e na marginalidade.

Michelle Perrot (2005) afirma que, em condições de desestabilização econômica e social, o controle sobre as relações sexuais ou amorosas é afrouxado e, em uma situação de pobreza e violência, a efemeridade da vida é cruelmente exposta, fazendo com que a realização pessoal e dos prazeres tornem-se urgentes.

Há, no filme, uma cena que retrata o uso do prazer como escape dessas condições adversas. Quando Deco e Karinna, finalmente, conseguem salvar a vida de Naldinho, os dois, instintivamente, protagonizam forte cena de sexo, como se um estivesse a consolar o outro pela difícil vida que levam, demonstrando total descontrole emocional dos personagens. Em primeiro plano, os dois fazem sexo no chão do quarto e, em segundo plano, está Naldinho adormecido, como que olhando para eles.

Após esse episódio, suas vidas já estão entrelaçadas. Eles passam a se ver com mais frequência, Karinna começa a relacionar-se com os dois de forma livre, ou seja, sem compromisso com um ou com outro, levando sua vida normalmente. Há, durante o filme, a tentativa de se formar uma relação poliândrica. Karinna gosta dos dois rapazes e deseja ficar com eles, mas não vê essa possibilidade, por causa dos ciúmes dos rapazes. Ao mesmo tempo em que há fatores que impossibilitam esse arranjo, há outros que o tornam possível. Um deles é a condição sócio-econômica dos indivíduos. Eles vivem em condições subumanas, não têm moradia fixa, emprego, acesso à educação ou à saúde de qualidade. De certo modo, podem ser comparados aos pré-históricos, que caçavam para ter o que comer. Os três vivem um dia após o outro, ganhando o mínimo para sua sobrevivência.

Outro fator importante para o favorecimento desse tipo de envolvimento, como afirma Lenine *et Silk* (1997), é que, para haver uma relação poliândrica, os homens devem estar em situação de equidade. Socialmente, os rapazes estão nessa condição. Eles são como irmãos, vivem juntos, estão inseridos no mesmo grupo social, têm a mesma situação econômica. Em nada, um sobrepõe o outro.

Em contrapartida, a dificuldade de se formar essa relação, em que a mulher é compartilhada por dois homens, é que eles vivem em uma cidade grande, inseridos em um contexto social, com marcações bem definidas, quanto ao modelo de relacionamento, ao comportamento masculino e feminino, aos papéis desempenhados ou esperados por cada gênero e, estão todos, mesmo que vivendo à margem da

sociedade, sob forte vigilância social. Todos esses modelos, segundo Foucault (1992), são construções discursivas propaladas por todas as instituições e por formadores de opinião em nossa sociedade, e que constroem nossas identidades de gênero e sexuais e nos classificam de acordo com essas normas, ao mesmo tempo, em que definem lugares de atuação. Como afirma Guacira Louro:

Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam essa pedagogia, fazem um investimento que, freqüentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas (LOURO, 2007, p.25).

Com isso, pode-se inferir que, naquela sociedade, esse tipo de relação só seria possível, em um ambiente como o deles, onde as pessoas são postas em condições marginais, sem acesso a qualquer benefício ou instância oferecida pelo poder público. Porém, apesar de eles não terem acesso ou não serem contemplados por essas instituições, a sociedade, na qual não estão inseridos, tem acesso a todas essas ferramentas de controle. E, mesmo o seu entorno social não tendo, como eles, esse acesso, mesmo vivendo à parte, a mídia trata de passar esses conceitos a toda população (MARTÍN-BARBERO, 2001), que se encarrega de julgá-los, classificá-los e controlá-los, de acordo com as representações realizadas pelos meios de comunicação.

Embora haja equidade entre Deco e Naldinho, eles criam algumas estratégias para desestabilizar esse equilíbrio: Naldinho, por ser branco, utiliza-se do fenótipo de Deco, que é negro, para se posicionar, hierarquicamente, acima dele. Não obtendo sucesso, Naldinho volta ao mundo do crime, com a finalidade de conseguir dinheiro mais fácil e rapidamente, para se apresentar com maior poder aquisitivo do que o outro, imaginando atrair a preferência de Karinna. Naldinho, mais especificamente, utiliza-se dos binarismos e dos poderes, assim, instituídos, para tirar vantagem da situação. Enquanto isso, Deco começa a lutar boxe, profissionalmente, pois essa atividade lhe traz mais retorno financeiro do que o barco.

Sabemos que a poliandria era, normalmente, praticada quando não havia superioridade do homem sobre a mulher, nem da mulher sobre o homem (BADINTER, 1986). Posteriormente, ela era praticada, caso houvesse necessidade especial dos

homens em manter esse tipo de relação, como é o caso da *Fraternal Polyandry*, em que o homem compartilhava sua esposa com um ou mais irmãos, por escassez de alimentos ou para manter posses ou títulos (LEVINE *et* SILK, 1997). No entanto, não podemos assim caracterizar essa relação, pois, naquela época, a esposa recebia um marido por vez. Porém, como apontam os estudos de Beall *et* Goldstein (1981), a poliandria praticada pelos tibetanos, era realizada por irmãos, por escassez de alimentos e terra que, tornando impossível a sua partilha, torna, também, muito difícil a vida das famílias tibetanas. O fato de a relação poliândrica ser, socialmente, aceita pela população, não quer dizer que não haja conflito entre os homens nela envolvidos.

Os rapazes, do filme em análise, são considerados irmãos, portanto o pré-requisito básico de estarem na mesma família, encontra-se garantido. No entanto, no lugar dos títulos e posses, eles estão juntos para tornar menos árdua suas existências, mais fácil sua sobrevivência em um mundo pobre, violento, escasso em recursos materiais e sem oportunidades. Eles se unem por um único interesse em comum, sendo esse interesse, modificado pelos problemas da sociedade atual. Em um contexto adverso, como o experimentado pelos envolvidos, é muito provável que essa relação se tornasse realidade. Até porque, os rapazes já formavam um tipo de família pouco usual, mesmo antes do surgimento de Karinna. Assim, podemos dizer que esses jovens têm, proporcionalmente, uma condição de vida tão ruim quanto à dos povos tibetanos ou tribais de outras partes do mundo.

Lévi-Strauss (1982) afirma que a poligamia é característica de sociedades ricas e prósperas, tendo os homens de maior hierarquia privilégios quanto à quantidade e à qualidade das mulheres. Para ele, esse tipo de relação acontece quando há desequilíbrio social, em relação à quantidade de homens e mulheres e, desequilíbrio econômico, fazendo com que poucos possam dispor de mais mulheres. No entanto, o que proporciona, no filme *Cidade Baixa* (2005), a formação de uma relação poliândrica, confrontando-o com os estudos sobre poliandria, é a situação de pobreza desses três indivíduos. Ou seja, a poliginia é um indicativo de sociedade próspera e rica e a poliandria um indicativo de pobreza e muitas dificuldades. O homem com várias mulheres simboliza o poder, enquanto a mulher com vários homens simboliza necessidade, trabalho e desespero.

Se, por um lado, o Estado, a Igreja, a Ciência e a Família foram determinantes para prescrever e decidir as condutas de comportamento humano, como afirma Foucault (1988), nota-se, nesse filme, a ausência dessas instituições no cotidiano dos personagens. Ainda assim, constatamos que seus ensinamentos, discursos e conceitos, ainda surtem efeito na sociedade, ao mesmo tempo em que verificamos seu questionamento e sua falência.

Os personagens, aqui analisados, a princípio, não têm pai, mãe ou responsável, presentes nas suas vidas. Nas histórias de infância que Deco e Naldinho contam, aqueles também não se fazem presentes. Vivendo em ambiente tão adverso, os personagens não têm acesso à educação, à moradia, ao lazer, à alimentação adequada, ou ao emprego, entre outras estruturas básicas, para uma boa vivência neste mundo. Em suma, eles não têm vida social, afetiva, nem pessoal, consideradas saudáveis. A família e o Estado formavam perfeita engrenagem para o controle da social, assim, a falha de um desses pilares acarretaria grande modificação na estrutura do indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade, como explica Michele Perrot:

Sobre a importância da família, instância de regulação fundamental, há unanimidade. Átomo da sociedade civil, ela é a administradora dos “interesses privados”, cuja boa manutenção é essencial para a marcha dos Estados. Pedra angular da produção, ela garante o funcionamento econômico e a transmissão de patrimônios. Célula de reprodução, ela engendra os filhos, aos quais dá uma primeira socialização. Fiadora da consciência nacional, ela vela sobre a sua pureza e sua saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. A “boa família” é o fundamento do Estado: daí a atenção crescente que ele lhe dá e sua intervenção em caso de incapacidade das famílias pobres, as mais controladas. A família enfim garante a mediação entre indivíduo, sociedade civil e Estado... (PERROT, 2005, pp.458-9).

O Estado, para esses três personagens, só se faz presente em momentos de cobrança de atitudes e comportamentos que prejudiquem o bem estar da elite social. Para eles, o Estado é representado pela polícia. Os três já foram presos, ao que tudo indica, por assalto; e Karinna, por ter presenciado o suicídio de um cliente estrangeiro, sendo ela, a princípio, suspeita de sua morte e, posteriormente, acusada por porte de drogas. Ademais, o Estado não cumpre com suas obrigações básicas para com os cidadãos, tornando-se uma instituição sem crédito para os personagens.

A religião que, por tanto tempo, trabalhou para construir as condutas de comportamento do homem e da mulher, assim como o formato de suas relações íntimas e condutas na formação da família e na classificação dos indivíduos (BLOCH,1995), também não se faz presente. Diferentemente dos filmes realizados na Bahia, ou com temática baiana, *Cidade Baixa* (2005) não apresenta, sequer, uma presença de religiosidade. Não há cenas em igrejas nem próximas a elas, o nome do barco dos rapazes não é nome de santo nem de orixá, eles não utilizam colares com indicação de sua filiação religiosa, nem pronunciam palavras ou expressões que remetam à fé ou aos sacramentos da Igreja.

Com a falta da família, do Estado e da religião, pode-se concluir que os personagens estão, todos, à margem da sociedade. Não participam nem são contemplados por nenhuma instituição estruturante de conduta social, por conseguinte, elas têm se mostrado insuficientes, não tendo condições de realizar seu trabalho de educação quanto à conduta moral, sexual e comportamental da sociedade. O que acarreta sentimento de total liberdade para os personagens. Os três são livres de pressões sociais, de tabus sexuais e de obrigações. A única preocupação que têm é a de não ser presos. Tudo isso somado indica a falência de todas essas instituições e explica o porquê da existência de uma relação poliândrica na atualidade, assim como da sua não polemização no ambiente em que vivem.

No entanto, o namoro entre os três é bastante conflituoso. Apesar de todas essas falências estruturais da sociedade, os rapazes trazem todos os conceitos estruturantes da sociedade moderna arraigados em si. Se o Estado, a Igreja, a Escola e a Família não foram presentes em sua formação, a própria sociedade trata de vigiar e demarcar as posições desses sujeitos.

Acredita-se que, numa sociedade capitalista, seja pouco provável a existência de uma relação poligâmica. Primeiro, porque os modelos de conduta da Era Medieval e Moderna, instituídos pela Igreja, continuam no inconsciente coletivo; segundo, porque as condições sociais e econômicas da população, sendo difíceis, não permitem ao homem prover o sustento de mais do que uma mulher e seus filhos, acirrando a competição, no mercado de trabalho, para obter os melhores cargos e salários, a luta pela sobrevivência, a valorização das riquezas e das posses; sendo essa competição

absorvida, também, pelas relações amorosas. Ou seja, a condição sócio-econômica da população tem estreita relação com as formas de união conjugal, como comprovamos com Lévi-Strauss:

Aos nossos olhos, portanto, a monogamia não é uma instituição positiva, mas constitui somente o limite da poligamia em sociedades onde, por motivos diversos, a concorrência econômica e social atinge forma aguda. O fraco volume da unidade social nas sociedades mais primitivas explica perfeitamente estes caracteres particulares (LÉVI-STRAUSS, 1982, pp. 77-8).

Acompanhando o raciocínio de Lévi-Strauss, nossa sociedade seria tão ou mais atrasada que as chamadas sociedades primitivas. A organização social e a capacidade de prover o sustento de todos estariam aquém de alguns agrupamentos primitivos, sendo a monogamia a prova da insuficiência do grupo, pois, para ele, a monogamia se dá quando as condições de vida dos indivíduos são tão ruins, que esses necessitam lutar e competir por tudo o que é necessário para sua subsistência, inclusive, para conseguir uma esposa que, naquela época, era sinônimo de ganhos para seu grupo, pois representava força de trabalho, tanto por seu esforço, como pelo aumento da população, que proporcionaria o acúmulo de riquezas. Mas a realidade social, hoje, é diferente, requerendo diferentes posicionamentos.

A organização das sociedades capitalistas não permite a poligamia e instaura a prática da monogamia, requerendo a diferenciação das famílias, havendo um pai e uma mãe para seus filhos, observando-se, cuidadosamente, a fidelidade da esposa, no intuito de deixar seus pertences e posses para os filhos legítimos. Por diferentes motivos, os homens passam a disputar, também, as mulheres, como ocorre na representação fílmica.

Por mais que Karinna queira, a relação poliândrica, nesse filme, não dá certo. Pois, não há interesse dos rapazes em mantê-la. Pelo contrário, a todo o momento eles lutam para ter condições de estabelecer uma relação monogâmica. Nisso, infere-se que a mulher, mesmo desejando ter dois companheiros, não tem esse poder de decisão. Provando-se, aqui, que a poliandria só é possível por interesse exclusivo dos homens envolvidos, como atestam os estudos da Levine *et* Silk (1997). O homem, nesse sentido, mesmo compartilhando a mulher, está em posição hierárquica acima da dela.

Dessa relação e das atitudes tomadas pelos personagens, podemos tirar algumas conclusões a seu respeito. Karinna, moça sem história, vivendo um dia após o outro, prostituta de profissão, vinte anos de idade, é uma mulher, por idade, tamanho e labuta, porém, uma menina sonhadora. Vai para Salvador por imaginar ser mais fácil conhecer um gringo que por ela se apaixone.

O gringo, na vida de uma jovem garota de programa, representa a esperança de realização de um conto de fadas. Casamento com homem loiro, de olhos claros, rico, que lhe proporcione uma vida de princesa fora do seu país, podendo, ali, enterrar seu passado de tanto sofrimento. Ela sonha em conhecer um estrangeiro com quem possa estabelecer uma relação monogâmica, para acomodar-se no modelo de comportamento estabelecido, discursivamente, para os gêneros, tendo o homem, a responsabilidade de prover o sustento da família, e a mulher, a responsabilidade de ser fiel e prestar serviços ao marido e aos filhos e, caso seja necessário, ter um trabalho que complemente o orçamento doméstico.

Karinna não tem um conceito formado sobre casamento. Ela o vê como um modo de resolver seus problemas, ao mesmo tempo em que o idealiza de uma forma romântica. Ou seja, não tem definido se o casamento é um “arranjo monetário” ou se ele deve ser feito por amor. Mesmo acreditando que o casamento seja uma forma de melhorar de vida, não o entende apenas dessa maneira. Envolvendo-se com dois rapazes pobres e, posteriormente, indo morar com Naldinho em um pequeno apartamento, demonstra acreditar no amor e na cooperação entre homem e mulher para proverem seu sustento. Percebe-se, em sua atitude, que ela prefere casar por amor e não apenas por interesse financeiro, como ela afirma no início do filme.

Uma importante mudança na vida das mulheres ocorreu quando elas foram absorvidas pelo mercado de trabalho, no período das grandes guerras mundiais, dando-lhes a oportunidade de conhecer um novo mundo, o mundo masculino (PERROT, 2005). Mudanças que ocorreram tanto no que diz respeito ao acesso ao trabalho, como na sua relação com mundo e com os homens, assim como na sua consequente independência financeira. Com o Movimento Feminista, as mulheres conquistaram, cada vez mais, o mercado de trabalho, tendo o direito de realizar atividades remuneradas tidas como, absolutamente, masculinas. Apesar de toda a

pobreza, Karinna é uma mulher independente. Ela consegue, sozinha, prover o seu próprio sustento, não dependendo de nenhum homem para isso. No entanto, o trabalho que realiza, não é a atividade pela qual as feministas lutaram para alcançar a independência das mulheres.

Karinna, também, não levanta bandeira pela igualdade dos gêneros e nem sabe o que isso significa. Mesmo sendo uma mulher independente, ela vai de encontro às conquistas feministas, desejando retornar à ideologia de que é o homem que deve prover o sustento das mulheres. Essa característica está presente, de maneira mais forte, quando da descoberta de sua gravidez, remontando à era pré-histórica, em que o homem iniciou seu poderio sobre as mulheres, por perceber suas dificuldades de subsistência à época da gravidez e da amamentação, instaurando, sobre ela, a ideologia patriarcal (BADINTER, 1986). Ou seja, Karinna deseja e espera ter uma casa, um companheiro com quem possa, ao menos, compartilhar as dificuldades da vida, cuidando-se mutuamente, podendo prover o sustento dos filhos; que lhe dê segurança e inspire confiança. Isso é tudo o que ela busca nos braços de Deco e de Naldinho. Ao buscar um gringo para casar e ao dizer a Naldinho: “ficar com vocês é só cheiro (referindo-se à droga), dinheiro que é bom eu tenho que correr atrás”, ela diz, em outras palavras, que gostaria de ter um parceiro que lhe promovesse segurança financeira, a ajudasse a mudar de vida ou que, simplesmente, a sustentasse, indo de encontro às conquistas das lutas feministas e de emancipação feminina.

Não encontrando o gringo desejado, tudo o de que precisa, estando grávida, é de alguém que a assuma e cuide dela. Filha da pós-modernidade, perdida em meio a tantas mudanças, sem a obrigatoriedade de cumprir papéis bem definidos na sociedade, mas, de certa forma, cumprindo alguns deles, ela não sabe o que fazer, permanecendo indecisa, durante todo o filme, quanto aos rapazes e ao que fazer de sua própria vida. Tirando proveito dessa situação, Naldinho tenta fazer o papel do macho, ao colocar-se como o pai da criança, querendo proteger Karinna e prover o seu sustento, levando-a para viver com ele. E Karinna, ao aceitar ser tratada dessa forma, veste a indumentária feminina, tornando-se frágil, passando a cuidar da casa e de sua família, tornando-se, em parte, dependente de Naldinho.

Caso houvesse maior pressão social, ela poderia ter escolhido um dos dois e vivido tranquilamente, sob a aura da boa esposa. E, com a gravidez, essa escolha se tornaria mais fácil. Esse é um dos pontos, nos estudos de Levine *et* Silk (1997), que pode determinar o sucesso ou o insucesso da relação poliândrica:

O sucesso de um homem em ter filhos também pode influenciar sua decisão de manter ou dissolver um casamento poliândrico. Se o sucesso reprodutivo varia entre os co-maridos, em seguida, os homens que geraram poucas crianças podem se tornar propensos a iniciar a partição (LEVINE & SILK, 1997, p.377)⁶.

A relação demonstrada no filme apresenta, de um lado, uma mulher branca com um homem branco, e por outro, da mesma mulher branca com um homem negro. Assim, a paternidade fica facilmente identificada quando do nascimento da criança, podendo fazer com que a mãe, finalmente, escolha entre um dos pares. Esse acontecimento, fatalmente, encerraria a relação e a disputa masculina, pela preferência de Karinna.

Segundo Danda Prado (1979), os papéis sociais de gênero estão sempre se modificando. Dentro dos que ela nos indica em seu estudo e, para completar, os levantados por Badinter (1986), apontados, ambos, no capítulo anterior, identificamos alguns papéis desempenhados por Karinna na representação fílmica. O primeiro deles é o da mulher como objeto de distração. Ela está em posição de inferioridade, tanto em relação ao homem, quanto perante a sociedade, por promover a diversão masculina, prestando-lhe o serviço sexual. O segundo, quando se relaciona com os rapazes, é o de esposa, pois dela é esperado a exclusividade sexual, havendo exceção quando realizado profissionalmente. Terceiro: de esposa dedicada, pois, como não existe alguém que cuide de Naldinho nem de Deco, e exerça esse papel, dito feminino, ela surge dando a eles esse suporte. Ela cuida da saúde e do bem estar dos dois, arrumando-lhes, inclusive, trabalho. Quarto: o de mãe, que deve ser protegida e pensar, somente, em cuidar da relação – mantendo-se fiel -, da casa e da gestação de seu filho.

⁶ “A man's success in fathering children also may influence his decision to maintain or dissolve a polyandrous marriage. If reproductive success varies among co-husbands, then the men who have fathered few children may be prone to initiate partition” (LEVINE & SILK, 1997, p.377).

Apesar, como dito anteriormente, da falência das instituições mantenedoras da ordem social, nota-se que o estilo de vida, buscado por Deco, Karinna e Naldinho, é o modelo de organização da família nuclear burguesa, formada pela presença do pai, da mãe e de seus descendentes. Com isso, eles destroem sua amizade, impõem a Karinna uma relação monogâmica, sem proibi-la de trabalhar, nem lhe indicam um novo modo de ganhar dinheiro, embora o primeiro pensamento de Naldinho seja tirá-la daquela vida. Assim, ele se compromete a sustentá-la, formando uma relação monogâmica em que o homem é, inteiramente, responsável pelo sustento da casa. Nesse mesmo momento, Karinna encarna a dona de casa.

Como ela já nasceu em um mundo, parcialmente, conquistado pelas mulheres, para ela, isso não faz diferença, pois ignora, completamente, as mudanças comportamentais e de direito, promovidas pelas mulheres, por meio dos movimentos sociais, e identifica, na forma de vida burguesa, uma maneira de sobreviver com menos dificuldade. Karinna deseja a organização dos espaços, das esferas de atuação, das hierarquias, dos poderes. Para ela, as diferenças sociais e a sobrevivência são mais preocupantes do que as diferenças entre os sexos.

Neste capítulo, analisamos três relações em que a mulher se relaciona, simultaneamente, com mais de um homem, e as respectivas características de personalidade e comportamento das mulheres envolvidas nessa situação. Na primeira obra, *Dona Flor e seus dois maridos*, de Jorge Amado (1966), vimos que a relação é formada por Dona Flor, Dr. Teodoro, seu segundo marido, e Vadinho, seu primeiro marido, falecido precocemente, que retornou para reconquistar sua esposa. Mesmo ela sendo casada na igreja com os dois e, estando eles, em mesmo nível hierárquico, concluímos que não há uma relação poliândrica, pois o Dr. Teodoro, não sabe da situação. Haveria poliandria se ele soubesse e aceitasse a relação entre os três. Como só Dona Flor e Vadinho sabem da existência desse terceiro elemento, desconsiderando o fato de ser real a aparição de Vadinho ou fruto da imaginação de Dona Flor, ela estaria cometendo o adultério. O retorno de Vadinho é um segredo absoluto para ela.

Dona Flor, segundo a análise feita, representa a mulher em grande conflito entre o passado e os novos acontecimentos, surgidos a partir da Segunda Grande Guerra, promovidos pela Segunda Onda do Feminismo, em que a mulher lutou contra o sistema

patriarcal, contra a autoridade do marido, reivindicou seu direito à propriedade, ao divórcio e direito sobre seu próprio corpo e sexualidade. É o momento, em que a mulher se viu livre da gestação e começou a se inserir no mercado de trabalho. Dona Flor encontra-se dividida entre esses dois mundos: o burguês, com seus tabus, obrigações e castrações, e o mundo moderno do pós-guerra, com suas liberdades e conquistas.

Dona Flor respeita e aceita as imposições dos papéis sociais dirigidos às mulheres, mas quer ir além deles, porém, sente-se temerosa a respeito de sua imagem e reputação perante a sociedade.

Em *Eu, tu, eles* de Andrucha Waddington (2005), Darlene vive com seus três maridos – Osias, Zezinho e Ciro – e filhos, na zona rural de uma pequena cidade no sertão do Ceará. Vivem alheios ao mundo e à sociedade. Lá, eles vivem suas vidas e criam suas próprias regras sem se preocuparem com as consequências. São quatro solitários que se unem, no fim do mundo, para poder sobreviver. Nesse filme, há a presença da relação poliândrica. Todos vivem na mesma casa, todos sabem das múltiplas relações de Darlene, aceitam e negociam sua partilha. O grande diferencial dessa relação, comparativamente aos estudos a seu respeito, é que ela ocorre e é formada, principalmente, por vontade de Darlene e não para suprir as necessidades dos homens.

Darlene encarna a mulher e seu poder. Ela é respeitada, querida, necessária. É o melhor da natureza naquele lugar, é a Deusa-Mãe, a fertilidade, a alegria, o cuidado, o carinho, o afago. Os homens se somam acerca dessa mulher cheia de vida, força, coragem, inteligência e amor. Mesmo tendo essa importância e respeito, ela não pode abrir mão de suas obrigações enquanto mulher, sendo sobrecarregada de responsabilidades no seu espaço privado e no seu espaço público, trabalhando em casa e na lavoura para somar ao sustento da casa.

Em *Cidade Baixa* de Sérgio Machado (2005), há uma tentativa de se formar uma relação poliândrica. Mas há, também, sua impossibilidade. Embora os três personagens vivam à margem da sociedade e as pessoas mais próximas a eles não tenham preconceito quanto a essa relação, sente-se uma pressão dos dois rapazes em transformar aquela relação em um arranjo tradicional. O fato de Karinna manter relação sexual com outros homens não é preocupação para eles, já que se trata da forma como

ela se sustenta. No entanto, há uma mentalidade machista e protetora dos rapazes, que querem tomar posse de Karinna e de seu pensamento. Eles se sentem inferiorizados por não conseguirem encarnar o homem burguês, que tudo pode em relação às mulheres e ao seu controle.

Karinna, na contramão da revolução comportamental ocorrida com as lutas feministas do pós-guerra, deseja ter um marido que, de preferência, a sustente, lhe dê uma casa e uma vida confortável. Apática, não luta para modificar a sua própria condição, sonhando em encontrar alguém que possa assumi-la economicamente.

Percebe-se que a condição sócio-econômica é a mais importante para promover a ocorrência de uma relação poliândrica. Tanto em *Eu, Tu, Eles* (2000), quanto em *Cidade Baixa* (2005), a situação de pobreza, a dificuldade de subsistência, a necessidade de sobrevivência, permitem as mais inusitadas uniões. A falha das instituições sociais, como a família, a Igreja, a escola, entre outras, resulta em menor no controle do sujeito e das suas condutas sociais, sexuais, amorosas e de família. Em vez dessas instituições, a condição econômica acaba por obrigar a certos arranjos. No entanto, mesmo havendo essa falha das grandes instituições, o trabalho já feito durante a Idade Média e a Era Moderna, encarrega-se de manter, através dos discursos sociais, propalados, hoje, pela mídia, a ideologia patriarcal, a obrigatoriedade das condutas sociais aceitáveis e os papéis sociais dos gêneros.

Ainda assim, esses papéis continuam em constante mutação. Mas, como percebemos, essas modificações são bastante lentas. Mesmo o Movimento Feminista, tendo sido um forte catalisador das mudanças sociais que presenciamos na atualidade, é possível que suas ideologias só sejam inteiramente entendidas e aceitas, quando houver uma melhor distribuição de renda entre os cidadãos, promovendo melhores condições de vida para todos os indivíduos e estabelecendo um equilíbrio social.

4. Considerações Finais

Neste estudo, foi proposto estudar a respeito da representação da mulher que vive uma relação com mais de um marido ou companheiro. Para isso, foi feita a análise de três produções culturais, nas quais a mulher vive esse tipo de relacionamento, tais como: *Dona Flor e seus dois maridos* de Jorge Amado (1966), o filme *Eu, tu, eles* de Andrucha Waddington (2000) e o filme *Cidade Baixa*, de Sergio Machado (2005). As personagens analisadas foram, respectivamente, Dona Flor, Darlene e Karinna.

Em *Dona Flor e seus dois maridos* a relação é formada por Dona Flor, Vadinho, seu primeiro marido, e Dr. Teodoro, seu segundo esposo. Em *Eu, Tu, Eles*, Darlene se casa com Osias, agregando, posteriormente, mais dois maridos em sua casa: Zezinho e Ciro. E, em *Cidade Baixa*, Karinna vive um conflituoso romance com Deco, e Naldinho.

Para realizamos esta análise, foi necessário percorrer, historicamente, às formas de interação e acasalamento entre o homem e a mulher, iniciando nossa pesquisa na pré-história, quando vimos que a poligamia era, naturalmente, aceita, sendo praticada tanto por homens quanto pelas mulheres, não havendo ideologia de superioridade entre os gêneros. Na Era Antiga, entendemos como as sociedades polígamas tornaram-se monogâmicas, como surgiu o casamento e como se caracterizava, fortalecendo a família. Na Idade Média, constatamos a forte presença da Igreja, que estabeleceu um controle sobre a sexualidade da população, construindo os modelos de comportamento dos gêneros e classificou as pessoas por meio de suas condutas, instaurando o preconceito e fortalecendo a misoginia; e apontamos a importância dos Estudos de Gênero e os Estudos Feministas nas discussões e redefinições das estruturas sociais. Com isso, promovemos uma imersão nos estudos sobre a história da família e da evolução das relações de gênero.

No primeiro capítulo, falamos sobre as relações entre os gêneros na pré-história, descrevendo suas estruturas sociais a partir dos estudos de Friedrich Engels e Claude Lévi-Strauss; e as relações entre homem e mulher, a partir dos estudos da pesquisadora francesa Elizabeth Badinter. Falamos, também, sobre a origem do casamento e suas obrigações para homens e mulheres, criando uma importância e uma unidade familiar. Discorreremos sobre as construções dos modelos de conduta realizadas pela Igreja Católica na Idade Média, tendo, na Era Moderna, o apoio do

Estado e da Ciência, para o ordenamento da sociedade e das suas formas de organização. Falamos sobre as modificações comportamentais ocorridas a partir da Segunda Guerra Mundial, que reconfigurou as relações entre os gêneros e entre pais e filhos; criou vagas no mercado de trabalho para as mulheres, abrindo caminho para sua politização, através dos sindicatos, trazendo-lhes mais consciência social e de gênero. Essas modificações formaram a base para as lutas feministas, reivindicando a participação da mulher na política, lutando por melhores salários e condições de emprego, questionando o sistema patriarcal, a superioridade masculina, a subjugação feminina, tendo cada vez mais, independência e direitos.

Constatamos que a poliandria é um relacionamento e organização familiar, em que a mulher é compartilhada por dois ou mais homens. No entanto, esse arranjo não ocorre por necessidade ou vontade da mulher. Mas sim, para suprir as necessidades do homem, sendo, a mulher, obrigada a aceitar ter mais de um marido ou companheiro. A poliandria é característica das regiões pobres e de grupos, que vivem em situação de extrema pobreza. A poliandria não deve, jamais, ser confundida com uma relação, na qual a mulher possua um marido e um amante.

Com as análises, descritas no segundo capítulo, percebemos que não há uma relação poliândrica em *Dona Flor e seus dois maridos* (1966), pois, desconsiderando o fato de ser, por um lado, uma relação impossível de se ocorrer, para haver esse tipo de relação, todas as partes envolvidas devem estar a par da situação e de acordo com ela. O fato é que Dr. Teodoro nunca fica sabendo que sua mulher tem encontros amorosos com seu falecido marido.

Vimos, também, que Dona Flor foi uma mulher criada para as prendas domésticas e para o casamento que, ao mesmo tempo em que estava pressionada a seguir os modelos de conduta burgueses, só consegue ser feliz quando os desafia, tomando-se o cuidado para não ser mal vista pela sociedade. Ela vivia em constante conflito entre ser uma mulher respeitável ou ser uma mulher feliz. Dona Flor surgiu em uma época de grandes mudanças de paradigma na sociedade, que se vê, também, entre um modo de vida tradicional e um modo de vida mais livre. Toda a sua tristeza e conflito cercam sua sexualidade. Dona Flor é tida como uma mulher ferosa, com

grande apetite sexual, reforçando a ideia de que a mulher tem desejo sexual maior do que o do homem. E que, por isso, ela deve ser constantemente vigiada.

Em *Eu, Tu, Eles* (2000), percebemos a ocorrência da relação poliândrica, por causa das precárias condições sócio-econômicas dos personagens, e por viverem longe dos olhares e interferências da sociedade. Os três maridos de Darlene aceitam esse tipo de relação e negociam, constantemente, seus papéis sociais dentro da família para se manterem dignos da acessibilidade a Darlene. Ela representava a vida, a alegria, o amor, o cuidado, a força; era respeitada por seus companheiros, sendo a relação formada por ela e por sua própria vontade e mantida pelas necessidades dos homens, pois todos teriam dificuldades para sobreviver naquele contexto. Apesar disso, notamos que Darlene acumula atividades tanto no espaço público quanto no doméstico, pois tem que dar conta de cuidar dos maridos e dos filhos e ainda ajudar no sustento da casa. Ao contrário do que acontece ao homem, que possui várias esposas, sendo cuidado por todas elas.

Em *Cidade Baixa* (2005), vimos a tentativa de formação de uma relação poliândrica. Os pares apresentavam todos os pré-requisitos para a formação desse tipo de relacionamento, no entanto, sua impossibilidade se deu pelo fato de os três personagens envolvidos viverem em uma cidade grande, inseridos em um contexto social machista, com os papéis sociais bastante demarcados.

Vimos que Karinna vive à margem da sociedade, com o desejo de tornar-se uma mulher dentro dos padrões sociais, porém, sem ter que abrir mão do seu amor pelos dois rapazes. Ela não vê a sociedade como um empecilho, mas sim, a mentalidade e o comportamento machista dos seus namorados. Entende que há segurança na vivência dos papéis sociais dos gêneros pré-estabelecidos, buscando, assim, um companheiro com quem possa viver e tornar sua vida mais fácil e confortável.

Por meio do estudo das três personagens femininas – Dona Flor, Darlene e Karinna – percebemos que, desde os anos de 1960, grandes modificações ocorreram nas relações entre os gêneros. De Dona Flor à Karinna, percebemos que, apesar dessas mudanças e conquistas sociais, promovidas pelo feminismo, a ideologia patriarcal ainda se encontra presente, moldando e vigiando as condutas humanas. Houve, sem dúvida, grandes avanços, principalmente no que diz respeito às punições

sofridas pelas mulheres, em caso de adultério, por exemplo. Em nenhuma das representações, a mulher sofre violência, por causa da relação estabelecida.

Dona Flor, Darlene e Karinna não lutam por igualdade entre os gêneros e são representadas de maneiras distintas. No entanto, é esperado delas que cumpram os papéis sociais, historicamente, estabelecidos para as mulheres.

Outro ponto destacado foi: se o homem polígamo está para a sociedade como um homem rico ou para uma sociedade bem estruturada hierarquicamente, a mulher polígama está para a mulher pobre, em uma sociedade desestruturada, desorganizada, com forte diferença social. Então, ainda está na mão dos homens, o poder e o dever de prover as riquezas dentro de sua família e dentro da sociedade, em que vivem.

Assim, nossa sociedade caracteriza-se por privilegiar as elites – que se encontram dentro dos padrões comportamentais estabelecidos – e renegam os menos favorecidos, negando-lhes acesso a benefícios básicos à sua sobrevivência e à boa formação enquanto cidadãos. Assim, vimos, também, que a poliandria só é possível em lugares de extrema pobreza, mas que pode ser impossibilitada pelas amarras sociais, atadas pelos discursos estruturantes das condutas humanas.

5. Referências

ALAMBERT, Zuleika. **Mulher uma trajetória épica**: esboço histórico – da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, 1997.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. – São Paulo: Brasiliense, 2003. – (Coleção Primeiros Passos; 44).

AMADO, Jorge. **Dona Flor e Seus Dois Maridos**; romance; ilustrações de Floriano Teixeira, 52ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

AUGRAS, Monique. **O que é tabu**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 78p. (Coleção Primeiros passos ;223).

BADINTER, Elisabeth. **Um é o Outro**; relações entre homens e mulheres / Elisabeth Badinter; tradução Carlota Gomes. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático / Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad.: Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1998.

BEALL, Cynthia M.; GOLDSTEIN, Melvyn C. Tibetan Fraternal Polyandry: A Test of Sociobiological *in: Theory American Anthropologist*. 83(1): 898-901, 1981. Disponível no site http://www.case.edu/afil/tibet/booksAndPapers/fraternalpolyandry.html?nw_view=1283696142&. Acesso em julho de 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BLOCH, R. Howard. **Misoginia Medieval**: a invenção do amor romântico ocidental. Tradução de Cláudia Moraes. – Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

BOURDIER, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. – 2ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: feminism and subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CASEY, James. **A história da família**. São Paulo: Ática, 1992. 240p.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Tradução: Fernando de Aguiar. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (Paideia)

DUARTE, Eduardo de Assis. Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso. *In: Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Organização: Kátia

da Costa Bezerra. – Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, 2002, pp. 13-31.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios.** Tradução: Jônatas Batista Neto. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ENGELS, Friedrich. **El origen de La familia, La propiedad privada y El Estado;** con prólogo de Alejandra Ciriza. – 1ª ed. – Buenos Aires: Luxemburg, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade 1: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 10. ed Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu: alguns pontos de concordância entre a vida mental dos selvagens e dos neuróticos.** Tradução: Orizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro : Imago, 1974.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** Tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOLDSTEIN, Melvyn. Fraternal Polyandry and Fertility. *In: Human Ecology.* 4(3): 223-233, 1976. Disponível no site http://www.case.edu/affil/tibet/booksAndPapers/fraternal.html?nw_view=1283696631&. Acesso em julho de 2010.

GRANDE ENCICLOPÉDIA Larousse Cultural. São Paulo: Círculo do Livro, 1988. v.24.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro – 10. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção.** Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1988. 331p.

LEVINE, Nancy E.; SILK, Joan B. Why Polyandry Fails: Sources of Instability in Polyandrous Marriages. **CURRENT ANTHROPOLOGY** Volume 38, Number 3, pp. 375-398. June, 1997. Disponível no site: <http://www.case.edu/affil/tibet/tibetanSociety/documents/02.pdf>. Acesso em 15 dez de 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco;** tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis, Vozes, 1982.

LIMA, Ana Cecília Acioli. Estudos de gênero: do ser ao (des)fazer *in: Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades.* Organizadoras: Ildney Cavalcante, Ana Cecília Lima, Liane Schneider. – Maceió: EDUFAL, 2006, pp. 95-104.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade / Guacira Lopes Louro (organizadora); tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 2. ed.; 3ª reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.*

LYOTARD, Jean-Francois. **A condição pós-moderna.** Posf. Silvano Santiago; trad. Ricardo Correa Barbosa. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2004.

MACHADO, Sérgio. **Cidade Baixa.** Distribuição: Vídeo Filmes, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Os exercícios do ver:** hegemonia audiovisual e ficção televisiva. / Jesús Martín-Barbero, Germán Rey; tradução de Jacob Gorender. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade.** – Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUERJ, 2004. 347p.

PERROT, Michelle. No *front* dos sexos : um combate duvidoso *In: As mulheres ou os silêncios da história.* Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, pp. 435-446.

_____, Michelle. Corpos Subjugados. *In: As mulheres ou os silêncios da história.* Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, pp. 447-454.

_____, Michelle. Público, Privado e Relações Entre os Sexos. *In: As mulheres ou os silêncios da história.* Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, pp. 455-465.

PRADO, Danda. **Ser esposa:** a mais antiga profissão. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO, Danda. **O que é família.** - 1. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1981. – (Coleção Primeiros Passos; 50).

RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas:** arte, cultura, gênero e política / Nelly Richard; Tradução de Romulo Monte Alto. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação:** as minorias na Idade Média / Jeffrey Richards; tradução: Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SACRAMENTO, Sandra. Mulheres emparedadas e seus espaços de memória. **Rev. Estud. Fem. [online]**, Set 2006, vol.14, no. 2, p. 566-571.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal:** as feministas francesas e os direitos do homem / Joan Scott; tradução de Élvio Antônio Funck; apresentação de Miriam Pillar Grossi; orselhas de Simone Pereira Schmidt. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. Tradução: Mirna Pinsky. – São Paulo: Contexto, 2007.

SEVCENCO, Nicolau. **O renascimento** / Nicolau Sevcenco. – 6. Ed. – São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2006.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Tradução: Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2004.

WADDINGTON, Andrucha. **Eu, Tu, Eles**. Distribuição: Sony Pictures, 2000.